



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM

CLEBSON LUSTOSA BRANDÃO LIMA

REGIONALIZAÇÃO MUDIÁTICA E RELIGIOSIDADE: cobertura jornalística do portal Cidade Verde acerca das práticas de umbanda no estado do Piauí

TERESINA – PI

2023

CLEBSON LUSTOSA BRANDÃO LIMA

REGIONALIZAÇÃO MIDIÁTICA E RELIGIOSIDADE: cobertura jornalística do portal Cidade Verde acerca das práticas de umbanda no estado do Piauí

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Processos e Práticas em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho.

TERESINA – PI

2023

L732r Lima, Clebson Lustosa Brandão
Regionalização midiática e religiosidade: cobertura
jornalística do portal Cidade Verde acerca das práticas de
umbanda no Estado do Piauí / Clebson Lustosa Brandão Lima. --
2023.

110 F.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação
em Comunicação, Teresina, 2023.

“Orientadora: Profa. Dra. Samantha Viana Castelo
Branco Rocha Carvalho.”

1. Jornalismo. 2. Mídia. 3. Portal Cidade Verde.
4. Umbanda. I. Carvalho, Samantha Viana Castelo Branco
Rocha. II. Título.

CDD 070.4

CLEBSON LUSTOSA BRANDÃO LIMA

REGIONALIZAÇÃO MIDIÁTICA E RELIGIOSIDADE: cobertura jornalística do portal Cidade Verde acerca das práticas de umbanda no estado do Piauí

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Comunicação

SAMANTHA VIANA CASTELO

Assinado de forma digital por SAMANTHA

BRANCO ROCHA

VIANA CARVALHO:47357312372CASTELO BRANCO ROCHA

CARVALHO:47357312372

Dados: 2023.03.09 12:55:21 -03'00'

PROFA. DRA. SAMANTHA VIANA CASTELO BRANCO ROCHA CARVALHO
Presidente

Documento assinado digitalmente



MARIA CRISTINA GOBBI

Data: 09/03/2023 22:07:18-0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>

PROFA. DRA. MARIA CRISTINA GOBBI
Examinadora

Cristiane Portela de Carvalho

PROFA. DRA. CRISTIANE PORTELA DE CARVALHO Examinadora

*À Maria Creusa Lustosa Brandão, minha
amada avó, minha mãe. (In Memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me guiado nos últimos dois anos, me mostrando qual caminho eu deveria seguir e que escolhas deveria fazer para concluir o mestrado.

Ao meu companheiro Marcos Valério, por ter lutado para que eu procurasse um psicólogo e iniciasse um tratamento na busca de curar as doenças emocionais que adquiri por conta do mestrado.

A Rikelly (irmã), Claudete (mãe) e minha sempre amada vó, dona Creusa, que não só me deram colo e enxugaram as minhas lágrimas, em um final de tarde, na cozinha da nossa casa, em Oeiras, mas reforçaram que estavam ao meu lado para apoiar as minhas decisões - caso eu quisesse desistir do sonho de ser mestre em comunicação.

Agradecer a professora Samantha Castelo Branco pelas orientações.

Por último, não menos importante, obrigado a todo o time da TV Cidade Verde Picos que me ajudou a colocar uma emissora de televisão no ar, no sertão piauiense regional do zero em meio à loucura de um diretor de jornalismo e mestrando que precisava terminar uma pós.

A umbanda não faz o mal. O mal mora dentro de todos nós e o que sobressai é quem você alimenta. A umbanda em si não faz o mal, pois o mal vem do homem mal intencionado que já entra no templo com inveja, ganância e a intenção propriamente do mal. Por lei natural, cada um terá suas consequências.

Gabriel Barbosa (2020).

RESUMO

O estudo voltou-se a analisar como o portal Cidade Verde noticia a religião umbanda considerando as propostas de cobertura regional do referido meio de comunicação sendo este o objetivo geral do trabalho. Por conseguinte, estabeleceu-se, ainda, objetivos específicos para pormenorizar a discussão do trabalho que visaram analisar a linha editorial do portal Cidade Verde em relação cobertura regional da umbanda, identificar datas e fatos relacionados ao noticiamento acerca da umbanda no portal Cidade Verde, listar os critérios de noticiabilidade usados pelo portal Cidade Verde na cobertura regional das práticas de umbanda no Piauí e estabelecer relações entre as notícias publicadas no portal Cidade Verde sobre a umbanda com datas específicas da referida religião. Em torno desses aspectos, o problema de pesquisa que norteou à investigação referiu-se ao seguinte questionamento: como o portal Cidade Verde noticia a religião umbanda considerando as propostas de cobertura regional jornalística? Ainda, foram estabelecidas hipóteses que afirmaram que: o portal Cidade Verde não prioriza coberturas jornalísticas acerca de práticas da umbanda por não entenderem a importância da cobertura regional para grupos marginalizados; os critérios de noticiabilidade identificados nas matérias acerca das práticas da umbanda no Piauí não são diversos e pouco definidos; não existe uma relação proposta pela cobertura regional do referido portal e a veiculação de notícias/reportagens sobre umbanda no Piauí, uma vez que a própria regionalização acontece mais no discurso do que na prática e são poucas as vezes que a religião é noticiada e na maioria das vezes, a umbanda é noticiada no portal no período de datas que marcam a religião. Ou, ainda, quando é registrado algum acontecimento violento como, por exemplo, crimes de preconceito e/ou agressão aos umbandistas. Os principais estudiosos do trabalho foram Moraes, G. (2016), Scholte (2002; 2005; 2007), Erbolato (2002), Traquina (2008; 2002; 2001), Santos (2001; 2013), Teixeira Filho e Azevedo Júnior (2020), Gasparetto (2010), Lima, S. (2017), Silva, W. (2018), Wolton (2012), Ferrari (2004) e Palácios (2002). A execução metodológica da citada investigação deu-se através de uma abordagem qualitativa e quantitativa recorrendo, ainda, as pesquisas bibliográfica, exploratória e descritiva. A técnica de coleta de dados usada correspondeu à análise de conteúdo da cobertura regional das matérias sobre a umbanda publicadas no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019. Por fim, entre as considerações finais da pesquisa chegou-se a constatação de que a cobertura noticiosa (2018 e 2019) sobre a umbanda no portal Cidade Verde propõe-se muito mais a uma abrangência local que regional. Mesmo assim, o portal inclui a umbanda em sua rotina de publicações e as matérias foram pautadas, em especial, pelos critérios de noticiabilidade da proximidade, conflito, idade, importância e repercussão. Além disso, os principais fatos correlacionados a tais critérios se referiram às manifestações públicas contra intolerância religiosa, comemorações públicas, crime, morte, justiça, encontro de umbandistas, perseguição e realidade social.

Palavras-chave: Jornalismo. Mídia. Portal Cidade Verde. Regionalismo. Umbanda.

ABSTRACT

The study turned to analyzing how the Cidade Verde portal reports the Umbanda religion, considering the proposals for regional coverage of the referred means of communication, which is the general objective of the work. Therefore, specific objectives were also established to detail the discussion of the work that aimed to analyze the editorial line of the Cidade Verde portal in relation to regional coverage of umbanda, to identify dates and facts related to the news about umbanda in the Cidade Verde portal, to list the newsworthiness criteria used by the Cidade Verde portal in the regional coverage of umbanda practices in Piauí, and establish relationships between the news published on the Cidade Verde portal about umbanda with specific dates of the said religion. Around these aspects, the research problem that guided the investigation referred to the following question: how does the Cidade Verde portal report the Umbanda religion considering the proposals for regional journalistic coverage? Furthermore, hypotheses were established which stated that: the Cidade Verde portal does not prioritize journalistic coverage of Umbanda practices because they do not understand the importance of regional coverage for marginalized groups; the newsworthiness criteria identified in the articles about Umbanda practices in Piauí are not diverse and poorly defined; there is no relationship proposed by the regional coverage of the aforementioned portal and the publication of news/reports about umbanda in Piauí, since regionalization itself happens more in discourse than in practice and there are few times that religion is reported and in most cases Umbanda is sometimes reported on the portal during the dates that mark the religion. Or, even, when some violent event is registered, for example, crimes of prejudice and/or aggression against Umbanda practitioners. The main scholars of the work were Moraes, G. (2016), Scholte (2002; 2005; 2007), Erbolato (2002), Traquina (2008; 2002; 2001), Santos (2001; 2013), Teixeira Filho and Azevedo Júnior (2020), Gasparetto (2010), Lima, S. (2017), Silva, W. (2018), Wolton (2012), Ferrari (2004) and Palácios (2002). The methodological execution of the aforementioned investigation took place through a qualitative and quantitative approach, also resorting to bibliographical, exploratory and descriptive research. The data collection technique used corresponded to the content analysis of the regional coverage of articles about umbanda published on the Cidade Verde portal between 2018 and 2019. Finally, among the final considerations of the research, it was found that news coverage (2018 and 2019) about umbanda on the Cidade Verde portal is proposed much more at a local than regional scope. Even so, the portal includes umbanda in its publication routine and the articles were guided, in particular, by the newsworthiness criteria of proximity, conflict, age, importance and repercussion. In addition, the main facts correlated to such criteria referred to public demonstrations against religious intolerance, public celebrations, crime, death, justice, Umbanda practitioners, persecution and social reality.

Keywords: Journalism. Media. Green City Portal. Regionalism. Umbanda

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSNL - *Bharat Sanchar Nigam Limited*

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas

CEP – Comitê de Ética de Pesquisa

H1 – Hipótese 1

H2 - Hipótese 2

H3 - Hipótese 3

H4 - Hipótese 4

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

KM - Kilômetro

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PI – Piauí

PPGCOM - Programa de Pós-Graduação em Comunicação

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TV - Televisão

UE - União Europeia

UFPI - Universidade Federal do Piauí

XV - 15

XIX - 19

XX – 20

XXI - 21

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeira divisão regional oficial do Brasil	40
Figura 2 – Divisão regional do Brasil em 1945.....	41
Figura 3 – Divisão regional do Brasil pôr Pedro Pinchas	42
Figura 4 – A regionalização de Milton Santos	43
Figura 5 – Cadeia das georepresentações territoriais	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Publicações sobre a umbanda no portal Cidade Verde nos anos de 2018 e 2019....	76
Gráfico 2 – Quantitativo de publicações de notícias sobre a umbanda no ano de 2018 por mês	76
Gráfico 3 – Quantitativo de publicações de notícias sobre a umbanda no ano de 2019 por mês	78
Gráfico 4 – Quantitativo de publicações de notícias sobre de outras religiões nos anos de 2018 e 2019	80
Gráfico 5 - Percentual das notícias sobre religião no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019	82
Gráfico 6 – Editorias do noticiamento sobre a umbanda no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019	83
Gráfico 7 – Fatos de noticiamento da umbanda no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019 ..	84
Gráfico 8 – Especificação dos fatos sobre a umbanda voltado ao Jornalismo Regional em 2018/2019	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Nuances institucionalizadas da globalização	24
Quadro 02 – Diversificação dos critérios de noticiabilidade	34
Quadro 03 – Previsibilidade e imprevisibilidade dos fatos a serem pautas para notícia	36
Quadro 04 – Categorias de análise de conteúdo aplicada ao <i>corpus</i>	69
Quadro 05 – Cronograma de execução da análise de conteúdo	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo dos descritores usados e encontrados na pesquisa das notícias sobre umbanda nos anos de 2018 e 2019	75
Tabela 2 - Critérios de Noticiabilidade Identificados nas Matérias sobre a Umbanda do Jornalismo Regional do Portal Cidade Verde entre 2018 e 2019.....	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DEMARCAÇÃO JORNALÍSTICA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: REGIONALIZAÇÃO DA NOTÍCIA NA MÍDIA	20
2.1 Globalização e as transformações na comunicação, jornalismo e mídia	20
2.2 A notícia jornalística no âmbito global	31
2.2.1 Noticiabilidade jornalística e seus critérios	34
2.3 Regionalização: aspectos geográficos, comunicacionais e midiáticos	38
2.3.1 Regionalismo: discussão geográfica em torno da origem, conceito e abordagens	38
2.3.2 Regionalismo Midiático	44
3 UMBANDA E SUA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA: ATENÇÃO E SILENCIAMENTO JORNALÍSTICO	51
3.1 Umbanda: formação religiosa e abrangência	51
3.2 Umbanda na Mídia: silenciamento jornalístico em torno da religião de matriz africana	53
3.3 Webjornalismo: espaço supraterritorial da notícia	59
4 METODOLOGIA	66
4.1 Caracterização geral do estudo	66
4.2 Abordagem da pesquisa	66
4.3 As pesquisas	67
4.4 As técnicas	69
4.5 O observável	71
5 COBERTURA JORNALÍSTICA DO PORTAL CIDADE VERDE ACERCA DAS PRÁTICAS DE UMBANDA NO ESTADO DO PIAUÍ	73
5.1 Espaço supraterritorial do portal Cidade Verde as notícias religiosas sobre umbanda e periodicidade	73
5.2 Fatos relacionados ao noticiamento regional sobre umbanda no portal Cidade Verde	83
5.3 Critérios de noticiabilidade das notícias sobre a umbanda publicadas no portal Cidade Verde	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A - LISTA DAS MATÉRIAS DE 2018	111
APÊNDICE B - LISTA DAS MATÉRIAS DE 2019	112

1 INTRODUÇÃO

Jornalismo, mídia e religião corresponde à uma tríade que nesta contemporaneidade, em especial, ao fim do século XX e o percurso vigente do XXI assume uma discussão protagônica na sociedade em decorrência do espaço midiático ora limitado ora silenciado sobre a representação das manifestações religiosas no Brasil fora do *status quo* dominante.

De acordo com Teixeira Filho e Azevedo Júnior (2020) as religiões fora padrão dominante são aquelas que se desenvolveram “à margem” do Catolicismo e nesse caso, enquadram-se muitas como, por exemplo, Protestantismo, Espiritismo e as Afro-Brasileiras sendo Candomblé e Umbanda.

Para este estudo, o foco recai, exclusivamente, em torno da expressão religiosa umbandista na mídia tendo como cerne a veiculação de notícias regionais do estado do Piauí da citada religião no *webjornalismo* considerando-o, então, como o novo espaço territorial de conteúdo jornalístico de alcance global.

Essa assertiva ocorre em detrimento do pensamento de Ferrari (2004) que ver o jornalismo *on-line* como o meio transcendental da veiculação da notícia que atinge a esfera mundial ao tempo que, também, pode direcionar-se ao contexto social nacional, regional e local.

Sendo assim, esclarece-se, portanto que a temática concreta deste estudo refere-se à Regionalização Midiática e Religiosidade: Cobertura Jornalística do Portal Cidade Verde Acerca das Práticas de Umbanda no Estado do Piauí e a justificativa precípua para investigação do assunto citado decorre da necessidade de análise da cobertura midiática regional em torno da manifestação religiosa da umbanda no cenário jornalístico piauiense visando o alcance do entendimento e visibilidade limitada ou silenciada do cerne marginalizado das práticas umbandísticas do Piauí em um meio de comunicação virtual do estado que refere-se ao portal Cidade Verde.

Além disso, o motivo secundário para realização desta pesquisa refere-se, ainda, sobre marcas e bandeiras vivenciadas pelo pesquisador, em questão, que ao se firmar como homem negro, militante de causas sociais, periférico e criado ao som de atabaques que ritmavam as giras de umbanda na cidade de Oeiras - primeira capital do Piauí localizada a 290,7 km ao sul de Teresina - percebia o preconceito social e midiático sobre a divulgação noticiosa dos assuntos umbandísticos em comparação a ampla cobertura que se davam aos eventos e manifestações do catolicismo predominante na cidade.

Nesse sentido, em percepção e análise empírica do Jornalismo Regional em relação as coberturas de fatos de manifestações religiosas da umbanda pôde-se observar que não somente

em Oeiras, mas na mídia, em geral, práticas religiosas não dominantes e, portanto à margem do *status quo* são distanciadas da visibilidade ampla da midiaticização dos fatos. Segundo Gasparetto (2010) o jornalismo e a mídia fundem-se numa atitude sutil de preconceito e segregação religiosa na sociedade, mas que, porém, para os adeptos de religiões silenciadas como a umbanda, por exemplo, vê o impacto dessa ação como subjetivamente agressiva, pois aos silenciados resta, apenas, os apontamentos sociais da discriminação religiosa.

Desse modo, explica-se, ainda, que a escolha do meio de comunicação, portal Cidade Verde, para investigação da temática já elucidada se deve pelo motivo do citado meio de comunicação *on-line* auto se afirmar como uma mídia que trabalha com a regionalização da notícia através de coberturas de fatos regionais ocorrentes no estado do Piauí e com essa premissa assuntos relacionados à umbanda podem, também, ser incluídos no rol de notícias do Portal.

Perante esse contexto e tendo como cenário com a proposta deste estudo estabeleceu-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como o portal Cidade Verde noticia a religião umbanda considerando as propostas de cobertura regional jornalística? Ademais, ainda propõe-se questões secundárias referentes à: como se dão as relações entre a construção da notícia tendo como pauta a religião umbanda? Que aspectos são determinantes no portal Cidade Verde para cobertura regional das manifestações da religião umbanda? Diante destas indagações, almeja-se pelo seguinte objetivo geral analisar como o portal Cidade Verde noticia a religião umbanda considerando as propostas de cobertura regional do referido meio de comunicação.

Além disso, para pormenorização da execução deste estudo estabeleceu-se objetivos específicos que visaram analisar a linha editorial do portal Cidade Verde em relação cobertura regional da umbanda, identificar datas e fatos relacionados ao noticiamento acerca da umbanda no portal Cidade Verde, listar os critérios de noticiabilidade usados pelo portal Cidade Verde na cobertura regional das práticas de umbanda no Piauí e estabelecer relações entre as notícias publicadas no portal Cidade Verde sobre a umbanda com datas específicas da referida religião.

Ainda determinou-se hipóteses com as seguintes assertivas:

H1- O portal Cidade Verde não prioriza coberturas jornalísticas acerca de práticas da umbanda por não entenderem a importância da cobertura regional para grupos marginalizados;

H2- Os critérios de noticiabilidade identificados nas matérias acerca das práticas da umbanda no Piauí não são diversos e pouco definidos;

H3- Não existe uma relação proposta pela cobertura regional do referido portal e a veiculação de notícias/reportagens sobre umbanda no Piauí, uma vez que a própria

regionalização acontece mais no discurso do que na prática e são poucas as vezes que a religião é noticiada; e

H4 - Na maioria das vezes, a umbanda é noticiada no portal no período de datas que marcam a religião. Ou, ainda, quando é registrado algum acontecimento violento como, por exemplo, crimes de preconceito e/ou agressão aos umbandistas.

Para o alcance dos objetivos propostos, resposta ao problema de pesquisa e confirmação ou negação das hipóteses estabelecidas escolheu-se como procedimentos metodológicos uma *práxis* baseada numa abordagem qualitativa e quantitativa alicerçada nas pesquisas bibliográfica, exploratória e descritiva tendo como técnica de coleta de dados a análise de conteúdo. O *lócus* da investigação correspondeu ao portal Cidade Verde e a análise de conteúdo recaiu sobre a cobertura regional de matérias sobre a umbanda publicadas no citado meio de comunicação *on-line* entre os anos de 2018 e 2019 porque entre 2020 e 2022 toda a imprensa esteve mais obstinada com a cobertura da pandemia da Covid-19 e foi analisado a periodicidade, critérios de noticiabilidade, fatos da temática das notícias e impacto das matérias na sociedade. Esses aspectos foram apresentados quantitativamente e discutidos qualitativamente.

Nesse sentido, explica-se que a concepção deste estudo constitui-se com um trabalho acadêmico e científico de relevância para três eixos: sociedade, pesquisador e imprensa regional piauiense. Para a sociedade, a importância da pesquisa dá-se devido ao fato dos estudos acadêmicos serem públicos aos cidadãos brasileiros, a investigação do assunto supracitado constitui-se como uma fonte de esclarecimento e discussão em torno do silenciamento de manifestações religiosas marginalizadas, julgadas e oprimidas historicamente pelo reflexo da herança colonialista europeia. Esse ato consistiu em anular práticas religiosas avessas ao catolicismo apostólico romano introduzido no país desde 1500 pelos portugueses (ROGNON, 1991).

Já em relação ao pesquisador, a busca ativa pelos resultados e discussão teórica do assunto escolhido ocorre pela proposição de estar sanando como cidadão e quanto jornalista os vieses que contribuem para o distanciamento da umbanda como fonte de informação noticiosa regional à imprensa.

Para a imprensa regional piauiense a realização desta pesquisa colabora para uma *práxis* real do silenciamento subliminar midiático que ocorre em relação aos assuntos e grupos marginalizados pelo *status quo* e, em decorrência disso, este trabalho possui a capacidade de incitar uma reflexão acerca da midiática das práticas de umbanda no estado do Piauí.

Sobre a estrutura desta dissertação, a mesma está constituída em dois capítulos teóricos, um metodológico, outro sobre a análise e discussão dos dados seguido das considerações e referências bibliográficas.

No primeiro capítulo teórico - DEMARCAÇÃO JORNALÍSTICA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: REGIONALIZAÇÃO DA NOTÍCIA NA MÍDIA – discute-se sobre a Globalização e as Transformações na Comunicação, Jornalismo e Mídia, A Notícia Jornalística no Âmbito Global e a subseção Noticiabilidade jornalística e seus critérios bem como, ainda, explana-se sobre a Regionalização: Aspectos Geográficos, Comunicacionais e Midiáticos e subtópicos sobre o Regionalismo: Discussão Geográfica em Torno da Origem, Conceito e Abordagens e Regionalismo Midiático. Esse capítulo foi construído sobre o pensamento de Moraes, G. (2016), Scholte (2002; 2005; 2007), Erbolato (2002), Traquina (2008; 2002; 2001), Santos (2001; 2013) e entre outros. A proposta teórica do capítulo apontado refere-se a explanação da notícia midiática no âmbito regional em meio a globalização jornalística intermediada por muitos fatores, inclusive geográficos e comunicacionais.

No segundo capítulo teórico - UMBANDA E SUA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA: ATENÇÃO E SILENCIAMENTO JORNALÍSTICO - a dissertação segue em torno da Umbanda: Formação Religiosa e Abrangência, Umbanda na Mídia: Silenciamento Jornalístico em Torno da Religião de Matriz Africana e Webjornalismo: Espaço Supraterritorial da Notícia feito com base nas disposições de Teixeira Filho e Azevedo Júnior (2020), Gasparetto (2010), Lima, S. (2017), Silva, W. (2018), Wolton (2012), Ferrari (2004), Palácios (2002) e entre outros. Nesse capítulo, evidencia-se a formação da umbanda e, em especial, o impacto social e cultural da mesma da sociedade brasileira, inclusive, na mídia. Por isso, discute-se, também, a limitação e silenciamento das notícias de umbanda no jornalismo e na mídia como um todo, em especial, no campo *on-line*.

O terceiro capítulo da dissertação - METODOLOGIA - apresenta-se detalhadamente sobre a Caracterização geral do estudo, Abordagem da pesquisa, As pesquisas, As técnicas e O observável. Os autores usados para explanação do assunto são Gil (2012), Marconi e Lakatos (2015), Santaella (2001) e outros estudiosos de orientação de metodologia científica.

No quarto capítulo - COBERTURA JORNALÍSTICA DO PORTAL CIDADE VERDE ACERCA DAS PRÁTICAS DE UMBANDA NO ESTADO DO PIAUÍ – há o ápice desta dissertação, pois é o espaço onde apresenta-se os dados obtidos e a discussão dos resultados bem como reflexões em torno dos achados por meio da *práxis* metodológica utilizada. Para que os dados fossem discutidos de modo estruturado dividiu-se a análise em três seções, sendo elas: Espaço Supraterritorial do Portal Cidade Verde as Notícias Religiosas sobre Umbanda e

Periodicidade, Fatos relacionados ao noticiamento regional sobre umbanda no portal Cidade Verde e Critérios de noticiabilidade das notícias sobre a umbanda publicadas no portal Cidade Verde. Sobre os autores que embasam a discussão dos dados são que norteiam a constituição dos capítulos teóricos desta dissertação.

Ao final, com este estudo pretende-se contribuir cada vez mais para análise do Jornalismo e a atenção da citada atividade em relação ao noticiamento de fatos sobre religiões às margens do padrão social dominante como a umbanda. Acredita-se com este trabalho seja possível romper as barreiras informacionais sobre a umbanda.

2 DEMARCAÇÃO JORNALÍSTICA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: REGIONALIZAÇÃO DA NOTÍCIA NA MÍDIA

O jornalismo e a mídia são intrínsecos no mundo da comunicação e seja ela global, nacional, regional ou local a notícia sempre é repassada por tais e o único diferencial de propagação corresponde ao meio e a demarcação geográfica do fato atrelado ao critério de noticiabilidade. Para essa discussão, torna-se importante iniciar a explanação sobre o contexto geral da globalização para depois chegar as demarcações ou subdivisões que ganharam representatividade por conta do avanço da tecnologia, de modo especial pela internet, fazendo com que acontecimentos regionais, por exemplo, sejam vistos em larga escala passando a dá imagem e discurso as situações que outrora eram menosprezadas.

2.1 Globalização e as transformações na comunicação, jornalismo e mídia

A globalização e as transformações no jornalismo são fenômenos antigos. O jornalismo evidencia os efeitos da gradativos da globalização desde que as grandes nações começaram a dominar novos continentes e passaram a aperfeiçoar suas tecnologias. Conforme Sodré (2004), as primeiras práticas jornalísticas no mundo não foram realizadas por profissionais formados visto que a data do primeiro curso oficial de Jornalismo consta de 1869¹, mas desde muito tempo pessoas letradas, como eram denominadas, escreviam panfletos, cartas, manifestos que já relatavam a transformação do *modus operandi*² da sociedade desencadeado pela globalização em suas práticas cotidianas que passaram a ser fatos noticiosos para a mídia da época

O jornalismo tem como objeto prático de socialização fatos possíveis de serem transformados em notícia de interesse público. Sendo assim, as práticas jornalísticas, também, são influenciadas pela globalização, mesmo que seja de modo sutil, pois tanto Traquina (2001) quanto Medina (1982; 1988) em um pensamento corroborativo refletem que a notícia jornalística é produzida e publicada com interesses centrais ao grupo majoritário cujo dominam o fluxo de informação de um país, estado ou cidade colaborando para a homogeneização da informação jornalística onde situações marginalizadas, distantes do *status quo*, não conseguem espaço informativo no jornal como, por exemplo, as manifestações religiosas da umbanda e candomblé que durante séculos foram condenados na mídia e Jornalismo.

¹ A informação oficial do primeiro curso de Jornalismo ocorreu em Virgínia- Estados Unidos na *Washington College* (MELO, 2004).

² Modo operacional.

As negativas e/ou repúdios à globalização proliferaram, por assim dizer, devido a imposição, mesmo que sutil, dos padrões de vida e socialização dos acontecimentos do âmbito global para os nichos regional e local e com o desenvolvimento da internet as relações sociais, em especial, as do século XXI passaram a ser cada vez mais “atadas” aos nós virtuais que não podem ser desmanchados, mas, apenas, reestruturados. Conforme Lévy (1999) a globalização por meio da virtualidade acelerou ainda mais seu impacto na padronização/homogeneização dos fatos, comportamentos, socializações e etc.

O patamar atual da globalização dita tanto de modo sublime quanto coercitivo as relações sociais e interações humanas com as estruturas que os cercam, mas de acordo com Romero e Vera-Colina (2012) isso não deve ser visto como uma situação apocalíptica e desastrosa, pois a única diferença das atividades da globalização vigente para a de outrora é o fato de que, hoje em dia, a inteligência humana tornou-se superior à dos tempos remotos e isso facilita bastante as transformações físicas, sociais, culturais, econômicas, políticas, educacionais e, até mesmo, religiosas.

Debater a globalização corresponde à uma atividade que não pode ser feita somente sob o viés negativista, mas também conforme Romero e Vera-Colina (2003) não se pode analisar todas as consequências da globalização sob uma generalizada percepção positiva apoiando-se somente nos avanços à saúde, economia, trabalho e etc. Ou seja, é um fenômeno de duas faces, porém com consequências mais favoráveis aos ricos e não classe minoritária.

Embora muito polêmica e criticada, a globalização é considerada sinônimo de evolução/transformação e na percepção de Romero e Vera-Colina (2007) torna-se tão delicado explicar sobre um assunto que favoreceu muito mais os ricos e suas nações desenvolvidas que aos pobres e seus países marcados por mazelas que apontar pontos positivos a esse fenômeno torna-se constrangedor. O ato de globalizar foi feito com intenção de dominar, estruturar e, embora contraditório, igualar, porém não o *status quo* dominante que se relaciona totalmente ao poder econômico e a propriedade dos meios de produção, mas, sim, o *modus vivendi*³ e o *modus structuris*⁴ para que os globalizadores não se sentissem esdrúxulos nas novas terras/nações conquistadas (SANTOS, 2013).

O exposto acima, pode ser exemplificado quando a Família Real chegou ao Brasil em 1808 - fugidos de Napoleão Bonaparte por terem violado o Bloqueio Continental⁵ - e perante

³ Modo de vida.

⁴ Modo estrutural.

⁵ Tratado que proibia os países a terem relações comerciais com a Inglaterra sob a penalidade de ser invadido. Portugal não podia seguir essa determinação por ter relação comercial dependente da Grã-Bretanha e para não enfrentar o exército napoleônico vieram para Brasil, chegando em janeiro de 1808 (FAUSTO, 1994).

esse acontecimento os portugueses chegaram nas terras brasileiras pela região Nordeste. Dom João VI de imediato ordenou a criação da Escola de Cirurgia da Bahia e Escola anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Essas instituições foram precursoras do ensino superior brasileiro que era proibido funcionar em colônias tendo em vista que as pessoas com condições financeiras emigravam para Portugal visando forma-se em Coimbra, cidade que abriga universidade desde 1290. Além disso, foi criado em o Banco do Brasil em outubro de 1808 bem como a Imprensa Régia no ano de 1810. Outro feito, refere-se a Academia Real Militar fundada em 1810 e a primeira biblioteca do país - Real Bibliotheca, hoje Biblioteca Nacional - em 1811(FAUSTO, 2000).

Esses feitos não foram realizados por nobreza de Dom João VI, mas, sim, para que a vida na mais nova colônia portuguesa tenha estrutura similares, mesmo que rudimentar, a antiga sede o reino português, em Lisboa. Ou seja, a prática globalizadora desse feito não ocorreu para dá comodidade aos colonizados, todavia visou dá suporte ao *status quo* português que encontrava-se em uma nação tropical e sem estrutura similar ao que antes viviam (FAUSTO, 1994).

O contexto apresentado acima não foi exclusivo somente do Brasil sob a dominação de Portugal, mas isso ocorreu em outros países da América Latina, do Norte também nos continentes africano, asiático, oceânico, europeu e na Antártida. Nova Iorque, por exemplo, foi descoberta por judeus holandeses. Porém, devido a seu limitado poder imperialista perdeu a colônia para os ingleses que transformou suas bases econômicas e culturais no que todos conhecem atualmente, uma grande cidade desenvolvida (CARNEIRO, 2007).

Essas situações foram dispostas para a exemplificar os efeitos da globalização que muito se confunde com a prática imperialista e a segundo Ianni (s.d) elas não são confundíveis, mas, sim, fundíveis sendo complementares uma da outra. Enquanto a globalização visa a equidade padronizadora que também é desleal sobre a cultura, economia e todo modo de vida de uma nação sobre a outra, o imperialismo é fisicamente brutal visando, exclusivamente, a conquista e dominação territorial. Desse modo, a constituição formativa da globalização e do imperialismo andam juntas, de modo institucional autorizado por reis e rainhas europeias, desde o século XV com as Grandes Navegações que essas atividades foram impulsionadas.

O fenômeno da globalização assumiu uma perspectiva violenta e isso ocorreu pela coercibilidade imperialista para dominação dos povos nativos dos países conquistados pelos quais os colonizadores não sabiam da formação social e cultural de tais. Porém, segundo Costa (2002) as ações da globalização impulsionaram o desenvolvimento técnico-científico e os grandes feitos foram o aperfeiçoamento da cartografia, criação da bússola, quadrante,

astrolábio, balhastilha e a construção de caravelas cada vez mais resistentes. Assim, a globalização, em sua gênese, teve como fundamento a transformação seja estrutural seja social, pois ao tempo que objetos úteis eram criados e/ou aperfeiçoados melhor seria a vida da sociedade tanto de modo direto quanto indireto.

Sobre a perspectiva transformada da globalização, Moraes, G. (2016, p. 26) explica que corresponde à “[...] um fenômeno gerador de transformações em diferentes setores da sociedade e, simultaneamente, um fenômeno promotor de acentuadas modificações na forma pela qual a realidade é percebida e construída pelo homem”.

Porém, deve-se atentar que a transformação e modificação gerada pelo ato globalizatório nas nações não se refere somente as ações “benéficas” do fenômeno, pois segundo Moraes, G. (2016) esse ato possui duas formas de imposição e dominância na sociedade. Outrora, tudo ocorria na coercibilidade – pode-se citar os africanos retirados a força de seus países e os índios brasileiros que foram tratados como forasteiros em suas próprias terras e que, também, foram violentados, escravizados e obrigados a converterem ao catolicismo pela intermediação dos Jesuítas.

Atualmente, as ações transformadoras da globalização ocorrem de modo implícito, subjetivo e, até mesmo, simbólico que deturpa a identidade cultural dos povos e nações dominadas. Por identidade cultural na interpretação de Hall (2006) compreende-se todas as relações, características, hábitos, costumes e rotina de um povo que se concretizam em sua identificação, ou seja, representação física do que é o indivíduo, seu grupo, comunidade é na sociedade.

Assim, torna-se fácil perceber que a essência da identidade cultural dos indígenas brasileiros é o avesso da identificação dos negros e que a representação sociocultural dos norte-americanos, por exemplo, nada se relaciona com a desses povos que, atualmente, são muitos influenciados por hábitos culturais que não fazem parte originária de sua identidade. Toda essa situação é consequência da globalização.

Em linhas gerais, a desidentificação cultural é o rompimento originário do indivíduo com sua cultura e demais aspectos para vivência e supervalorização de outros elementos e contextos culturais que são, totalmente, esdrúxulos a formação cultural original do indivíduo (HALL, 2006).

Na globalização, a vida e a cultura dos dominadores não sofrem alterações que os desidentifiquem. Contudo, na percepção de Bauman (2005) são as nações pobres e emergentes

que cedem a imposição da indústria cultural⁶ bem como a massificação econômica, política, social, religiosa e educacional reforçadas, também, pelos meios de comunicação.

A mídia é afetada diretamente pela globalização porque os veículos de comunicação não possuem personificação própria, ou seja, dependem do manuseio dos homens e estes, por sua vez, são conforme Ianni (1999) afetados pela hegemonia globalizante que reduz tudo a uma única estrutura fazendo com que até mesmo o Jornalismo e a mídia se transformem para acompanhar os efeitos ora positivos ora negativos do fenômeno da globalização.

Por hegemonia compreende-se segundo o pensamento de Gramsci (2011) na supremacia e influencia maioritário de um povo sobre outro. Tal fenômeno pode ocorrer através de questões ideológicas envolvendo aspectos sobre cultura, religião, etnia, economia, política e etc. A hegemonia não é uma atividade bem vista para os países pobres e sua população e, na grande maioria dos casos, esses indivíduos nem sabem o que significa. Contudo, os poderosos e influentes indivíduos lutam para que a hegemonia não seja rompida, pois o fim da hegemonia significa perda de domínio da vida dos mais pobres e excluídos socialmente nos mais diversos aspectos.

A hegemonia é uma atividade importante da globalização e, por isso, no quadro abaixo apresenta-se outras principais características que demarcam a globalização:

Quadro 01 – Nuances institucionalizadas da globalização

Características	Implicações
Internacionalização	Quando a globalização é interpretada como internacionalização, o termo refere-se a um crescimento das transações e interdependência entre países. Nessa perspectiva, um mundo mais global é onde mais mensagens, ideias, mercadorias, dinheiro, investimentos, poluentes e pessoas se cruzam fronteiras entre unidades territoriais-estado-nacionais. Para certos autores, como Paul Hirst e Grahame Thompson, a globalização é uma forma especialmente intensa de internacionalização, de modo que o global é um subconjunto particular do internacional. Muitos outros analistas são menos exigentes e simplesmente consideram as palavras 'global' e 'internacional' como sinônimos a serem usados de forma intercambiável.
Liberalização	Um segundo beco sem saída analítico comum nas discussões da globalização equiparou a noção com liberalização. Nesse caso, a globalização denota um processo de remoção das restrições aos movimentos de recursos entre países, a fim de formar um 'aberto' e economia mundial "sem fronteiras". Nesse entendimento, a globalização ocorre à medida que as autoridades reduzem ou abolir medidas regulatórias como barreiras comerciais, restrições cambiais, controles de capital e requisitos de visto. Usando essa definição, o estudo da globalização é um debate sobre os chamados políticas macroeconômicas "neoliberais". De um lado desse argumento, muitos acadêmicos, empresários executivos e formuladores de políticas têm apoiado prescrições neoliberais de que a liberalização mundial, privatização, desregulamentação e contenção fiscal trariam com o tempo prosperidade, liberdade, paz e democracia para

⁶ Massificação da cultura de países dominantes em nações com cultura avessa e menor poder econômico.

	todos. Por outro lado, os críticos do chamado movimento “antiglobalização” se opuseram às políticas neoliberais, argumentando que uma economia mundial laissez-faire produz maior pobreza, desigualdade, conflito social, destruição cultural, danos ecológicos e democracia déficits.
Universalização	Um terceiro beco sem saída aparece nas análises da globalização quando a noção é concebida como universalização. Neste caso, a globalização é entendida como um processo de dispersão de vários objetos e experiências para pessoas em todas as partes habitadas da terra. Nessas linhas, 'global' significa 'mundial' e 'em todos os lugares'. Portanto, há uma 'globalização' do calendário gregoriano, tabaco, ternos de negócios, jantares de curry, bangalôs, bonecas Barbie, espingardas e assim por diante. Frequentemente a globalização-como-universalização é assumida para implicar a homogeneização com a cultura mundial, convergência econômica, jurídica e política. Por exemplo, alguns economistas avaliaram globalização em termos do grau em que os preços de determinados bens e serviços se tornam mesmo em todos os países.
Ocidentalização	Uma quarta concepção comum de globalização a definiu como ocidentalização. Como tal, a globalização é considerada como um tipo particular de universalização, em que as estruturas sociais de modernidade (capitalismo, industrialismo, racionalismo, urbanismo, etc.) humanidade, no processo de destruição de culturas pré-existentes e autodeterminação local. A globalização assim entendida é muitas vezes interpretada como colonização, americanização e (em o vocabulário do intelectual iraniano Ale Ahmad) 'westoxification'. Para esses críticos, falar de globalização é um discurso hegemônico, uma ideologia de suposto progresso que mascara destruição e subordinação.

Fonte: Scholte (2007, p.6-12).

Pela internacionalização, compreende-se que corresponde ao cruzamento, por assim dizer, de todas as atividades sociais no globo sem limites como, por exemplo, a inter-relação das questões econômicas, ambientais que atualmente são discutidas/tratadas de modo internacional em convenções mundiais que reúnem os presidentes e líderes dos países ligados a Organização das Nações Unidas-ONU ou reuniões de das nações da União Europeia-EU.

No caso da liberalização, refere-se a retirada das restrições de barreiras entre as nações. Ou seja, a extinção de medidas que complicam a internacionalização, por isso os países quando convocados às reuniões de temas de interesse mundial na ONU limitações são diminuídas a depender a exigência e contexto da situação. Em momentos singulares de tragédias mundiais, chefes de nação prestam solidariedade aos países devastados e para isso, liberações econômicas são realizadas e isso pode ocorrer, inclusive, em estados da federação do país.

Já a universalização, relaciona-se à homogeneização da cultura e dos padrões econômicos, políticos, jurídicos e etc. A universalização corresponde a característica mais apontada pelos críticos a globalização como a vilã/ladrona da identidade cultural das nações, pois o fator universal globalizante reduz o globo a nuances sem distinções matando, por assim dizer, a cultura dos povos que muito se diferencia da vida das nações globalizadoras.

Por fim, a ocidentalização, também, conforme a universalização é muito julgada, pois sua premissa é estruturar o mundo seguindo os padrões ocidentais e essa atitude é um grande contribuinte para a aniquilação de culturas, pois esse fator valoriza a homogeneização de costumes e a hegemonia ideológico no intuito de manter a subordinação das nações.

O quadrante internacionalização, liberalização, universalização e ocidentalização provoca no mundo globalizado uma série de vantagens e desvantagens. Assim, percebe-se como maiores pontos negativos/malefícios e/ou desvantagens a desidentificação cultural, adoração de culturas alheias, consumo desapropriado, valorização do ter em detrimento do ser e aprofundamento das desigualdades e mazelas sociais. Já como positivo e/ou benefícios pode-se pontuar aprimoramento da tecnologia a favor da humanidade, na grande maioria dos casos, aperfeiçoamento das tecnologias e comunicação e informação e expansão da comunicação global.

Assim, deixando de lado as características negativas gerais e adentrando em uma das vantagens da globalização que se refere-se à expansão da comunicação destacado aqui por Scholte (2005, p.17) ao pontuar que a “globalização engloba a reconfiguração da geografia social a partir de uma crescente conexão interplanetária entre pessoas” e o disposto do autor diz respeito à comunicação sem barreiras e interferências que pode ser realizada atualmente.

Desse modo, a expressão geografia social diz respeito não somente ao espaço geolocalizatório da sociedade, mas, sim, em relação a todo processo de movimentação e cotidiano social dos indivíduos, em especial, os assuntos relacionados ao ambiente comunicativo (SANTOS, 2013) que não é mais restrito às coordenadas geográficas terrestres, mas, sim, a geografia espacial onde não há barreiras aéreas, territoriais e aquáticas (SANTOS, 2001).

Nesse sentido, explica-se, ainda, que atualmente nem mais a demarcação terras é realizada somente por mapas cartesianos, pois até mesmo isso foi expandido pelo Sistema Geodésico Brasileiro que passou a mapear os territórios do espaço visando, assim, uma maior integração e socialização das terras registradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (TALASKA; ETGES, 2012) sendo essa atitude uma das consequências da globalização espacial da demarcação territórios e com a comunicação não se constitui diferente.

Segundo Scholte (2005) a conexão interplanetária entre pessoas proporcionada pela globalização dá-se por uma comunicação sem fios intermedia por aparatos tecnológicos capazes de suportar a transmissão de dados de texto, áudio, vídeo e imagens em tempo real com relevante redução de custos se comparado a outras mídias que outrora foram consideradas as

maiores inovações do espaço geográfico comunicacional. Essa comunicação sem limites refere-se àquela intermedia por fios de fibra ótica denominada de internet que segundo Wolton (2012) proporcionou a mudança de paradigmas sociais, culturais, econômicos, políticos, educacionais e religiosos assim como a globalização.

Desse modo, conforme Silva, P., Santos e Leite (2013, p.13):

[...] fica clara a importância da densidade comunicacional na busca de um futuro e de outra forma de assumirmos a globalização. Com a redefinição dos valores sociais e rumo ao futuro como ideia de projeto (não mais apenas como recurso), reconhecendo que vários futuros estão potencialmente colocados para as pessoas, e não apenas para aqueles grupos hegemônicos.

Ou seja, a base do “georreferenciamento” da comunicação globalizada decorre do emponderamento e independência da emissão e recepção da mensagem. Contudo, o que a sociedade vivencia atualmente corresponde a mais nova expansão do processo comunicativo, mas como a globalização não é um fenômeno contemporâneo, as transformações geocomunicativas ocorrem desde tempos/séculos bastantes remotos.

Segundo Castells (2015) a globalização passa a impulsionar e modificar o processo da comunicação global a partir das Grandes Navegações onde, nessa época, o grande avanço era a comunicação além-mar. Tudo isso, era proporcionado pelo avanço das caravelas que foram adaptadas para serem mais resistentes as águas violentas da travessia.

O primeiro sucesso dessa comunicação correspondeu à carta de Pero Vaz de Caminha em 1500 que inaugurou no Brasil a Literatura Informativa ou Quinhentismo e influenciou em Portugal, anos mais tarde, no Classicismo. A carta de Caminha, hoje considerado um documento histórico, informava ao rei de Portugal, Dom Manuel I sobre o novo achado e como eram as terras, a fauna, flora e os nativos indígenas (VELOSO FILHO, 2012).

A troca de comunicação entre dois continentes foi garantida com o aperfeiçoamento do meio de transporte aquático (VESPÚCIO, 2010). Durante muitos séculos, a carta era o meio de comunicação mais importante e usado, porém, sua gênese era excludente visto que somente os que sabiam ler e escrever podiam utilizá-la com maestria. Entretanto, muitas pessoas pediam para que outras escrevessem e lessem o conteúdo para que o processo comunicativo fosse alcançado.

Conforme Bordenave (1982) o processo comunicativo somente se consolida quando há o entendimento entre a mensagem do emissor para o receptor e qualquer falha nesse procedimento, constitui-se num ruído comunicativo e, por isso, há a necessidade de que os sujeitos envolvidos dominem o código linguístico um do outro.

Assim, com o evoluir dos meios a comunicação foi obtendo um patamar cada mais integrativo e universal. Segundo Anderson (2006) se antes a carta limitava aos que não sabiam ler e escrever veio telégrafo em 1844 como um dos mais fascinantes meios de comunicação de transmitia a mensagem por uma quilometragem considerável por meio da eletricidade e sem fios. Contudo, o envio de telegramas era, também, dependente e exclusivo a quem dominava o código Morse⁷ e, por isso o telégrafo não estava disponível para todos. O aparelho ficava restrito em empresas de emissão e recepção de mensagens, normalmente, de propriedade do governo.

O telégrafo foi um dos mais importantes meios para o processo expansivo interplanetário da globalização da comunicação mundial, pois através dele inaugurou-se a era da informação. Assim, explica-se que embora, atualmente, a era informativa seja caracterizada pela velocidade instantânea da transmissão de dados, no século XIX, ter um aparelho que transmitia mensagens sem fios e por eletricidade era considerado a maior invenção/revolução no processo geocomunitivo mundial (PIZZI, 2004). Embora, tenha entrado em desuso no início do século XX, o telégrafo funcionou em alguns países, a exemplo da Índia, até o ano de 2013 pela *Bharat Sanchar Nigam Limited* - BSNL, empresa de telégrafos indiana (REVISTA PIAUÍ, 2013).

No ano de 1875, foi criado o telefone que competiu espaço com o telégrafo sendo ambas como tecnologias expansivas da comunicação através dos meios. Segundo Pizzi (2004) o telefone se tornou mais portátil que o aparelho do código Morse, pois dispensa a compreensão do sistema, porém não era acessível a todos visto que o equipamento era caro e elitista. Mesmo assim, impulsionou o processo global da comunicação.

Porém, esses meios de comunicação perderam campo para o rádio em 1896. O aparelho que emite a comunicação por ondas sonoras de larga transmissão fascinou a sociedade e o processo comunicativo por dois fatores: comunicação por voz integrativa, pois descarta a necessidade dos usuários saberem ler e escrever e acessibilidade visto que para adquiri-lo era mais viável financeiramente se comparado ao telégrafo (ORTRIWANO, 1985).

Durante muitos séculos o rádio foi consolidado com o meio de comunicação mais eficaz para internacionalização, liberalização, universalização e ocidentalização da globalização. Guerras foram narradas no rádio, morte de líderes foram anunciadas, acordo econômicos, políticos de paz foram selados e noticiados em tempo real pela voz de locutores e jornalistas (MEDISCHT, 2007).

⁷ Sistema/código de traços e pontos que designam as respectivas letras do alfabeto permitindo, então, uma comunicação codificada.

O rádio, tornou-se o maior propulsor dos ideais da globalização, pois a universalização e ocidentalização das perspectivas globais de homogeneização tiveram voz e alcance sonoro a toda população mundial, pois os chefes das grandes nações perceberam o quanto faz-se importante e eficaz a influência da comunicação sobre os povos dominados. Isso ocorre porque segundo Scholte (2002, p.14):

A globalização é a difusão de conexões transplanetárias entre as pessoas e mais recentemente, de conexões supraterritoriais. A partir desta perspectiva, a globalização envolve reduções de barreiras aos contatos transmundiais. As pessoas tornaram-se mais aptas: física, legal, cultural e psicologicamente a engajarem-se umas com as outras em um só mundo.

O engajamento e a conexão transplanetárias relatada pelo autor refere-se, exclusivamente, as relações comunicativas que passaram a ser supraterritoriais significando a situação onde as “relações sociais transcendem substancialmente a geografia territorial” (SCHOLTE, 2005, p. 61). O *modus operandi* que a globalização encontra para transcender a geografia territorial refere-se à supraterritorialidade comunicativa através dos meios/da mídia e, também, dos porta-vozes da comunicação sendo o jornalista um dos mais evidentes. Mas, os chefes de estado, políticos e demais homens de grande relevância econômica mundial⁸ também usam os meios/a mídia para a comunicação transplanetária do discurso subjetivo e implícito da globalização que atualmente “vai além da existência física material da terra, água e ar: o espalho social é também é virtual e o tempo simultâneo e instantâneo” (SCHOLTE, 2002, p. 16).

O exposto refere-se a comunicação virtual, mas antes de adentrar no assunto, explique-se, ainda, sobre outro importante meio de comunicação para expansão da ideologia da globalização, a televisão que minimizou a atuação do rádio devido ao fato de que as pessoas mantiveram-se encantadas pela magia da união perfeita de áudio e imagem que no começo foi preto e branco e, posteriormente, passou a transmitir em cores (RIBEIRO, 2004).

A televisão foi, sem dúvida, o meio de comunicação mais aclamado da humanidade e reinou, sem ressalvas em todo o mundo. No Brasil, a TV chegou, apenas, em 1950, mas o teve a conheceu em 1926 na Inglaterra por invenção de um inventor escocês, John Logie Baird. O impacto da televisão foi brutal na humanidade, pois nela tudo podia ser realizado: entretenimento e jornalismo, porém o grande diferencial que é visto, também, como desvantagem refere-se a unilateralidade comunicativa, pois diferente do rádio onde o processo comunicacional dá-se de forma bilateral favorecendo a retroalimentação comunicativa, na TV

⁸ O bilionário, Elon Musk é grande exemplo dessa situação.

isso não ocorre através das ondas sonoras somente, então, se o convidado estiver no estúdio de televisão (RIBEIRO, 2006).

Para a globalização, a TV foi muito importante segundo Ribeiro (2004) representou o meio mais eficaz para o convencimento subjetivo e implícito da nova ordem mundial pauta da ideologia homogênea da vida e *status quo* de nações constituídas por hábitos, culturas e cotidiano totalmente avesso dos países dominados. A ajuda da imagem agiu como um amuleto de hipnose da população espectadora e, por isso, McLuhan (1964, p.13) sua crítica a televisão que para ele corresponde apenas à “um componente do ambiente elétrico de circuito instantâneo, que sucedeu ao velho mundo da roda, das porcas e parafusos e dos raios [...]”.

O autor citado aponta com desgosto que a televisão transformou os espectadores em:

[...] “idiota tecnológico [...] pois, o “conteúdo” de um meio é como a “bola” de carne que o assaltante leva consigo para distrair o cão de guarda da mente. O efeito de um meio se torna mais forte e intenso justamente porque o seu “conteúdo” é um outro meio. O conteúdo de um filme é um romance, uma peça de teatro ou uma ópera. O efeito da forma fílmica não está relacionado ao conteúdo de seu programa. O “conteúdo” da escrita ou da imprensa e a fala, mas o leitor permanece quase que inteiramente inconsciente, seja em relação à palavra impressa, seja em relação à palavra falada (MCLUHAN, 1964, p.13).

McLuhan critica o fato dos espectadores não saberem/compreenderem que, de fato, o meio é a própria mensagem e como não compreendem isso, ficam à mercê da manipulação da mídia para manter audiências e tudo isso intermediado pelo poder da imagem e do discurso ideológico propagado no meio.

Nesse contexto, o jornalismo muito se expandiu com a evolução midiática, pois segundo Moraes, D. (2003) a globalização não se conteve em, apenas, transformar o espaço da mídia, mas também envolveu os profissionais jornalistas na internacionalização, liberalização, universalização e ocidentalização na comunicação global transplanetária entre as pessoas na mídia.

Sendo assim, conforme Abramo (2003) evidenciou-se no jornalismo a valorização de certos assuntos em detrimentos de outros fazendo com que os jornais (impressos, radiofônicos, televisivos e, até mesmo, virtuais) se tornassem vitrines da padronização da indústria cultural excludente, impositória, homogênea e ideológica da supremacia caucasiana, rica e intelectual que domina e executa a globalização.

Por isso, que a ascensão midiática impulsionou o discurso hegemônico da globalização e a sutilidade da comunicação homogênea em todas as mídias, em especial, na internet que suplantou os meios massivos fez com que o modo de comunicar e informar fosse velozmente

capaz de influenciar milhões/bilhões de pessoas no globo com um único *link* (CASTELLS, 2015).

A internet agora corresponde ao ápice da socialização comunicativa da globalização com seus elementos e personagens (WOLTON, 2012). Nesse contexto, com o mundo sem barreiras, fios e eletrodos pode-se, então, unir a comunidade planetária terrestre como aponta Scholte (2002) com um discurso noticioso único, mas também há a possibilidade de romper os padrões e realizar um trabalho revés, mas, primeiramente, discute-se a seguir a notícia no âmbito global para depois evidenciar explicações voltados ao lado avesso do noticiamento global sendo, no caso, o regional.

2.2 A notícia jornalística no âmbito global

A notícia corresponde à socialização de informações verídicas dotadas de embasamento real que comprove o fato referenciado na mídia (LAGE, 2006). Essa situação significa que nem toda informação divulgada poderá ser idônea, mas, no jornalismo, a notícia necessita do pressuposto da verdade para que seja veiculada, pois basta um noticiamento falso e/ou equivocado para ir a abaixo a credibilidade ética e profissional do jornalista e da empresa de comunicação responsável pela mídia que socializou o fato (SILVA, T.; OLIVEIRA, 2019).

Jornalismo, notícia e verdade diz respeito a uma tríade que não pode ser desfeita e/ou alterada, pois em um deslize e a função social jornalística se perde (MEDISCHT, 2007). Nesse contexto, explica-se que conforme Medina (1982) a função social do jornalismo refere-se ao fornecimento social de notícias pautadas na verdade dos fatos que possuam interesse público dando voz aos envolvidos e direito de respostas aos apontados pautando-se em pressupostos democráticos da livre expressão, opinião e inclusão cidadã dos acontecimentos e nichos populacionais envolvidos.

A notícia sendo matéria-prima do jornalismo (ERBOLATO, 2022) possui uma responsabilidade e representação ímpar na sociedade, pois segundo o pensamento de Medischt (2007) na era da informação a produção da notícia não pode ser desleixada e muito embora falhe na questão da imparcialidade informativa, o noticiamento jornalístico no âmbito global deve contribuir para a transformação socioinformativa.

Contudo, essa transformação socioinformativa gerada pela informação jornalística divulgada na mídia muito vai depender dos interesses dos donos dos meios de comunicação, pois segundo Souza (2019) notícia e jornalismo na esfera global em uma percepção majoritária

caracteriza-se fortemente pelo discurso hegemônico ditado pelos detentores do poder, da mídia e do conhecimento.

Isso ocorre porque conforme o autor citado, o jornalista – profissional da notícia – em sua maioria não são os donos dos meios, mas, sim, funcionários de magnatas de empresas de comunicação sendo eles políticos, economistas e líderes religiosos que fundam empreendimentos de comunicação e jornalismo para usarem o meio e a mensagem a seu favor. Assim, a transformação socioinformativa a ser gerada/induzida refere-se ao pensamento ideológico que esses poderosos possuem (SOARES, 2015).

A manipulação da notícia jornalística para controle das massas e de nichos populacionais que pensam estar à margem da influência e controle do discurso da globalização hegemônica noticiosa ocorre de muito tempo, pois na globalização a luta maior não é somente conquista de territórios/nações, ou seja, demarcação terrestre, mas, sim, o domínio geopopulacional pela comunicação e, conseqüentemente, pelo jornalismo e sua prática noticiosa (FONSECA, 2008).

O jornalista à frente de um jornal possui muito mais credibilidade e empatia para com a sociedade que um político, chefe de estado, milionário, bilionário e outros poderosos para difundir notícias que agradam a linha editorial midiática de seus proprietários ao tempo que contribuem para o silenciamento de fatos e questões sociais que provam que há sérias fissuras no discurso positivo da globalização que, em poucas palavras, refere-se ao suposto desenvolvimento econômico, financeiro e comunicacional favorável à população global sem que haja fronteiras que impeçam o crescimento de todos (MORAES, D., 2013).

Entretanto, sabe-se que a máxima da globalização não favorece a totalidade, mas, sim, a minoria poderosa e maioria que não consegue acompanhar o *status quo* da globalização padece com a marginalização social tendo, ainda, que ser apresentada na mídia e jornalismo de forma mascarada como se fosse uma constatação minoritária (BAUMAN, 1999; SANTOS, 2013, SCHOLTE, 2007; MORAES, G., 2016).

No mundo há mais pobres que ricos e a globalização noticiosa evidencia contextos e situações que colaboram para que a sociedade enxergue essa situação com aspectos superficiais e passageiros. Além da diferença econômica gritante, assuntos sobre negros, mulheres, favela, subempregos e religiões não hegemônicas são silenciados e/ou ignorados das notícias jornalísticas (ALEXANDRE, 2001).

A notícia jornalística no âmbito global não possui e/ou preocupação em expor fatos que denunciam e apontam as falhas da globalização. A premissa chave corresponde em incutir a homogeneização dos problemas sociais, econômicos, religiosos, políticos e culturais para que

o pensamento global seja de que o mundo funciona e está afetado pelos mesmos inconvenientes (FONSECA, 2002).

Por isso, que cresceu com evidência a Teoria de Crítica⁹, a Comunicação Contra-Hegemônica¹⁰, Jornalismo Alternativo¹¹ e, principalmente, o Jornalismo Regional e Local¹² como uma forma de romper a padronização do discurso hegemônico no jornalismo e mostrar ao mundo que há uma face de grupos sociais e contextos territoriais que são prejudicados e até mesmo sucumbidos pela homogeneidade da globalização noticiosa (TAURIANE, 1994).

A notícia jornalística no âmbito global poderia dá voz e imagem aos excluídos, ou melhor, os invisíveis sociais dos quais Bauman (2001) tanto menciona referindo-se aos humanos e grupos sociais que não cresceram junto com a globalização, mas que pelo contrário pagam o preço, por assim dizer, da defasagem social provocada pelo fenômeno.

A invisibilidade social dos indivíduos no globo também se aplica a seus modos de vida e a notícia sobre tais fatos não chega às telas, manchetes e destaques virtuais de magnitude global (WOLTON, 2012), pois a intenção é criar um campo/um mundo onde assuntos contra-hegemônicos não se desenvolvam. A notícia jornalística no espaço global possui uma importância grandiosa tanto para o serviço informativo a sociedade quando para um desserviço, pois, em muitos casos, infelizmente, ela mascarar as “feridas” da dignidade humana em decorrência dos descasos sociais que poderiam ser dirimidos com a verdadeira atenção dos que possuem poder aquisitivo para transformar espaços e vidas transplanetariamente.

De acordo com Romanet (2013, p. 53) a notícia e o jornalismo no âmbito global:

[...] favorecem a construção do discurso hegemônico para quem está no poder visando manter a sociedade como está [...] Costumamos pensar que os meios de comunicação são essenciais à democracia, mas atualmente, eles geram problemas ao sistema democrático, pois não funciona, de maneira satisfatória para os cidadãos.

⁹ Teoria defendida pelos filósofos da Escola de Frankfurt onde critica a situação da sociedade por conta do capitalismo considerado o responsável pelo aumento e agravamento das desigualdades sociais, miséria, fome, violência e demais mazelas. Propõe, a compreensão do estágio atual do sistema para que a sociedade se liberte e passe a viver de forma justa e humana num mundo onde todos possuem os mesmos direitos.

¹⁰ Comunicação contra hegemônica corresponde ao ato comunicativo de romper a ideologia hegemônica sob os povos e nichos sociais fragilizados e mais aptos e/ou tendenciados a serem mais facilmente enganados por não terem grau de educação e conhecimento suficiente para não ser “seduzido” pelo discurso dos majoritários.

¹¹ Prática jornalística onde a comunicação contra hegemônica dedica-se levar à população através das mídias alternativas, ou seja, que não são necessárias de concessão e aval do governo e poderosos para funcionar. No Jornalismo Alternativo, nem sempre seus representantes são jornalistas, mas, sim, representantes/líderes de comunidade, organizações não governamentais, professores e etc.

¹² Vide seção 2.3.2 para o entendimento do conceito.

A percepção do autor remete a crise entre o jornalismo real e o mercado e isso porque como já evidenciado, os profissionais da produção da notícia são controlados por magnatas que não se preocupam com a função social do jornalismo e da notícia. Desse modo, Traquina (2008, p. 207-208):

O poder do jornalismo e dos jornalistas aponta para a importância das suas responsabilidades sociais. A afirmação do reconhecimento das suas responsabilidades, por parte dos jornalistas e, também, por partes das empresas jornalísticas, não é possível reduzindo as notícias da uma simples mercadoria, e ignorando a existência dos ideais mais nobres do jornalismo que fornecem uma manta de legitimidade ao negócio.

O exposto suscita a discussão que embora haja as imposições do jornalismo de mercado não se pode abandonar os princípios formativos da profissão, pois a função social jornalística é a reprodução de discursos hegemônicos e tão pouco o evidenciamento somente o lado oprimido da sociedade. No jornalismo a notícia não pode ser excludente, mas, sim, de acordo com a conveniência e oportunidade do interesse público dos fatos e, também, dos critérios de noticiabilidade que estruturam as pautas/assuntos para serem transformados em notícia. Na subseção seguinte, discute o assunto.

2.2.1 Noticiabilidade jornalística e seus critérios

No âmbito jornalístico, a noticiabilidade de um fato vai depender de critérios que segundo Franciscato (2003, p. 171) “são um conjunto de referências estáveis na rotina jornalística de trabalho que, analisadas em sua regularidade, revelariam a noticiabilidade de um evento”. Os critérios que pautam a notícia funcionam com uma “fórmula” que conforme Traquina (2002, p. 203) “são elementos básicos da cultura jornalística, partilhado pelos membros da comunidade interpretativa”.

Devido ao fato dos critérios serem consequência da comunidade interpretativa a literatura sobre o assunto aponta diversos posicionamentos sobre uma variedade de tipologias de critérios de noticiabilidade que podem ser usados como referência para o jornalista na produção da notícia, destarte o quadro abaixo:

Quadro 02 – Diversificação dos critérios de noticiabilidade

Autores	Crítérios de Noticiabilidade Descritos
Stieler	Novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo
Lippman	Clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal.
Bond	Referente à pessoa de destaque ou personagem público (proeminência); incomum (raridade); referente ao governo (interesse nacional); que afeta o bolso (interesse

	<p>peçoal/econômico); injustiça que provoca indignação (injustiça); grandes perdas de vida ou bens (catástrofe); consequências universais (interesse universal); que provoca emoção (drama); de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas); grandes somas (grande quantia de dinheiro); descoberta de qualquer setor (descobertas/invenções) e assassinato (crime/violência).</p>
Galtung e Ruge	<p>Frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo</p>
Golding-Elliot	<p>Drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites, famosos.</p>
Gans	<p>Importância, interesse, novidade, qualidade, equilíbrio.</p>
Warren	<p>Atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências.</p>
Hetherington	<p>Importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual / crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito / atrativo.</p>
Shoemaker	<p>Oportunidade, proximidade, importância / impacto, consequência, interesse, conflito /polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade / curiosidade / raro.</p>
Wolf	<p>Importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas, relevância quanto à evolução futura.</p>
Erbolato	<p>Proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura, conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo, idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa, suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas, invenções, repercussão e confidências.</p>
Chaparro	<p>Atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade, surpresa.</p>
Lage	<p>Proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana.</p>
Traquina	<p>Morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia e infração ou escândalo.</p>

Fonte: Silva, G. (2018, p. 11).

O conteúdo do quadro acima é fruto da sintetização de uma pesquisa bibliográfica feita por Silva, G. (2018) na intenção de repensar os critérios de noticiabilidade e suas variações, mas como pode-se constatar não há uma diferença relevante da interpretação de um autor para outro sobre esses critérios. Ocorre, portanto que uns são mais amplos e outras mais específicos a determinar a sequência de critérios para determinar a noticiabilidade jornalística e dentre essa quantidade plural nota-se que proximidade, atualidade, impacto e importância são comuns em praticamente todos os autores.

Por isso, destaca-se, aqui, que independentemente da notícia jornalística estar sendo publicada no âmbito global, regional ou local a mesma obedece a normatização dos critérios de noticiabilidade, pois a única diferenciação será o contexto do fato noticiado. Contudo, há outro estudioso, Sousa (2002) que reduz os critérios de noticiabilidade a previsibilidade e

imprevisibilidade dos fatos e, por isso, os acontecimentos possíveis de serem noticiados jornalisticamente são vistas do seguinte modo:

Quadro 03 – Previsibilidade e imprevisibilidade dos fatos a serem pautas para notícia

FATOS PREVISÍVEIS VERDADEIROS ACONTECIMENTOS	ACONTECIMENTOS INESPERADOS. IMPREVISTOS COMO CATÁSTROFES E FENÔMENOS NATURAIS
Pseudoacontecimentos	Acontecimentos provocados e fabricados com o objetivo de se tornarem objeto de discurso, obviamente, acontecimentos previsíveis
Acontecimentos mediáticos	Acontecimentos previamente planejados para se tornar notícia e que independem, inclusive, da presença dos meios de comunicação, como eventos de Estado, jogos ou festividades de caráter esportivo, como Copas do Mundo ou Jogos Olímpicos.
Mega-acontecimentos	Acontecimentos de grande dimensão, muitas vezes custosos de catalogar visto seu largo alcance, sendo autenticamente possível nomeá-los dessa forma.
Não acontecimentos	Notícias construídas, produzidas e divulgadas com suporte em relatos de fatos que sequer estavam previstos para acontecer, quer dizer, não havia previsão de determinado fato, mas a não previsão não impediu que este fato se revertisse em acontecimento, nesse caso, ocasionando um ‘não acontecimento’
IMPREVISIBILIDADE DOS FATOS EM FUNÇÃO DO TEMPO	ACONTECIMENTOS QUE NÃO ESTAVAM SENDO ESPERADOS
Pré-determinados	Acontecimentos ‘pré-determinados’, sendo assim intencionais e anunciados.
Acontecimentos em desenvolvimento	Acontecimentos que se encontram em fase de prosseguimento.

Fonte: Sousa (2002, p. 209-210).

O evidenciado no quadro foi feito a título de mais informação sobre a diversificação dos critérios de noticiabilidade como aspectos/elementos norteadores da produção da notícia jornalísticos em seus espaços territoriais e, até mesmo, supraterritoriais. A compreensão, portanto é a de que embora institucionalizados, os critérios podem sofrer algumas variações, mas a sua gênese não é alterada visto que embora dotada ou não de discurso hegemônico a notícia jornalística não pode afastar-se do esquema/estrutura da produção noticiosa que a faz diferente de um texto, uma narração e/ou comentário avulso na sociedade.

O jornalismo necessita de um acontecimento e/ou fato que seja capaz de romper com a realidade. Esse acontecimento é submetido a preceitos que o transformam em notícia e, posteriormente, o contato com o público na imprensa escrita, rádio, televisão e *web* (ERBOLATO, 2002). Nesse sentido, a atividade jornalística se assemelha aos trabalhos

mercadológicos, quando o produto necessita seguir determinados parâmetros para ser disponibilizado (MEDINA, 1988).

No caso das notícias, elas seguem os chamados critérios de noticiabilidade, para a sua posterior comercialização. Esses critérios, durante a produção da notícia, consideram tudo aquilo capaz de irromper com a multiplicidade aleatória de fatos virtuais, pois conforme Rodrigues (1993, p.27) “o acontecimento jornalístico é, por conseguinte, fato de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pelas leis da probabilidade [...]”.

Os critérios de noticiabilidade levam em conta acontecimentos com características de excesso, falha e inversão, ou seja, que possuam o valor-notícia. De acordo com Nelson Traquina (2008), os valores-notícia são divididos em valores de seleção e de construção. O primeiro resulta em normas utilizadas pelo jornalista ao preferir acontecimentos em relação aos outros. Enquanto isso, os valores-notícia de construção designam o que será destacado no texto, o enfoque, ou então, o que deve ser omitido e priorizado no momento de construção da notícia.

Nessa perspectiva:

[...] a construção da narrativa jornalística assume papel fundamental durante a composição das notícias. Além da representação factual, o modo como o jornalista encara a realidade e molda sua percepção influencia no produto final. As narrativas são elaboradas através de metáforas, exemplos, frases feitas e imagens, ou seja, símbolos de condensação (TRAQUINA, 1993, p.169).

Os critérios de noticiabilidade são utilizados com o intuito de sustentar os pilares do Jornalismo, como a neutralidade, objetividade, imparcialidade e neutralidade. Esses conceitos prezados pela prática jornalística têm a proposta de manter o status de verdade adotado pela atividade.

Segundo Arendt (2014, p. 322), “a prática do dizer a verdade no jornalismo ultrapassa a função de informação diária, tendo sobretudo a utilidade de orientar as pessoas em um mundo de constante transformações, assim como fazer encontrá-las em um lugar social”. Os critérios de noticiabilidade regem, de certo modo, a produção do jornalismo. Ao entrar em contato com as narrativas, os acontecimentos são apresentados ao leitor como se ocorressem ao mesmo tempo. Mas, além disso, há um processo de rememoração e expectativa, ou seja, a narrativa leva o leitor a se voltar para o espaço-tempo passado e presente.

Assim como justifica Antunes (2007, p. 09) “a notícia não trata de uma retrospectiva de acontecimentos históricos, mas necessariamente orienta sua co-temporalidade entre

acontecimento e circulação do acontecimento, não os privando e sim os orientando por linhas de fuga que figuram representações de passado e futuro”.

Os critérios de noticiabilidade são essenciais para compreender o acontecimento e realizar produção do material jornalístico, contudo é preciso haver uma regulação interna que organize o trabalho do jornalista, logo que uma série de interferências agem durante as etapas deste ofício.

Sendo assim, em detrimento do exposto da notícia jornalística no âmbito global e seus critérios explana-se a seguir o sentido contrário da temática que refere-se ao regionalismo noticioso que atua como um meio de romper os padrões excludentes da globalização no campo geocomunicacional e jornalístico. A essa assertiva, refere-se regionalização e discute-se, a seguir esse amplo assunto.

2.3 Regionalização: aspectos geográficos, comunicacionais e midiáticos

2.3.1 Regionalismo: discussão geográfica em torno da origem, conceito e abordagens

A discussão em torno do regionalismo tem sua gênese na Geografia voltado a geolocalização do território, dos indivíduos e seus cotidianos. A atenção ao regionalismo foi suscitada quando foi percebido que a globalização aniquila e provoca o desconhecimento da realidade singular que cada povo, região e localidade possui. Em diretas palavras, o estudo do regionalismo e valorização do mesmo foi uma resposta as nuances da globalização sobre a percepção de que a vida no globo não é homogênea, mas, sim, heterogênea e marcada de muitas nuances que não podem ser suplantadas (HAESBAERT, 2016).

A questão do regional acabou por ser incitada pelos próprios estrangeiros que buscaram nos novos continentes entender suas peculiaridades, além da capital provinciana. O Brasil, segundo Tavares (1999) recebeu entre os períodos Colonial e Imperial inúmeros botânicos, zoólogos, antropólogos e etnólogos estrangeiros interessados em entender a vida dos nativos de regiões isoladas do país.

Porém, infelizmente, isso foi realizado para enaltecer o conhecimento e os museus dos países europeus e as regiões brasileiras foram consideradas, por tais, como terras hostis e complexas de se viver. Dona Leopoldina, mãe de Dom Pedro II, por exemplo, nunca deixou de reclamar, por carta, as irmãs, na Áustria, a complexibilidade de sua vida na Corte Brasileira devido ao calor e aos mosquitos. Na Europa, o Brasil era visto como uma nação de questões geográficas complexas (TAVARES, 1999).

Por isso, que a valorização regional no Brasil demorou bastante para acontecer, pois a máxima prezada era a de que a vida nas regiões interioranas não favorecia a socialização humana e, principalmente, porque os hábitos e a cultura desses locais eram quase impossíveis de se homogeneizar. Nesse sentido, explica-se, ainda, que o outro fator que retardou o estudo da regionalização no país foi o fato de que os intelectuais brasileiros iam se formar em Coimbra, Portugal e trouxeram consigo o pensamento excludente e globalizante do menosprezo por questões regionais valorizando, apenas, a vida provinciana que buscam igualar ao cotidiano na Corte Portuguesa (BARCELAR, 2006).

O fato, então, foi o de que com o passar do tempo e, também, com o abandono de Dom Pedro I do Império e deixando um filho menor como sucessor muitas situações foram alteradas no cotidiano português e muitas percepções sobre o que ocorria no país passaram a mudar, mesmo que sutilmente. Segundo Tavares (1999) os intelectuais brasileiros observando o cotidiano do país passaram a perceber nuances que eram mascaradas pelos portugueses como desvalorizadas, pois isso ocorria para que a retirada das riquezas nacionais pudessem abastecer Portugal e Inglaterra, pois o Brasil ainda não havia se livrado da relação comercial abusiva que possuía com a Grã-Bretanha.

Nesse contexto, as questões regionais passaram a interessar múltiplos profissionais como, por exemplo, os boticas do país. Diogo de Castro - o primeiro botica oficial da Brasil – prescrevia tratamentos medicinais usando a flora para fazer e vender lambedores¹³, banhos e infusões (CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA, 2022). Outros que passaram a valorizar o regionalismo foram, também, os escritores/literários destacando-se Visconde de Taunay¹⁴ que com sua obra-prima, *Inocência* de 1872, inaugurou o estudo real do regionalismo no país com um rigor extremo de detalhes a natureza geográfica e o cotidiano do sertanejo (ARAÚJO, 2008).

Após Visconde de Taunay, na literatura, a valorização do regionalismo expandiu para os contextos como, por exemplo, as pinturas sertanejas e o ensino da História envolvendo assuntos regionais. Mas, é com a Geografia que o regionalismo passou a ser mais relevante visto que os geógrafos passaram a mapear a diversidade geológica porque as constatações antigas das entradas e bandeiras¹⁵ já davam subsídios de que o país não era geograficamente uniforme, mas, sim, multiforme composto por várias culturas, biomas, faunas, floras e, inclusive, os índios não pertenciam a mesma tribo e denominação, por isso, muito tempo mais

¹³ Espécie de xarope e/ou biotônico feito da união de várias ervas-medicinais e para diversas enfermidades.

¹⁴ Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay.

¹⁵ Foram movimentos ordenados pela Corte e de aristocratas portuguesas no Brasil rumo ao interior do Brasil para dominação da região e busca de ouro, prata, diamante, especiarias, flora e etc.

tarde foi necessário “regionar” o Brasil, ou seja, dividi-lo em regiões (BECKER; BANDEIRA; TORRES, 2000).

O trabalho da regionalização brasileiro teve início em 1913, pelo geógrafo de profissão Delgado de Carvalho¹⁶ que visava melhorar o ensino da Geografia na sala de aula. Sua proposta de regionalização foi aceita pelo “Anuário Estatístico do Brasil de 1938 que publicou a divisão, então já em uso no Ministério da Agricultura desde 1913” (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS, 2021, p.1).

Delgado de Carvalho dividiu o país em cinco regiões, destarte:

Figura 1 – Primeira divisão regional oficial do Brasil



Fonte: Google Imagens (2022).

A divisão de Delgado baseou-se em aspectos físicos e nesse período não havia os estados do Amapá, Roraima ou Mato Grosso do Sul e segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (2021, p.2):

Os limites das regiões sempre coincidem com limites de estados, não havendo estados em mais de uma região. No Brasil foram estabelecidas regiões que agrupam Unidades da Federação com tais características, visando a obter dados e estatísticas que ajudem a configurar um melhor entendimento das especificidades regionais, implantar sistemas de gestão, ações públicas de

¹⁶ Era filho de pai brasileiro, mas era francês por nascimento tendo estudado em países da Europa como Suíça e formado em Direito na capital francesa, Paris. Delgado de Carvalho mudou-se para o Brasil onde radicou-se dedicou-se a se ocupar como geógrafo e professor de Geografia

interesse comum ou orientar a aplicação de políticas governamentais nas esferas federal e estadual.

Mesmo assim, a divisão de Delgado não utilizada por muito tempo e em 1936 com criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE a instituição sugeriu que utilizasse o mesmo mapeamento de Delgado Carvalho, mas modificando, apenas, os nomes das regiões (BERNADES, 1966). Já em 1940, o IBGE enquadra, também, características socioeconômicas na divisão regional do Brasil e, por isso, englobaram os estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro todos na Região Sul (CONTEL, 2014).

Mas o órgão em sua inquietude fez uma nova regionalização no país em 1945 focando na questão socioeconômicas acrescentou mais duas regiões a nação ficando com sete, destarte:

Figura 2 – Divisão regional do Brasil em 1945



Fonte: Google Imagens (2022).

Remodelar, por assim dizer, as regiões do Brasil era uma tarefa constante porque a todo momento muitas descobertas/peculiaridades eram feitas e com isso o IBGE sentia a necessidade de reorganizar essas regiões do país no intuito de que os aspectos plurais foram estruturados em regiões específicas.

O caráter ideológico da discussão em torno da divisão regional nesse período figura claramente que é fora de dúvidas que este assunto é melindroso. [...] Uns o rejeitam, dominados pelo regionalismo; muitos se mostram céticos, julgando-o uma ideologia – de impossível realização – e poucos o julgam de imprescindível necessidade para o verdadeiro fortalecimento da unidade nacional, mas estes se batem como sendo uma campanha sagrada. E, com o crescente progresso do Brasil, para a sua administração, há de ser feita ‘Nova

Divisão Territorial' como aconteceu na França, Itália, Alemanha e Estados Unidos (VIANA, 1940, p. 372).

Após a redivisão de 1945 houve ainda de 1960, 1970 e, por fim, de 1990 que vigora até hoje com 26 estados e 1 distrito federal divididos por questões físicas, sociais, culturais e econômicas e desse modo, o país estabeleceu-se em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e cada uma delas possui aspectos regionais distintos que quando somados fazem do Brasil um país relevantemente miscigenado.

A necessidade de um conhecimento aprofundado do Território Nacional, visando, na década de 1940, mais diretamente à sua integração e, nas divisões posteriores, à própria noção de planejamento como suporte à ideia de desenvolvimento, passou a demandar a elaboração de divisões regionais mais detalhadas do País, isto é, baseadas no agrupamento de municípios, diferentemente das divisões até então realizadas pelo agrupamento dos estados federados. Nesse sentido, em momentos de maior centralização das forças federativas republicanas, como aquele verificado a partir do final dos anos 1930 e que tiveram rebatimento na década seguinte, deram ensejo a uma ampla discussão, nos meios militares e acadêmicos, sobre a questão em torno da pertinência de uma nova divisão regional e territorial. Tal divisão deveria ser mais adequada a um País que precisava se ajustar a padrões mais modernos, não só de crescimento de sua base produtiva, como também em termos de controle, padronização e administração de sua base territorial (IBGE, 2017, p.14).

A discussão do regionalismo no Brasil apesar de oficialmente encerrada possui, ainda, duas regionalizações que embora não cotadas geografia oficial do país possuem respaldo tanto no Conselho Nacional de Geografia e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mas, destaca-se que os posicionamentos a serem mostrados a seguir apenas um deles possui aval do IBGE que corresponde a do Pedro Pinchas Geiger. Pedro Pinchas propôs ao IBGE em 1967, a regionalização do país em três grandes áreas, destarte:

Figura 3 – Divisão regional do Brasil pôr Pedro Pinchas



Fonte: Google Imagens (2022).

O regionalismo de Pedro Pinchas tomou “por base as características histórico-econômicas do Brasil, ou seja, os aspectos da economia e da formação histórica e regional” (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS, 2021, p.3), mas o IBGE não oficializou essa divisão para fins geolocalizatórios, porém a considerou importante para o estudo e valorização das questões econômicas porque:

Pensar o território levando em conta as variáveis econômicas passava a constituir uma questão central em um momento histórico no qual o conhecimento e os estudos regionais eram voltados prioritariamente para planejar o desenvolvimento econômico (IBGE, 2017, p.14).

Ou seja, ver a regionalização sob o viés econômico é, sem dúvida, uma influência da globalização que possui precípua preocupação com esse aspecto, mas Pincher não realizou essa divisão sob a intenção de apresentar formas de homogeneizar a economia nacional, entretanto a proposta foi fazer meios de desenvolver a economia geográfica desses locais.

Contudo, não abandonando a questão da globalização e o impacto da mesma na regionalização, Milton Santos – geógrafo brasileiro de renome e crítico ferrenho da globalização sugerindo, inclusive, um novo processo desse fenômeno – apontou ao Conselho Nacional de Geografia, em 2001, como deveria, de fato, ser a divisão regional do país que ao invés de cinco deveria possuir quatro geolocalizações no ano de 2001:

Figura 4 – A regionalização de Milton Santos



Fonte: Google Imagens (2022).

O geógrafo Milton Santos é especialista em Geografia Crítica e por ter observado de fora os efeitos da globalização no Brasil em um período que morou na França pode perceber os efeitos desse fenômeno na questão regional do país onde para o autor ocorreu sem atender as dificuldades de certos estados que ao se manterem em regiões avulsas ficariam prejudicados em rol de desenvolvimento/valorização regional. Os quatro “brasis” segundo Santos (2001) deveriam ser a realidade do país que está expandido em cinco geolocalizações que complicam a administração e desenvolvimento amplo da econômica, comunicação e outros fatores essenciais para o crescimento da região de uma unidade federativa.

O regionalismo é, então, uma particularidade geográfica e social inegável e, portanto, incontestável de sua geolocalização e características de relevo, fauna, flora, cultura e cotidiano distinto em relação aos centros populacionais e estruturais de grande parte do país (SANTOS, 2013). Nesse sentido destaca-se então que a regionalização ela está dentro de um contexto maior e por isso, especialmente no Brasil, e, também, em nações afora, o regional é diferente de uma de uma geografia para outra (SANTOS, 2001).

O Brasil é o quinto maior país do mundo e é formado por cinco regiões e tais são absolutamente diferentes inclusive dentro da mesma grande regionalização. O clima, a temperatura, economia, política, cultura, educação e até mesmo religião. A região Nordeste, por exemplo, é totalmente diferente Norte e Sul e justamente por essa diversificação que a regionalização faz cada região única.

A regionalização em seu aspecto geográfico faz-se importante para ajudar entender a heterogeneidade de um país que não é somente a questão dos aspectos geográficos e econômicos. Mas também, o regionalismo é marcado por outras peculiaridades como, por exemplo, na comunicação, jornalismo e mídia e sobre o assunto, explana-se na subseção seguinte.

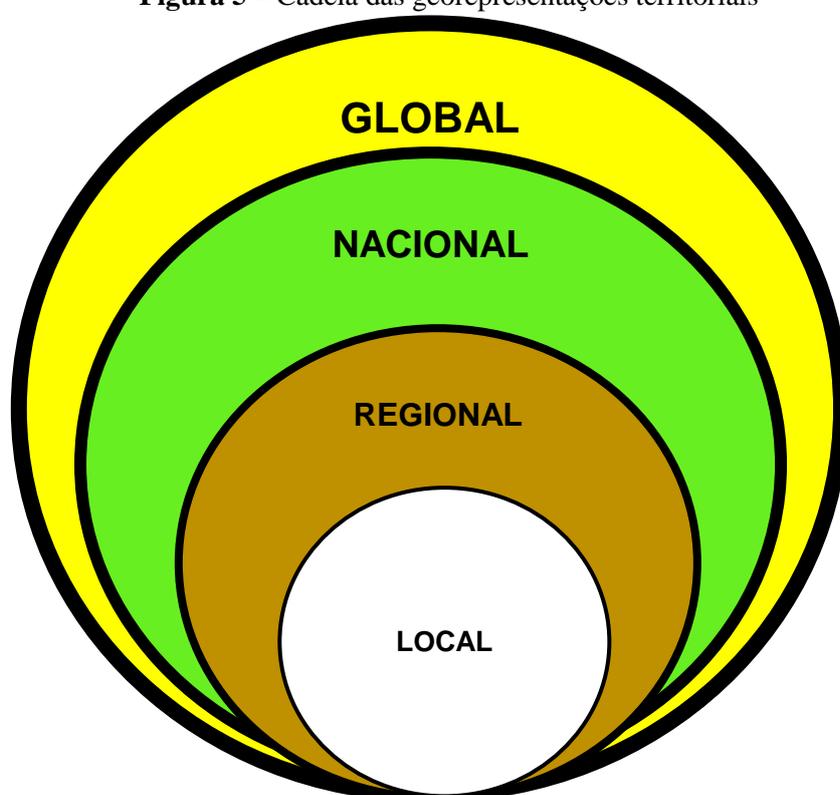
2.3.2 Regionalismo midiático

O regionalismo geográfico é um espaço amplo onde as práticas observáveis no campo territorial também envolve questões voltadas à mídia, notícia, comunicação e jornalismo (ASSIS, 2010). Tudo que é realizado no espaço/território regional faz parte intrínseca do contexto geocaracterizador da região. Sendo assim, quando discute-se/explica-se o regionalismo midiático significa segundo Ortiz (1999) que os assuntos atrelados aos meios que ocorrem em uma região distanciam-se, assim, da veiculação e reprodução de fatos e práticas comunicacionais da grande mídia.

A mídia global preocupa-se com assuntos que são de interesse imediato da reprodução do discurso hegemônico da globalização (ROMANET, 2013) e, nesse contexto, a mídia nacional, também, para preencher o conteúdo do jornal em seu *deadline* insere fatos voltados as questões mundiais quando poderiam voltar-se a noticiar, dentro de seu jornalismo, assuntos de âmbito regional e local para diversificar o conhecimento social e informativo da população (LIMA, M., 2010).

Sendo assim, torna-se importante desmistificar o significado de regional e local que não são sinônimos, pois apresentam perspectivas geográficas e sociais totalmente díspares, na imagem abaixo um *smartart* é usado para ilustrar o entendimento do assunto:

Figura 5 – Cadeia das georepresentações territoriais



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A imagem exposta representa em sua borda maior, o globo. Nele, como apresentado, indica-se a união territorial de todos os contextos geolocalizatórios do planeta. Assim, na perspectiva global, assuntos amplos de interesse das grandes nações são mais noticiados com frequência e destaque como, por exemplo, convenções da Organização das Nações Unidas- ONU, reuniões das economias mais ricas do globo, as assembleias da Organização Mundial da Saúde- OMS no ápice do período pandêmico do novo coronavírus e etc.

Já o nacional, ocupa-se de fatos votados ao país, mas, mesmo assim, possui muita influência/ inter-relação com os assuntos globais. Em um jornal nacional as pautas recaem com maior evidência sobre assuntos que ocorrem nos estados de maior relevância econômica e política para o país, a exemplo de São Paulo e Rio Janeiro e quando noticiam fatos globais como uma reunião na ONU, dão destaque as falas do representante da nação que o jornal está informando. Isso ocorre quando o presidente do país, por exemplo, discursa em um grande evento de relevância mundial.

Em contrapartida, os assuntos regionais distanciam-se totalmente dos nacionais e globais, exceto quando há relevância para a região. As notícias no Jornalismo Regional vão divulgar fatos de interesse de toda região. O jornal do Piauí expõe notícias de todo o Estado, como um todo, e não somente da cidade onde a sede da empresa está inserida (PORTAL CIDADE VERDE, 2021).

Por fim, o local, conta a minuciosidade da notícia do município. Interessa-se, então, pelos acontecimentos da comunidade. O Jornalismo Local conforme Peruzzo (2005) ocupa-se da cobertura de práticas noticiosas muito específicas e centrais a um contexto geográfico, normalmente, de fronteiras territoriais reduzidas fazendo com que os fatos ocorridos sejam de interesse e importância imediata aos habitantes do lugar. Os fatos locais alimentam o Jornalismo Regional, contudo a cobertura noticiosa de um meio de comunicação regional, nem sempre será útil para uma mídia jornalística local.

Desse modo, fica entendido a responsabilidade de cada território geográfico na expansão e integração da comunicação midiática dando a atenção conveniente e oportuna ao interesse geocomunicacional da notícia para os habitantes de cada região. A regionalização midiática possui como premissa a valorização dos fatos sociorregionais para a produção jornalística da notícia que dá voz e imagem as pessoas, cultura, economia, política, educação, saúde e religião de uma particularidade região geográfica da nação (OLIVEIRA, R., 2012).

Contudo, comenta-se que a mídia quase sempre pauta-se em ações e assuntos que gravitam em torno dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Quando não, segue um fluxo de informações ligados a assuntos no universo da globalização. Conseqüentemente os meios de comunicação abordam mais temas que giram em torno de falas de pessoas brancas e, na grande maioria, de classe média para cima.

Pessoas do nosso convívio social ficam fora deste radar, “passando a figurar como notícia apenas quando surgem os problemas de grandes repercussões (greves, acidentes, catástrofes, etc.). Predominando uma cobertura dessa natureza, o jornalismo brasileiro assume um caráter elitista” (BARBOSA, 2006, p.03-04).

Indo na direção contrária a este sistema massificado e homogêneo o Jornalismo Regional se coloca como alternativa para falar sobre o que, normalmente, não é de interesse dos grandes conglomerados de mídia. A regionalização midiática lança um olhar para o que é próximo, comum, familiar e local. Segundo Lima, M. (2010, p.210), “o espaço de difusão do veículo coincide, assim, com um espaço natural de identidade regional que substancia a identidade e a razão de ser do próprio ideário de informação”.

Corroborando com este pensamento, Castelo Branco e Moura Filho (2014, p. 8), ao relacionar a regionalização com os conteúdos produzidos pela mídia, relatam que o fenômeno “trata-se da abordagem de questões regionais do dia a dia da rotina produtiva dos meios de comunicação, valorizando aspectos culturais, costumes, hábitos e problemas vinculados à população pelo viés de proximidade”.

Nessa mesma linha de discussão, fortalecendo o debate sobre o assunto, Oliveira, R. (2012, p. 1-2) destaca que a regionalização se trata de:

[...] um movimento que propõe inserção e demanda arranjos produtivos que reflitam a necessidade de, no caso da mídia, representar identidades regionais mas também desenhar a geografia do mercado, atendendo, a um só tempo, produtores e consumidores – de bens materiais aos simbólicos, da informação jornalística ao entretenimento.

Mais do que criar esse espaço de passagem de voz, a regionalização abre espaço para o que está além dessas barreiras. Segundo Moraes, G. (2016, p.73), ao caminhar junto a outros segmentos da sociedade, como, por exemplo, econômicos, políticos, culturais e tecnológicos, “a mídia regional se posiciona como sujeito na construção do avanço das regiões e dos lugares onde fixa suas práticas, consolidando seu compromisso perante o transbordo social”.

Não diferente das demais vertentes do jornalismo, o Jornalismo Regional carrega elementos próprios, com relação principalmente a proximidade e pertencimento que refere-se conforme Assis (2010) aos fatos acontecimentos que pertencem exclusivamente aquela região não sendo de interesse, portanto de outras localidades geográficas. Sendo que as funções, denominadas por Assis (2010, p.743), foram divididas em seis partes:

- 1) a difusão pública de informação de interesse da comunidade;
- 2) a manutenção de um sistema de vigilância e de controle dos poderes;
- 3) a exposição e a análise do contexto em que se praticam os assuntos socialmente relevantes;
- 4) a construção da memória regional por meio do registro dos acontecimentos cotidianos;
- 5) a multiplicação do conhecimento de forma a conferir um caráter educativo à informação de utilidade pública;

6) a reprodução de discursos de vozes consonantes e dissonantes de determinado contexto social, cultural, político e econômico e a transformação da realidade nos estados democráticos de direito a partir da informação difundida pelo jornalismo que responde a uma necessidade social, pois a comunidade precisa informar-se e orientar-se a respeito do que está acontecendo ao seu redor.

Partindo deste pressuposto, percebe-se como a regionalização converge e dialoga com camadas e grupos sociais que não encontram espaço na mídia. O Jornalismo Regional passa a ser uma peça importante a dar visibilidade a grupos marginalizados. Além de alcançar o debate de questões sociais, a pluralidade de conteúdo garante audiência a mídia, “promovendo sólida articulação entre as múltiplas culturas das regiões, além de revelar ao mundo os diferentes “brasis” que há num único Brasil”, (MORAES, G., 2016, p.66).

Assim, o Jornalismo Regional torna-se um espaço relevante de noticiamento dos acontecimentos da região que não possuem espaço midiático em grandes meios de comunicação, por isso essa prática compreende-se, indispensável, para valorização de fatos marginalizados contribuindo, assim, para o rompimento de silêncios noticiosos.

A sociedade encontra-se em campo informacional amplo e dúbio onde segundo Jenkins (2008), marcada por um paralelo que se relaciona ao excesso de informação e escassez da mesma. O jornalista na percepção de Fausto Neto (2009), encontra-se numa grande tensão para o cumprimento da rotina produtiva ao tempo que, também, perde-se frente ao sistema tecnicista e mercadológico pautado por recortes editoriais e de interesse da empresa de mídia que acarreta o silenciamento de alguns fatos em relação, principalmente, aos grupos marginalizados como, por exemplo, os adeptos da religião de matriz africana, umbanda.

Perante essa situação, o jornalista quando não dá atenção para pautas sobre assuntos que estão na contramão dos padrões convencionalmente aceitos na sociedade contribuem para o silenciamento vozes, apagando trajetórias de cidadãos que possuem o direito da igualdade, apenas, no papel (FOSSÁ; KEGLER, 2008). Ao realizar recortes e subjugar o que seria relevante para ser transformado em notícia, o jornalismo acaba por criar roteiros pessoais ferindo, assim, a impessoalidade da profissão (HORA, 2008).

Nesse sentido, a notícia jornalística, embora efêmera, não se desmancha da memória coletiva da sociedade e, por isso, ela acaba por se tornar fonte de narrativas históricas de momentos decisivos (SANTA CRUZ, 2016). Desse modo, ao “promover uma seletiva reconstrução do presente, o jornalismo está promovendo, também, uma seletiva reconstrução histórica desse presente” (BARBOSA, 1995, p.03).

Recortes que são balizados, muitas vezes, pelo fluxo informacional global, movido por uma sociedade conectada dentro de uma ‘aldeia global’, termo assinalado por Herbert Marshall McLuhan (1964), na obra traduzida em português com o título *O meio de comunicação como extensão do homem* corresponde à um marco inicial para as discussões de McLuhan sobre uma comunicação global.

Conforme Pereira (2011, p.152):

[...] o que se irá observar é que sob a ideia da “aldeia global”, McLuhan estará indicando que um processo de troca de informações cada vez mais rápido e intenso havia se iniciado e que levaria à perda ou, ao menos, a uma transformação profunda das referências nas quais as culturas costumavam se orientar, envolvendo todos em torno de acontecimentos comuns, de forma única, tal como nas pequenas vilas, ou cidadezinhas, porém, com dimensões que abarcariam o mundo inteiro [...]

Dentro deste sistema de homogeneidades que surge um fenômeno que se contrapõe a este fluxo: a regionalização que segundo Moraes, G. (2016, p.19) foi estabelecido “a fim de propor ruptura na ideia de mundialização de culturas e identidades, ou seja, um resgate à valorização do que é diferente ou familiar e contíguo”. Nessa percepção, entende-se que a mídia regional conquista espaço e denominação própria e entende que as “notícias do dia a dia do cidadão comum passam a ser cada vez mais veiculadas a tal ponto que as coletividades se identificam, gradativamente, com o universo midiático” (MORAES, G., 2016, p.20).

Neste cenário, onde o que é próximo e familiar recebe atenção e destaque é que os grupos à margem da sociedade encontrariam espaço de passagem de voz no jornalismo regional. Assim, conforme Peruzzo (2005) manifestações culturais, entidades, pessoas do local e regional passam a ser pautados pela mídia que escreve sobre o cotidiano das coletividades e sobre isso, entende-se que preciso reconhecer que os segmentos sociais almejam ter suas diferenças reconhecidas e respeitadas.

O exposto pela autora supracitada remete ao contexto histórico de opressão e imposição europeia que reprimiu qualquer manifestação heterogênea de seus hábitos sociais, religiosos e culturais. Assim, a manutenção, preservação e até mesmo a construção da imagem dos povos com práticas avessas as dos europeus foram marginalizadas, perseguidas e, sobretudo, reprimidas (PERUZZO, 2005).

Esses atos influenciaram todos os aspectos da sociedade e o jornalismo não ficou isento. Ações que partem do individual, mas que causam danos no coletivo afetam à construção e preservação de memórias de um povo e, neste contexto, destaca-se que a religião umbanda, ao longo dos séculos, sofre com ataques e tentativa de silenciamento de sua história e tradições

culturais. A falta de conhecimento e informação sobre a umbanda faz com que a mesma seja vista de modo pejorativo, por grande parte da sociedade, contribuindo para que tal manifestação religiosa fique suscetível não somente ao preconceito, mas também atos violentos aos terreiros de umbanda (TEIXEIRA FILHO; AZEVEDO JÚNIOR, 2020).

Desse modo, para uma discussão mais ampla apresenta-se no capítulo teórico seguinte a questão da umbanda na mídia e a problemática em torno de seu noticiamento nos meios, nos territórios geográficos e, principalmente, no âmbito *on-line*.

3 UMBANDA E SUA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA: ATENÇÃO E SILENCIAMENTO JORNALÍSTICO

A umbanda é uma religião de matriz africana originalmente brasileira influenciada pelo candomblé praticado no país desde que os primeiros escravos chegaram à região Nordeste. A perseguição, preconceito e discriminação a etnia negra estendeu-se, também, as tais religiões e seus adeptos fazendo com que, inclusive, a mídia e o jornalismo tivessem condutas de exclusão e, em alguns casos, de acusações injustas a tais práticas. Assim, formou-se no Brasil um misto de atenção e silenciamento jornalístico que a depender do fato é noticiado ou reprimido. Por isso, discorre-se, aqui, sobre essa situação que é antiga, mas também contemporânea.

3.1 Umbanda: formação religiosa e abrangência

A umbanda corresponde à uma religião de matriz africana genuinamente brasileira fundada no Rio de Janeiro em 1908. Segundo Lima, S. (2017) a citada manifestação religiosa é uma fusão de crenças, ritos e doutrinas que combina o catolicismo, a tradição dos orixás africanos e os espíritos de origem indígena.

Nesse contexto, explica-se que as pilstras que sustentam a religião estão alicerçadas em princípios que falam de caridade, fraternidade e respeito ao próximo. Porém, o preconceito existente em torno dessa prática religiosa advém dos tempos severos da escravidão brasileira onde os negros eram trazidos da África e praticavam seus rituais escondidos dos senhores da fazenda para não serem punidos (LOBO; DRAVET, 2016).

Os sons de tambores, as roupas exóticas e acessórios chamativos fizeram dessa religião alvo de perseguições não somente verbais, mas também físicas e muitos terreiros – locais de prática dos ritos africanos - foram destruídos, assim como, as imagens das entidades que adoram. De acordo com Marreto (2018), dentro da religião existem os Orixás que são divindades representadas pela natureza podendo encontrar em alguns locais a definição de que os Orixás são as qualidades de deuses individualizados manifestados como se fosse, de uma forma simplista, os santos do catolicismo. Além disso, o líder de cada terreiro é chamado de pai de santo, mãe de santo, babalorixá ou ialorixá.

Ao longo do século passado a religião foi ganhando cada vez mais adeptos e popularidade. Segundo Lima, S. (2017, p.42) no início do século XX grupos umbandistas eram compostos por “provenientes dos setores médios da sociedade, eram comerciantes, funcionários

do governo, militares, jornalistas, professores, advogados e ainda profissionais liberais e operários especializados”.

No Piauí, as primeiras manifestações da umbanda são datadas do final de 1940 e meados de 1950 (PORTAL CIDADE VERDE, 2008). A umbanda nasceu de uma herança cultural de negros escravizados e trazidos para o Brasil, criada dentro de comunidades periféricas, violentas e marginalizadas. O preconceito ultrapassou décadas e ainda é facilmente encontrado na sociedade atual. A falta de conhecimento faz com que as pessoas associem práticas da religião como, por exemplo, uso de folhas e raízes para chás, garrafadas, rezas, simpatias e práticas de magia negra (GASPARETTO, 2010).

Em todo o Brasil, os centros de terreiro de umbanda são maiores que a quantidade de igrejas católicas, contudo segundo Teixeira (2013) pauta-se na mídia, com maior evidência, os assuntos referentes ao catolicismo e isso ocorre, principalmente, pela imposição religiosa feita no país com a colonização em 1500. Desde então, torna-se complexo lidar e lutar contra a marginalização da umbanda no país, pois, principalmente, na mídia ainda permanece silenciada.

Conforme dados oficiais do último censo demográfico do país, em 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o Piauí é o estado mais católico do Brasil. Segundo o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileira (2010) o número de terreiros de umbanda do estado corresponde à 1.500 e na capital, Teresina há 420 centros umbandísticos catalogados, mas com estimativa superior a 800 terreiros. Ainda, em Teresina, existem 65 paróquias divididas entre a zona urbana e rural.

A discrepância de espaços de práticas católicas para com as umbandistas é nítida e pode-se presumir que seguramente com esses dados há mais ritos cotidianos da umbanda do Estado que católicos, contudo segundo Teixeira (2013) os acontecimentos católicos são mais noticiados porque suas práticas são conhecidas e comuns a vida dos cidadãos, entretanto a umbanda e candomblé por agirem como religiões clandestinas devido a perseguição que sofriam, deste 1500, acabam que por serem consideradas como algo maligno, perverso e até hoje a mídia ainda não ajudou completamente a desmanchar esse pensamento institucionalizado no coletivo da população e isso ocorre porque, também, os meios de comunicação possuem muita influência conservadora em relação as religiões de matriz africana.

Nesse contexto, inferindo a percepção de Gasparetto (2010), o jornalismo e a pluralidade de veículos de comunicação limitam suas publicações a fatos que são culturalmente aceitos e barra, por assim dizer, em assuntos relacionados aos grupos marginalizados como, por exemplo, à umbanda que possui representação midiática mínima nos meios de comunicação.

Desde a formação da imprensa brasileira, pela Família Real, e depois com a formação de meios de comunicação independentes a história e tradição cultural da umbanda fora atacada na mídia como prática demoníaca/malvada que macula o catolicismo e a boa convivência humana e, por isso, a umbanda foi constantemente atacada e por consequência silenciada (TEIXEIRA, 2013).

Partindo dessa reflexão e do ponto de vista do papel social do fazer jornalístico para grupos marginalizados, deve-se refletir em torno sobre a história e tradição cultural da umbanda em que o jornalismo acabou silenciando essa manifestação religiosa desde os tempos coloniais e com o advento da imprensa a cobertura de fatos relacionados à umbanda eram (SILVA, W., 2018).

O silenciamento midiático da imprensa para com a umbanda trata-se segundo Pereira (2018, p. 13) de uma “ignorância em relação a práticas distintas da sua ganha uma roupagem de afirmação da própria crença, confundindo-se a liberdade de expressão religiosa com o direito a oprimir e destruir simbólica ou fisicamente outrem”.

Por isso, a realização deste estudo constitui-se como uma intenção sólida de compreensão das nuances que cercam um meio de comunicação específico na midiaticização de práticas religiosas marginalizadas como a umbanda que é uma manifestação comprovadamente ampla no estado do Piauí.

3.2 Umbanda na mídia: silenciamento jornalístico em torno da religião de matriz africana

A problemática do silenciamento e exclusão midiática de assuntos vistos como contra-hegemônicos frente ao discurso da globalização no jornalismo prejudica e diminui a percepção social de nichos populacionais e suas atividades nos espaços territoriais de âmbito global, nacional, regional e local (OLIVEIRA, 2002)

Desse modo, fatos que não fazem parte do *status quo* e da homogeneização da cultura são ignorados midiaticamente e reduzidos a questões pequenas/sem manchete no campo noticioso e um desses assuntos corresponde à religião de matriz africana, umbanda (GOMES, 2011).

Perseguida, ignorada, discriminada e, até mesmo, excluída a umbanda não sofre, somente, com o preconceito social e intolerância religiosa, mas também com o silenciamento jornalístico que reduz as práticas umbandistas a matérias esporádicas e sem destaque se comparado as notícias do catolicismo, por exemplo (NOGUEIRA, 2011).

As práticas e processos jornalísticos nesta contemporaneidade são influenciadas pela produção capitalista que vê a notícia como um produto à venda (MEDINA, 1988). A assertiva elencada com base no pensamento parafraseado da autora citada refere-se ao fato das empresas de comunicação serem empreendimentos que possuem como objeto de comercialização mercadológica os principais segmentos do Jornalismo Informativo sendo a nota, notícia, reportagem e entrevista (LAGE, 2006).

Nesse contexto, produzir e vender a notícia tornou-se um desafio para os jornalistas que, infelizmente, pautam seu trabalho por determinações dos locais onde trabalham seguindo a linha editorial (FONSECA, 2002). Essa situação foca no que irá render lucros ao veículo de comunicação e, também, nos interesses individuais dos donos dos empreendimentos jornalísticos. Mas, em contrapartida, a sociedade acaba por receber e comprar o acesso as informações jornalísticas padronizadas ao valor que determinada notícia irá receber no campo jornalístico midiático (ALEXANDRE, 2001).

A produção e veiculação de notícias midiáticas em seu aspecto contemporâneo padrão refere-se, em geral, aos conteúdos factuais e de contextos que gozam de representação e aceitabilidade já culturalmente institucionalizada na sociedade deixando de fora grupos e acontecimentos que possuem interesse segregado a um determinado nicho social (FONSECA, 2008).

A exemplo disso, pode-se citar os aspectos culturais e religiosos da umbanda que está diretamente interligado a etnia negra e afrodescendente enraizada no Brasil desde a chegada do primeiro navio negreiro em 1550 (ROGNON, 1991). A umbanda foi condenada e perseguida pela etnia caucasiana dominante no país e, também, pelo Catolicismo Apostólico Romano visto que os padres perseguiam essa prática e, por isso, buscavam converter os africanos ao catolicismo.

Segundo Oliveira (2002, p.8):

A umbanda por ser uma religião na qual também se pratica o transe mediúnico e de culto aos espíritos, tem sido associado a certos estereótipos como: magia negra, superstição, prática diabólica etc. Alguns desses atributos foram reforçados pelos primeiros estudiosos do assunto que, influenciados pelo pensamento positivista que norteou o fim do século XIX, viam as religiões de transe como formas primitivas ou atrasadas de culto. Assim, a religião estaria em oposição à magia, da mesma forma como que as Igrejas (instituições organizadas de religião) se oporiam às seitas (dissidências não institucionalizadas ou formas não organizadas de culto).

Assim, visando não sofrer represália e serem torturados, os negros buscaram formas de esconder as reuniões e as adorações as entidades umbandistas que possuíam. Essa situação

acarretou no silenciamento e preconceito social a seus adeptos. Religião de matriz africana como a umbanda, por exemplo, estão neste universo de assuntos marginalizados. Traços de uma visão eurocêntrica que levaram, inclusive, a partir de 1890 a criação dos artigos 157 e 158 que enquadravam como práticas criminosas cultos afro-brasileiros – derrubados em 1942 (FREITAS, 2003).

Nesse contexto, explica-se que do Brasil Colônia ao Imperial a umbanda e os negros não faziam parte das notícias jornalísticas exceto quando se referia à algo negativo como, por exemplo, o comportamento transgressor dos negros sobre a imposição dos brancos para com tais. Isso, porém, veio a se modificar com o fim da monarquia em 1889 e a proclamação da república no ano já citado fazendo com que a etnia negra se movimentasse em busca de espaço jornalístico para romper com o silenciamento social e as injustiças que sofriam na imprensa (NOGUEIRA, 2011).

Ocorria, então, que o negro e sua cultura, incluindo a religião, eram depredados pela famosa “imprensa branca” e mesmo em um país que já gozava do título de democrático tudo relacionado ao negro na imprensa conforme Gomes (2011, p. 56) eram:

[...] fatos inexistentes sobre tais. Além disso, quando os jornalistas poderiam publicar as injustiças sociais aos negros, a classe que simplesmente silenciava-se. A imagem do negro na imprensa não era considerada positiva por muitos aspectos: achavam que tais eram praticantes de bruxaria devido serem adeptos da umbanda, os tomavam como violentos por utilizarem passos da dança capoeira que foi tida no Brasil como um instrumento de luta e devido os antepassados terem lutado pelo fim das agressões que recebiam nas senzalas, levando-os inclusive até a morte, a negritude foi pintada na imprensa como violenta, subversiva e ignorante.

Devido ao silenciamento injusto foi criado em 1924 o Clarim D'alvorada por José Correia Leite com, apenas, 24 anos sendo o maior representante da “imprensa negra” no país. Porém, desde 1907 já havia um jornal de negros, O Alvorada que funcionou até 1965 mas, o Clarim gozou de maior notoriedade. O jornal teve o objetivo de expor a sociedade, em geral, as questões sociais que afetavam os negros e, também, a riqueza de sua cultura e religião e de acordo com Barbosa (2007, p. 40) “criticava os jornalistas brancos por se calarem pelas injustiças sociais aos negros”.

A partir de O Clarim, a imprensa negra cresceu bastante no país e sobre esse fato destaca-se que:

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-

se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo (DOMINGUES, 2007, p.103).

Os jornais independentes da imprensa negra gozaram de competitividade relevante no espaço noticioso do país, pois eles se multiplicavam com evidencia chegando a se igualar, em quantidade, com os impressos da classe dominante. Até 1965 a imprensa negra resistiu depois veio a ditadura militar e a situação complicou ainda mais e depois com redemocratização essa divisão da imprensa foi encerrada

Porém, esse contexto de avanço e crescimento da imprensa negra sobre a branca não pode ser visto como um ato vanglorioso, pois o Brasil sendo instituído como um país republicano e democrático não deveria ser “palco” de segregação racial incitar no espaço comunicacional.

Assim, com o fechamento de quase todos os jornais de imprensa negra no país e com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988 com base no respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, do qual o Brasil é signatário, poder-se-ia pensar que a imprensa modificaria seu comportamento silenciado sobre os negros e sobre isso, Ferdiz (2017, p. 29) comenta que:

Assista um jornal na televisão, leia um jornal impresso, uma revista, escute um radiojornal ou leia notícias jornalísticas na *web* e depois avalie quantas notícias estão relacionados aos brancos e depois aos negros. Na sequência perceba ainda o teor do conteúdo das notícias relacionados a essas duas etnias. Você notará que fatos sociais em decorrência das mazelas do país estão, em maior grau, direcionados ao negro e assuntos sobre educação, crescimento econômico, política, cultura, arte volta-se ao branco. Então, pode-se refletir: as mazelas sociais atingem somente aos negros? Ao negro não há questões de sucesso na educação, saúde, economia, política, cultura, arte e moda? O silenciamento jornalístico é gritante. Quantas notícias sobre o catolicismo e quantas relacionadas à umbanda? Essa realidade demonstra que o jornalismo contemporâneo continua enraizado com questões sérias de silenciamento e segregação do período monárquico e do início da república no Brasil.

Nesse contexto, compreende-se em pensar sobre os porquês do silenciamento da imprensa com os assuntos relacionados ao negro e sua religião que não sejam configurados em mazelas, desastres e demais infortúnios que não são exclusivos de protagonismo somente do

branco. O apoio para essa explicação é encontrado no âmbito das teorias da comunicação, em especial, quando se refere ao *gatekeeping*, *newsmaking*, espiral do silêncio e agenda *setting*. Porém, destaca-se, aqui, que este estudo não trabalha com análise a efetivação de tais teorias na prática do cotidiano jornalístico. Esse conteúdo é exposto para fins informativos e esclarecedores de uma possível justificativa para exclusão e limitação da umbanda na mídia e jornalismo.

Assim, sobre o *gatekeeping* explica-se que tal teoria alicerça-se com indicativos onde primeiramente o jornalista tem o poder de escolher/selecionar o que seria mais atrativo ou conveniente para o jornal. A teoria do *gatekeeper* surgiu no campo da psicologia quando o psicólogo, Kurt Lewin decidiu, em 1947, estudar hábitos alimentares de uma comunidade alemã e no período de inserção constatou que a alimentação do local era determinada e altamente influenciada pela decisão do líder da comunidade, pois para o contexto onde todos estavam inseridos ele seria o mais ideal para decidir o que tais deveriam comer (PENA, 2005).

Embora houvesse contestações vagas, a decisão do líder era a dominante e o silenciamento sobre as demais formas de alimentação ocorria e não havia um espaço para socialização e discussão do assunto. Por isso, compreendeu-se que:

[...] numa sociedade não é todo que decide, mas, sim, um indivíduo específico, com poder de representatividade social e para esse contexto denominou essa situação de Teoria do *Gatekeeper* que numa tradução literal pode ser chamada de cancela”, ou seja, espécie de portão que só deixa entrar o que lhes convém, mas determinado por um representante individual e não por opiniões coletivas (FERNANDES, 2011, p. 56).

No espaço jornalístico frente à produção e veiculação da notícia, a teoria do *gatekeeper* tornou-se muito aplicada, pois tal vincula-se diretamente as determinações explícitas da linha editorial do empreendimento jornalístico sobre o que deve ou não ser publicado e, além disso há um *gatekeeper* que assume a função exclusiva de selecionar o que deve ou não ser produzido pelos jornalistas. As empresas silenciam as notícias justificando os critérios de noticiabilidade, mas segundo Cardoso (2009) assuntos complexos e com carga representativa de impacto segregado no mercado de notícias são a primeira opção de cobertura noticiosa, exceto, quando o fato ganha proporções coletivas de grande impacto.

Desse modo, passa a incidir a personalidade jornalística enquanto que a impessoalidade tão requerida nessa profissão acaba por ser posta de lado e o público receptor leigo, em sua grande maioria, não percebe o porquê de consumirem uma enxurrada de informações sobre

assuntos x e terem menos acesso a conteúdo de contextos marginalizados como, a umbanda (FONSECA, 2002).

O jornalismo acaba silenciando o povo umbandista quando deixa de pautar essa religião de matriz africana. Mais do que isso deixa de contribuir com informações a sociedade sobre uma religião totalmente brasileira (SILVA, W., 2018) e que ainda sofre muito preconceito por falta de conhecimento. Além de estar cumprindo um papel social, o jornalismo estaria ajudando a formar uma sociedade mais democrática e plural, caso discutisse com a população, através de produções jornalísticas, a história e ideais da religião umbanda.

Paralelo à teoria do *gatekeeper* há, ainda, outra teoria que pode desencadear, por assim dizer, a problemática do silenciamento da umbanda na mídia sendo esta a do *newsmaking*. Conforme Pena (2005) essa teoria vai de acordo com a rotina industrial da notícia preocupando-se muito com o mercado - espaço de veiculação comercial dos fatos - e, por isso as reportagens são feitas e publicadas conforme os critérios de noticiabilidade e valores-notícia considerados relevantes à proposta comercial da empresa. Ou seja, no *newsmaking* as notícias passam a ser como são em decorrência do sistema econômico, político e social vigente e, nesse contexto, muitos são assuntos são apartados do “cardápio” midiático diário e a umbanda corresponde à um dos fatos que nem sempre é considerado para ser noticiado (TEIXEIRA FILHO; AZEVEDO JÚNIOR, 2020).

Outra teoria que pode ser citada, ainda, refere-se à espiral do silêncio:

A ideia central desta teoria situa-se na possibilidade de que os agentes sociais possam ser isolados de seus grupos de convívio caso expressem publicamente opiniões diferentes daquelas que o grupo considere como opiniões dominantes. Isso significa dizer que o isolamento das pessoas, de afastamento do convívio social, acaba sendo a mola mestra que aciona o mecanismo do fenômeno da opinião pública, já que os agentes sociais têm aguda percepção do clima de opinião. E é esta alternância cíclica e progressiva que Noelle-Neumann chamou de Espiral do Silêncio (LAGE, 2006, p. 16).

A Espiral, silencia os dominados e os assuntos que lhes são correlacionados em detrimento de conteúdo dos dominados que aproveitam o espaço midiático para expor, apenas, o ponto de vista do nicho populacional dotado de benesses jamais gozadas pelos grupos minoritários.

Outra teoria importante, nesse contexto, corresponde à agenda *setting* onde o que espectador, leitor e ouvinte acha importante e considerável na sociedade diz respeito ao que mais é noticiado na grande mídia. A agenda *setting* dá o “cárdipio noticioso” ao consumidor de informação jornalística e, por isso a cadeia discursiva dos assuntos contra-hegemônicos torna-

se cada vez mais inexistentes na grande mídia porque para os poderosos há pautas que precisam ser evidenciadas segundo o critérios de exclusão que somente eles sabem discernir (HOHLFELDT, 1997).

Porém, uma oportunidade viável de “combater”, por assim dizer, o silenciamento midiático refere-se ao regionalismo noticioso na *web* onde favorece a capacidade jornalística de noticiar com maior liberdade os fatos da região e desse modo, pode-se integrar os assuntos sobre a umbanda na mídia regional.

3.4 Webjornalismo: espaço supraterritorial da notícia

Antes de adentrar na discussão do assunto, destaca-se o posicionamento sobre a palavra supraterritorialidade. Esse vocábulo é apresentado por estudiosos do fenômeno da globalização sendo usado para esclarecer que na era global as relações não ocorrem somente em sua territorialidade, ou seja, campo geográfico/relevo físico.

No espaço global, as relações e a comunicação expandiram-se devido à tecnologia e a internet e essa nova peculiaridade denomina-se supraterritorialidade (SCHOLTE, 2002; 2005; 2007). Nesse campo de estudo, não há apenas essa palavra para se referir aos acontecimentos sem fronteiras permitidas pela internet na globalização, pois Haesbaert (2016) utiliza o termo desterritorialização, ou seja, ausência de campo geográfico/ relevo físico. Desse modo, explana-se que ambas as palavras são sinônimas mas, usa-se, neste estudo a denominação de Scholte¹⁷ referente à supraterritorialidade das relações no mundo global, inclusive, sobre a notícia.

Sendo assim, explica-se que consumir informação nos tempos de relações supraterritoriais não é apenas entrar em contato com certas áreas do conhecimento, como economia, política, cultura, entre outros domínios, mas é ter interesse pela informação propriamente dita e pelos processos comunicacionais que envolvem a produção de uma notícia (RAMONET, 2013).

Desse modo, com o surgimento da internet e a criação das redes sociais, a produção de informação passou a ser sem barreiras. Conforme pontua Almeida et al. (2013, p.13):

Os dispositivos móveis são propulsores de um novo ciclo de inovação, porque vão reconfigurar a produção, a publicação, a distribuição, a circulação, a recirculação, o consumo e a recepção de conteúdos jornalísticos em

¹⁷ Scholte é um Doutor em estudos da globalização. Pesquisador do Centro para o Estudo da Globalização e Regionalização (CSGR). Escritor de vários livros sobre globalização, mudança social, governo policêntrico, legitimidade na governança global, democracia global, sociedade civil na política global e governança da Internet. Seus livros são conhecidos e traduzidos mundialmente (UNIVERSIDADE DE LEIDEN, 2022).

multiplataformas. E, ao mesmo tempo, implicarão também em mudanças nas rotinas das redações e em novas habilidades para o profissional atuar nesse ecossistema, do qual emergem os aplicativos (apps) jornalísticos, em especial os produtos autóctones – apps originais para tablets – criados de forma nativa com material exclusivo e tratamento diferenciado.

Com o advento dos computadores e o surgimento da internet no seio familiar veio por modificar as relações sociais e, conseqüentemente, a atividade jornalística. Anteriormente, quando um tema não entrava em discussão através da mídia tradicional terminava por ser silenciado e esquecido. Nesse sentido, a internet passou a ser usadas com a função de conceder voz a movimentos que geralmente são negligenciados pela grande imprensa. Os burburinhos gerados nas plataformas, atualmente, servem de termômetro para a produção de notícias.

De acordo com Bartkowiak et. al. (2017), compreende-se que os cidadãos foram grandes responsáveis pela divulgação dos acontecimentos através das mídias sociais, que possibilitaram a propagação dos levantes populares. O uso das redes sociais proporcionou a potencialização das demandas da massa. Considerando a nova dinâmica de globalização, atores não estatais adquirem a capacidade de estimular mudanças na estrutura Estatal, com a formação de movimentos sociais.

Tal discussão permite entender o lugar central em que a mídia se insere na sociedade, além da capacidade das ferramentas de comunicação interativas criarem novas possibilidades para os indivíduos se engajarem em comunicação.

A mídia é, ao mesmo tempo, parte do tecido da sociedade e da cultura e uma instituição independente que se interpõe entre outras instituições culturais e sociais e coordena sua interação mútua. A dualidade desta relação estrutural estabelece uma série de pré-requisitos de como os meios de comunicação, em determinadas situações, são usados e percebidos pelos emissores e receptores, afetando, desta forma, as relações entre as pessoas (HJARVARD, 2012, p. 54-55).

Essa função que a internet assume em suscitar discussões de caráter social desponta, conforme Recuero (2011, p. 07), “em serviços informativos modificando os fluxos informacionais também no ciberespaço. Os laços sociais que interconectam os indivíduos na sociedade são também canais de informação que possibilitam que essas circulem dentro dos diversos grupos”.

Assim nesse aspecto, a internet proporcionou que no âmbito das redes sociais, haja a criação de espaços mais amplos com uma variedade maior de conexões e discussões. São vias de informação permanentemente abertas.

Outra característica notória é o contato estabelecido na maioria das vezes entre pessoas que são desconhecidas uma das outras. Essas relações também possuem impacto na disseminação de informações. “Quanto mais laços fracos mais acesso às informações um mesmo ator tem. Assim, a tecnologia auxilia no suporte ao recebimento da informação, mas igualmente, na produção e circulação das mesmas” (RECUERO, 2011, p. 08).

A efervescência de informação nas redes sociais faz com Recuero (2009) sistematize três relações possíveis entre as mídias e o jornalismo. Os vínculos são: produção de informação, filtros de informação e reverberação de informações.

Na lógica da autora, na internet o ponto de partida para uma notícia quando uma discussão surgida na rede acaba recebendo atenção da mídia. Isso acontece, quando acontecimentos que tomam proporção nas redes sociais alimentam pautas para os veículos jornalísticos. Portanto, na internet “enquanto circuladora de informação, pode-se gerar mobilizações e conversações que podem ser de interesse jornalístico na medida em que essas discussões refletem anseios dos próprios grupos sociais” (RECUERO, 2009, p. 47).

Entretanto, o volume de discussões e pessoas interagindo no âmbito digital sinaliza também atenção. Segundo Zago (2011), a estrutura descentralizada do ciberespaço possibilita, ao menos em teoria, que qualquer usuário se converta em fonte potencial para o jornalismo. A internet diversifica as fontes – o próprio usuário passa a poder ser fonte, recorre-se não apenas a fontes oficiais. Isso também aumenta a responsabilidade dos usuários como fontes para jornalistas. Por isso, aparece a necessidade de encontrar critérios próprios para avaliar a condição das fontes.

Além disso, as redes também acabam por se confundir com as mídias tradicionais em determinados momentos. Pode-se mencionar situações em que políticos e famosos utilizam o twitter para postar alguma frase que trata de trabalho ou opinião. Observando, a mídia social não se diferenciou de uma cobertura convencional da imprensa. “Foi a reprodução das práticas e rotinas de produção da notícia, porém, agora, sem a necessidade de fazer perguntas antes de obter as respostas” (VIEIRA; CERVI, 2010, p. 12).

Em linhas gerais, a troca entre internet e jornalismo emerge diferentes utilidades. Enquanto pode ser cenário de discussão, pautar a grande imprensa, assim como comentar e levar a discussão do que já é notícia para as mídias tradicionais; as redes sociais possuem uma função convencional que seria associada, por exemplo, a uma assessoria de imprensa. Falas e depoimentos de pessoas públicas corresponderiam a um release ou nota veiculada no site institucional da figura em questão.

O conceito refere-se ao uso da internet para organização e divulgação de movimentos politicamente motivados, neste caso o ativismo negro. Eles são propostos com o objetivo de alcançar tradicionais metas ou lutar contra injustiças que podem suceder na própria mídia e (GURAK; LOGIE, 2003).

Assim, segundo Santos (2011, p.3):

O ciberativismo chega ao Brasil em meados de 1990, com o avanço da internet e a entrada de ativistas políticos, sociais e ambientalistas na rede. Para os ciberativistas o uso da internet é um meio de “driblar” os meios de comunicação tradicionais, que na maioria das vezes não oferecem espaço para que a opinião pública se manifeste. Com isso a rede se torna um espaço “público” em que os ativistas podem se manifestar, otimizando o impacto de suas ideias. Apesar de parecer muito simples, e de depender apenas de um clique, o ciberativismo - que nasce com a entrada de ativistas na rede -, vem com uma proposta de conscientização através da internet. Na maioria dos casos uma movimentação que começa na internet e acaba nas ruas. E para isso não basta apenas o ciberativista, mas o ativista “real” também.

Com a disseminação de informações e a articulação proporcionada pela internet, o ciberativismo vem tomando maiores frentes e, conseqüentemente, consegue agir de uma forma maior no mundo real. Portanto, um assunto que anteriormente seria silenciado consegue voz na internet e palco para discussão. Hoje a internet permite “o enfrentamento do monopólio da comunicação pelas corporações e grupos econômicos, gerando estratégias sociocomunicacionais imprevistas” (PAIVA, 2013, p. 3).

Então, esse espaço supraterritorial da notícia na internet que se expandiu pelo uso da tecnologia foi denominado de webjornalismo tem início em 1995, nos Estados Unidos, com a popularização da internet no país. Essa nova modalidade de trabalho jornalístico foi criada visando um novo alcance das notícias buscando quebrar/romper as barreiras estatísticas da distância dos públicos e, assim, o jornalismo rompeu as limitações de suas fronteiras geográficas (WOLTON, 2012).

Contudo, destaca-se que a capacidade ampla de divulgar a notícia não implica, necessariamente, que o webjornalismo tem por missão, por assim dizer, noticiar assuntos globais, mas segundo Wolton (2012) o jornalismo *on-line* trouxe a capacidade ímpar de tornar mundialmente conhecido fatos regionais de uma sociedade específica.

O jornalismo virtual tem a capacidade exclusiva de tornar uma notícia ímpar de um local conhecida pluralmente por todos através da rede mundial de computadores, pois o webjornalismo corresponde, metaforicamente, à um terreno fértil para se informar (FERRARI, 2004). Os sites ainda oferecem um material dinâmico, atualizado e a notícia é veiculada de

forma diversificada, pois além do texto ainda há imagens, vídeos, animações, infográficos, hipertextos “constituindo uma estrutura plural que explora os diferentes sentidos da percepção humana” (ATAÍDE, 2010. p. 5).

Os portais de notícias *on-line* ainda possuem um espaço e tempo diferente das mídias clássicas como, por exemplo, jornal impresso, rádio e TV, que muitas vezes ficam limitados a quantidade de folhas e minutos que podem ficar no ar. Na contramão de tudo isso, os sites podem ir muito além, pois podem utilizar “um espaço praticamente ilimitado para disponibilização de material noticioso (sob os mais variados formatos mediáticos)” (PALÁCIOS, 2002. p.6).

Fora isso, no jornalismo online acervos informacionais são criados quase que de forma “espontânea”, dados compilados e recortes se juntam em arquivos na rede e, assim, “o volume de informações já publicadas nos portais pode ser diretamente disponível ao usuário, através dos arquivos, que ficam armazenados” (ATAÍDE, 2010. p.07).

Desse modo, o jornalismo na web proporciona mecanismos e ferramentas para levar informação de forma rápida favorecendo até a melhor absorção desse conteúdo por quem ler. Algo que pode, inclusive, ajudar no processo de acesso a conteúdo de coberturas regionais. O processo de produção e veiculação da notícia no webjornalismo não se difere, essencialmente, das demais modalidades jornalísticas, pois o *lead* ainda continua como pilar da escrita da informação jornalística, porém para agregar o diferencial insere-se algumas particularidades que somente é possível no jornalismo digital como, por exemplo, o hipertexto (FERRARI, 2004).

A internet tornou-se um espaço democrático, por assim dizer, onde a publicação é livre, mas, porém, há um grande problema com responsabilidade e ética. Conforme Ramonet (2013, p. 52) as questões de responsabilidade e ética estão no “centro da preocupação dos jornalistas, pois a industrialização da informação reclama dela uma rentabilidade imediata. O aparecimento de novas tecnologias que transformaram a atuação profissional”.

É com essa preocupação, que ocorre a criação dos códigos deontológicos relacionados aos primeiros congressos de imprensa, como em Chicago nos Estados Unidos no ano de 1893. Durante as reuniões se discutiam temas como a imprensa e a moral pública e a imprensa como defensora dos direitos humanos. “No Brasil, o primeiro congresso de jornalistas aconteceu em 1908, no Rio de Janeiro, e teve a ética jornalística como um dos temas principais. No entanto, o primeiro código deontológico só foi formalizado no meado do século” (DEOLINDO, 2013, p. 04).

A primeira versão do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros data de 1949, com o respaldo da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entidade criada em 20 de setembro de 1946. A segunda versão vigorou de 1968 a 1986 e terceira, de 1986 a 2008. A última versão foi desenvolvida após reunião em Vitória (ES), em agosto de 2007, jornalistas representando empresas e sindicatos de todo o Brasil votaram favoravelmente ao novo texto, que já vinha sendo trabalhado há três anos.

O Código dispõe as regras da prática jornalística em cinco capítulos Deolindo (2013, p. 05):

O direito fundamental do cidadão à informação é declaradamente a base do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. O documento enfatiza o papel do jornalista como mediador entre os fatos e as instituições públicas e privadas e o interesse público, defendendo o acesso irrestrito do profissional da notícia às fontes e às informações verazes, em nome da obrigação social dessas mesmas instituições detentoras das informações e promotoras dos fatos e em nome da responsabilidade social do jornalista, que é informar o público sobre o que é relevante e de seu interesse. Quaisquer obstáculos à obtenção da notícia ou à sua veiculação, segundo o código, devem ser denunciados ao conselho de ética da categoria e combatidos.

É preciso ressaltar ainda que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros não é o único documento ou parâmetro que regula a atuação dos jornalistas. A Lei Nacional de Imprensa Nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, por exemplo, que vigorou durante o regime militar no Brasil consiste em uma tentativa de regular o trabalho da imprensa. Além disso, instituições de mídia também possuem um código específico como a Associação Nacional dos Editores de Revista, a Associação Nacional de Jornais e a Associação Brasileira de Representantes de Veículos de Comunicação. Outras entidades, como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a Associação Brasileira de Rádio e Televisão e a Associação Brasileira de Jornalismo Científico, para citar algumas, orientam seus trabalhos por um estatuto social, que possui ao lado das descrições burocráticas, algumas diretrizes éticas (DEOLINDO, 2013, p. 05).

Sendo assim, comenta-se que o trabalho com a supraterritorialidade da notícia não é isento das mesmas responsabilidades, pois o jornalismo “dá a forma, são traçados os contornos de um acontecimento, ele ganha cor e profundidade; articula-se à vida do destinatário que, por sua vez, se vê ligado ao mundo que o circunda (DALMONTE, 2010, p. 329).

A notícia veiculada na internet por meio da supraterritorialidade permite que informações de um espaço geográfico regional alcance representação global permitindo portanto, que o mundo tenha conhecimento e acesso a fatos que fogem ou rompem com a padronização informativa da globalização. Nesse contexto, fatos e acontecimentos que tendem

a ser silenciados ou expostos limitadamente como assuntos relacionados à umbanda, por exemplo, encontram na supraterritorialidade da internet a oportunidade de serem vistos ao tempo que, também, podem usar o espaço para desmistificar a imagem cultural institucionalizada que lhes foram impostas de povo dotado de religião diabólica e malvada.

4 METODOLOGIA

A *práxis* metodológica dá vida a pesquisa científica, por isso sua execução em campo é tão importante para análise e compreensão de fenômenos sociais de interesses à um nicho ou a coletividade, pois somente com a investigação *in loco* que respostas a problemas são obtidas e alcances de objetivos são atingidos.

4.1 Caracterização geral do estudo

A temática desta dissertação - Regionalização Midiática e Religiosidade: Cobertura Jornalística do Portal Cidade Verde Acerca das Práticas de Umbanda no Estado do Piauí – teve os procedimentos metodológicos organizados em uma *práxis* de abordagem qualitativa e quantitativa alicerçadas pela tríade de pesquisas que otimizaram a coleta de dados sendo elas: bibliográfica, exploratória e descritiva.

Além disso, visando obter de informações e conhecimento úteis para responder ao problema de pesquisa, alcançar os objetivos e comprovar ou não as hipóteses traçadas foi utilizado a técnica de coleta de dados da análise de conteúdo.

Outro aspecto relevante refere-se ao *locus* de investigação que foi o portal Cidade Verde por onde foi realizado à análise de conteúdo em torno da cobertura regional de matérias sobre a umbanda publicadas entre os anos de 2018 e 2019.

4.2 Abordagem da pesquisa

No campo da investigação acadêmico-científico, a abordagem científica, segundo José Filho e Lehfeld (2004), corresponde à orientação tipológica do estudo que pode ser qualitativo, quantitativo ou um trabalho que use ambas as formas quando à natureza aplicada da pesquisa assim exige.

Desse modo, explana-se que a dupla abordagem é usada quando o estudo lida com informações que serão quantificadas e qualificadas. Conforme Gil (2012) os estudos com essa característica trabalham com uma perspectiva ampla de dados que necessitam ser estratificados e subjetivados explicados para que seja possível alcançar uma percepção mais compreensiva do assunto.

A abordagem qualitativa e quantitativa visa explicar e descrever fenômenos sociais que interesse à coletividade ou um nicho populacional e é usada mutuamente porque visa-se dá a

pesquisa uma maturação ampla sob dois vieses que quando bem aplicados fundamentam a obtenção e discussão relevante dos dados (KÖCHE, 2003).

Por isso, para este estudo os vieses qualitativo e quantitativo foram usados, pois o intuito na discussão dos dados foi dá entendimento subjetivo em torno do noticiamento da umbanda no estado do Piauí e a descrição objetiva do quantitativo dos critérios usados nas matérias com fatos umbandísticos encontrados no portal Cidade Verde.

4.3 As Pesquisas

As pesquisas que foram usadas neste estudo basearam na observação de um fato de uma experiência comum e, por isso, não foi pautado uma teoria específica para nortear o trabalho porque o foco não foi entender/compreender e/ou identificar qual teoria, na *práxis*, determinou a divulgação e/ou silenciamento da umbanda, mas, sim, analisar o conteúdo desses fatos e periodicidade/espço que a mídia e o jornalismo dá esse assunto.

Porém, destaca-se que o assunto referente ao silenciamento midiático de fatos à margem do discurso hegemônico de audiência globalizante como, por exemplo, a umbanda possui uma orientação teórica diversa que, possivelmente, justifique atenção minoritária e o silenciamento umbandista na mídia.

Segundo Fonseca (2002), no mundo jornalismo sabe-se dos assuntos que são orientados pela grande mídia como forma de padronização social dos fatos e da notícia e para isso, apontam a famigerada linha editorial da empresa que vai determinar segundo a orientação ideológica da representante/dona da empresa o que pode ou não ser publicado. Por isso, de acordo com Fonseca (2008) e Medina (1982), o jornalismo, em muitos aspectos, não cumpre seu propósito/missão e/ou função social porque este profissional fica à mercê dos interesses dos donos dos meios/da mídia.

Então, assuntos contra-hegemônicos, normalmente, não são noticiados da mesma forma que os hegemônicos porque justificam vários fatores sendo eles, o interesse ou não do dono em permitir que noticiem e, nesse caso, pode-se tomar por referência, a teoria do *gatekeeper*. Outro ponto é a teoria do *newsmaking* sendo que esta volta-se aos interesses de mercado/da rotina industrial pela “venda” de notícia justificando suas publicações pelos critérios e valores-notícia (PENA, 2005). Mas, além dessas duas, a teoria da espiral do silêncio e da agenda *setting*. Na espiral, há o isolamento dos discursos dos agentes sociais que proferem opiniões e atos díspares ao do discurso dominante e, por isso são afastados de modo cíclico e progressivo (LAGE, 2006). Já na agenda, o público passa a considerar os assuntos importantes a partir daqueles que são

mais divulgados/noticiados e, nesse contexto, fatos fora do rol hegemônico não possuem espaço na grande mídia (HOHLFELDT, 1997) e isso faz com que o consumidor de notícia não considere, portanto assuntos como o da umbanda importante visto que este corresponde à uma pauta de notícia não muito requerida nos meios (OLIVEIRA, 2002).

Desse modo, para obter-se uma maturidade experimental dos fatos sem o uso de teorias determinantes Fantinato (2015) comenta que faz-se importante abranger o leque de pesquisas a serem utilizadas visando, de modo geral, fornecer dados diversos úteis a relevância da temática.

Assim, optou-se por escolher a tríade de pesquisas sendo elas: bibliográfica, exploratória e descritiva. Explana-se, portanto que a pesquisa bibliográfica pode ser considerada a “mãe” de todas as demais isso ocorre porque segundo Gil (2012), todo estudo científico necessita de modo indispensável de embasamento teórico de estudo bibliográfico originais já realizadas que servem que norteamento presente para a construção de novos estudos.

A pesquisa bibliográfica segundo Marconi e Lakatos (2015), corresponde à base indispensável para formação de qualquer estudo, pois faz-se necessário ter a compreensão teórica do assunto para que seja possível dá respaldo as discussões pontuadas. Para este estudo sobre a Regionalização Midiática e Religiosidade: Cobertura Jornalística do Portal Cidade Verde Acerca das Práticas de Umbanda no Estado do Piauí o embasamento iniciou desde a constituição dos capítulos teóricos ao da análise e discussão dos dados que teve cada dado obtidos com a constatação da pesquisa bibliográfica realizada.

A embasamento das pesquisas bibliográficas deste estudo foram oriundas de Moraes, G. (2016), Scholte (2002; 2005; 2007), Erbolato (2002), Traquina (2008; 2002 2001), Santos (2001; 2013), Teixeira Filho e Azevedo Júnior (2020), Gasparetto (2010), Lima, S. (2017), Silva, W. (2018), Wolton (2012), Ferrari (2004), Palácios (2002) e entre outros mais.

Outra pesquisa usada foi a exploratória cujo sua significação remete ao próprio nome e segundo Piovesan e Temporini (1995) é perfeitamente utilizada em estudos de dupla abordagem, pois seu intuito é explorar o *locus* para obter a gama mais relevante de informações construtiva a investigação. No caso deste assunto, a pesquisa exploratória foi feita pela busca exaurida de dados que respondam a problemática do assunto abordado neste trabalho.

Em continuidade, comenta-se sobre a pesquisa descritiva que descreve os dados obtidos oriundos da gênese quantitativa (MARCONI; LAKATOS, 2015). Conforme Santaella (2001) o trabalho com pesquisa descritiva sintetiza a compreensão quantitativa da pesquisa compactando a diversidade de aspectos amplos de uma coleta podendo, assim, serem descritos por cernes objetivos relacionados aos aspectos propostos na pesquisa.

4.4 A técnica

A técnica de coleta de dados refere-se aos procedimentos práticos de busca das informações (LEHFELD, 2007). Para estudo, escolheu-se a análise de conteúdo sendo aplicada/realizada virtualmente para coleta do *corpus* da pesquisa que corresponde à cobertura regional de matérias sobre a umbanda publicadas no portal Cidade Verde entre os anos de 2018 e 2019. Escolheu-se esse período, devido ao fato de que desde 2020 os meios de comunicação estão centrados na cobertura da Covid-19 e vacinação no estado fazendo com que o assunto sobre a umbanda ficasse ainda mais reduzido.

Desse modo, para possuir um recorte mais amplo e sem lacunas foi realizado uma busca exploratória no portal Cidade Verde filtrando saber quantas matérias foram publicadas entre 2018 e 2019 para que depois de selecionadas seja realizado à análise de conteúdo.

Segundo Bardin (2011, p. 42) “esta abordagem tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens)”. Vale destacar ainda que a análise de conteúdo “descreve, analisa e interpreta as mensagens/enunciados de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras” (SEVERINO, 2007, p.106).

Assim, na análise de conteúdo das matérias foi discutido os critérios de noticiabilidade encontrados, temática das matérias, período de publicação e impacto da mensagem referentes à temática. Esses aspectos foram feitos quanti e qualitativamente com o conteúdo sobre umbanda postado pelo jornalismo do portal Cidade Verde num viés descritivo.

As categorizações da análise de conteúdo empregadas nas matérias publicadas no portal Cidade Verde foram:

Quadro 04 – Categorias de análise de conteúdo aplicada ao *corpus*

CATEGORIA I Espaço Supraterritorial do Portal Cidade Verde para Notícias Religiosas da Umbanda e Periodicidade	Nessa categoria foram quantificadas as matérias religiosas voltadas à umbanda, matérias religiosas voltadas ao catolicismo, matérias religiosas sobre o protestantismo e matérias de religiões diversas e apontado a periodicidade de tais.
CATEGORIA II Fatos Relacionados ao Noticiamento Regional Acerca da Umbanda no Portal Cidade Verde	Nessa categoria foram contabilizados os fatos das matérias sobre umbanda no portal Cidade Verde ao tempo que, também, realizou-se do conteúdo regional das notícias.
CATEGORIA III Critérios de Noticiabilidade	Nessa categoria as matérias sobre a umbanda tiveram seus critérios de noticiabilidade contabilizados e discutidos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Na categoria I - ESPAÇO SUPRATERRITORIAL DO PORTAL CIDADE VERDE PARA NOTÍCIAS RELIGIOSAS DA UMBANDA E PERIODICIDADE – ocorreu a busca exploratória da publicação das matérias sobre a umbanda e, em contrapartida, foi feito a critério e necessidade comparativa de espaço supraterritorial das notícias a contagem de reportagens sobre catolicismo, protestantismo e religiões diversas. Por religiões diversas entende-se, aqui, todas as demais denominações religiosas de menor evidência do país como, por exemplo, espiritismo, budismo, islamismo e judaísmo. Isso foi feito para evidenciar e comparar o espaço midiático do portal do Cidade Verde para com notícias de religião, em especial, à umbanda. Essa situação foi feita, justamente, para apresentar possíveis discrepâncias de noticiamento religioso na supraterritorialidade do portal.

Na categoria II - FATOS RELACIONADOS AO NOTICIAMENTO REGIONAL ACERCA DA UMBANDA NO PORTAL CIDADE VERDE – foi feito a contabilização de todos temas/fatos sobre a umbanda que foram transformadas em notícias jornalística publicada no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019. Além disso, foi discutido a regionalidade desses acontecimentos.

Na categoria III - CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE - foi realizado a identificação dos critérios de noticiabilidade das matérias sobre umbanda publicadas no portal Cidade Verde entre os anos de 2018 e 2019 e a discussão de tais. Os critérios de noticiabilidade analisados escolhidos para análise são os determinados por Erbolato (2002). O motivo para escolha deve-se ao fato do autor ter uma lista extensa de critérios se comparado a outros estudiosos como, por exemplo, Traquina que trabalha com opções mais restritas.

As etapas da análise de conteúdo serão as seguintes:

Quadro 5 – Cronograma de execução da análise de conteúdo

ETAPAS	MESES 2022				
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CATEGORIA I - ESPAÇO SUPRATERRITORIAL DO PORTAL CIDADE VERDE PARA NOTÍCIAS RELIGIOSAS DA UMBANDA	X				
Busca exploratória no portal das matérias sobre a umbanda entre os anos de 2018 e 2019;	X				
Busca exploratória no portal das matérias sobre a religião católica apostólica romana entre os anos de 2018 e 2019;	X				
Busca exploratória no portal das matérias sobre a religião protestante entre os anos de 2018 e 2019;	X				
Busca exploratória no portal das matérias sobre religiões diversas entre os anos de 2018 e 2019;		X			

CATEGORIA II - FATOS RELACIONADOS AO NOTICIAMENTO REGIONAL ACERCA DA UMBANDA NO PORTAL CIDADE VERDE			X		
Fatos sobre umbanda que se tornaram notícia no portal Cidade Verde entre os anos de 2018 e 2019;			X	X	
CATEGORIA III - CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE				X	
Identificação dos critérios de noticiabilidade das matérias sobre umbanda publicadas no portal Cidade Verde entre os anos de 2018 e 2019				X	X

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Assim, no portal escolhido as notícias foram buscadas pelas palavras-chave: umbanda, religião africana, religião de matriz africana, macumba, terreiro, umbandista, pai de santo, babalorixá, mãe de santo, ialorixá, candomblé e orixá visando o encontro de matérias sobre a temática desta pesquisa no período de 2018 e 2019.

4.5 O Observável

O portal Cidade Verde é um meio de comunicação de webjornalismo do Grupo Cidade Verde da cidade de Teresina-PI fundando em 21 de junho de 2002 para veicular as informações da TV Cidade Verde no mundo virtual. A empresa decidiu trabalhar com o mundo da tecnologia devido a rapidez dos cenários sociais de socialização da informação e, por isso, viu a oportunidade do portal atrair novos espectadores ou permitir a pluralidade de acesso à informação e entretenimento da TV.

Porém, conforme Silva, M. (2017) foram cinco anos do portal Cidade Verde sem uma identidade autônoma, pois a equipe de profissionais eram os mesmos da emissora de televisão. Contudo, em 2007 o portal ganhou equipe própria e focada não somente em reproduzir os assuntos da TV, mas, principalmente, de produzir conteúdo próprio para o público da *web*.

O portal assim como a emissora embarcaram no processo de regionalização da notícia em 2002 buscando produzir coberturas de fatos de todo o estado e não apenas de Teresina. Silva, M. (2017) destaca que o trabalho de regionalização pelo Grupo Cidade Verde fora realizado com o propósito de se diferenciar no cenário noticioso piauiense abrindo espaço não somente para fatos locais, mas de todo o estado.

O portal está estruturado em editoriais fixas de: Política; Geral; Entretenimento; Esporte; Economia e Cidades e Vida Saudável. Conta, ainda, com as seguintes colunas/blog's: 1000 Coisas Pra Fazer; Blog das Cidades; Caderno Jurídico; Centenário Alberto Silva; Ciência Viva; Cláudia Brandão; Coronavírus - Últimas Notícias; Dia das Mães; Diversidade; Elivaldo Barbosa; Elvira & Júlia; Energia Ativa; Fora Da Curva; José Corsino; Lídia Brito; Marcos

Sávio; Operação Mata Mosquito; Péricles Mendel; Previdência; Semanário Jurídico e Torquato Neto.

Os conteúdos dos colunistas são de inteira responsabilidade dos autores, porém seguem a linha editorial da empresa para evitar dissonância de discurso identitário do meio de comunicação. Desse modo, destaca-se que a raízes do portal Cidade Verde advém da emissora de televisão que conta com o mesmo nome sendo uma empresa com suas origens fincadas no catolicismo (SILVA, M., 2017).

Explica-se que este estudo não se ocupa de discutir a emissora TV Cidade Verde, pois embora o portal seja o mais novo meio de comunicação da citada empresa esta não é discutida visto que o foco recai sobre a supraterritorialidade da notícia regional na *web* em tempos de hegemonia do discurso globalizante na mídia e não sobre as notícias apresentadas na emissora de televisão.

5 COBERTURA JORNALÍSTICA DO PORTAL CIDADE VERDE ACERCA DAS PRÁTICAS DE UMBANDA NO ESTADO DO PIAUÍ

A realidade reflete as verdadeiras intenções midiáticas e jornalísticas sobre um fato, um contexto e seus impactos em torno da atenção ou silenciamento de uma notícia. Por isso, o ápice desta dissertação encontra-se neste capítulo onde revela as nuances e demais dados que mostram como a umbanda no estado do Piauí foi noticiada entre 2018 e 2019 pelo portal Cidade Verde.

5.1 Espaço supraterritorial do portal Cidade Verde para notícias religiosas da umbanda

O campo jornalístico midiático atual é afetado relevantemente pela supraterritorialidade, ou seja, quando não há fronteiras físicas para a notícia e esta é liberada por “nós” virtuais de fibra ótica que funcionam nos mais diversos equipamentos tecnologicamente compatíveis com o acesso ao provedor de internet. Nesse caso, destaca-se, em evidência, os computadores de um modo geral, celulares, *tablets* e televisores *smart*, por exemplo, como meios impulsionadores da “divulgação” supraterritorial das matérias jornalísticas.

Nesse novo contexto comunicacional, midiático e informativo as notícias expandiram-se para além dos limites tradicionais dos *mass media* e passaram a propagar-se no espaço midiático interconectado dando a oportunidade para as pessoas nos diversos continentes, países, estados e cidades informarem-se diversificadamente sem o empecilho das barreiras geográficas. Essa situação veio favorecer uma amplitude informativa mundial sem a necessidade de se manter homogênea e hegemônica contribuindo para a visualização e alcance de fatos noticiosos que outrora não eram tão comuns devido ao fator da discriminação como, por exemplo, a publicação e acesso as notícias sobre a umbanda (LIMA, S., 2017).

O Brasil, de modo especial, desde a formação da Imprensa Real e de folhetins noticiosos sem ligação ao Império mantinha o candomblé, primeira religião de matriz africana em solo brasileiro trazida pelos negros que se tornaram escravos, nas manchetes dos jornais como rito diabólico que deveria ser repreendido/combaticido sendo uma ameaça ao catolicismo. Isso maculou profundamente a percepção social sobre as manifestações religiosas africanas a ponto da intolerância religiosa a tais ser uma prática bem identificada no cotidiano.

Para combater esse pensamento, após a Proclamação da República foi fundando a Imprensa Negra, como os próprios criadores assim intitularam, que passou, entre outros fatos, a explicar, também, o que era e os propósitos da religião que seguiam, mas, mesmo assim, o

preconceito não diminuiu e a prova cabal dessa percepção são as décadas de lacunas informativas e de notícias depreciativas sobre candomblé e umbanda porque esta é descendente daquela e, portanto, muitos acham que são iguais, contudo a grande diferença é que na umbanda os espíritos são guias das pessoas e no candomblé, os seguidores entram em transe com o espírito das entidades. Mas, mesmo assim, há negação aberta dessas religiões.

Com a ocorrência da supraterritorialidade informativa permitida pela internet expandiu-se a acessibilidade informativa ajudando nichos de representação social ampla a terem, de fato, voz, imagem e discurso. Isso é o que vem ocorrendo com os adeptos da umbanda que estão tentando com que a religião da qual são adeptos não seja mais associada às notícias relacionadas à macumba, magia negra, feitiçaria e satanismo.

Assim, buscam no espaço midiático da internet serem notícia regional com amplitude global para expandirem a verdade da ideologia e os ritos que pregam em seus terreiros e manifestações (NOGUEIRA, 2011).

Essa contextualização apresentada faz-se importante para compreender o caminho do noticiamento da umbanda no espaço midiático supraterritorial e a relevância desse aspecto para que o jornalismo considere fatos sobre a umbanda importantes para se tornarem notícia do mesmo modo quando há os acontecimentos em torno da religião socialmente dominante, o catolicismo.

Assim, esta seção - Espaço Supraterritorial do Portal Cidade Verde Para Notícias Religiosas da Umbanda e Periodicidade - ocupa-se de evidenciar o campo dedicado da mídia de *webjornalismo* citada acima para as notícias sobre a umbanda entre os anos de 2018 e 2019 e em contrapartida apresenta, também, a explanação exploratória do assunto apontando, ainda, o espaço do citado tipo de jornalismo e da mídia analisada para as outras religiões a fim de realizar uma comparação ilustrativa da atenção noticiosa feita a essa temática. Além disso, destaca-se, ainda, a periodicidade dessas notícias.

Para esse feito, destaca-se primeiro o processo exploratório da busca das matérias/notícias sobre a umbanda publicadas no portal Cidade Verde entre os anos de 2018 e 2019 que ocorreu entre os meses de agosto e setembro recorrendo a ferramenta de busca do portal utilizando as seguintes palavras-chave sobre a temática: umbanda, religião africana, religião de matriz africana, macumba, terreiro, umbandista, pai de santo, babalorixá, mãe de santo, ialorixá, candomblé e orixá.

Abre-se um espaço para a explicação de duas palavras que foram usadas como descritores (macumba e candomblé) e destaca-se que mesmo a macumba sendo um vocábulo pejorativo associado negativamente à umbanda foi necessário inseri-la pois, de acordo com

Oliveira, E. (2022) jornalistas em suas coberturas sobre essa religião associar inadequadamente os ritos de umbandistas às práticas de macumba. Já em relação ao candomblé explica-se, ainda, que mesmo sendo religiões com vertentes díspares a classe jornalística quando inserido nesse tipo de matéria não sabe distinguir e associa como sinônimo.

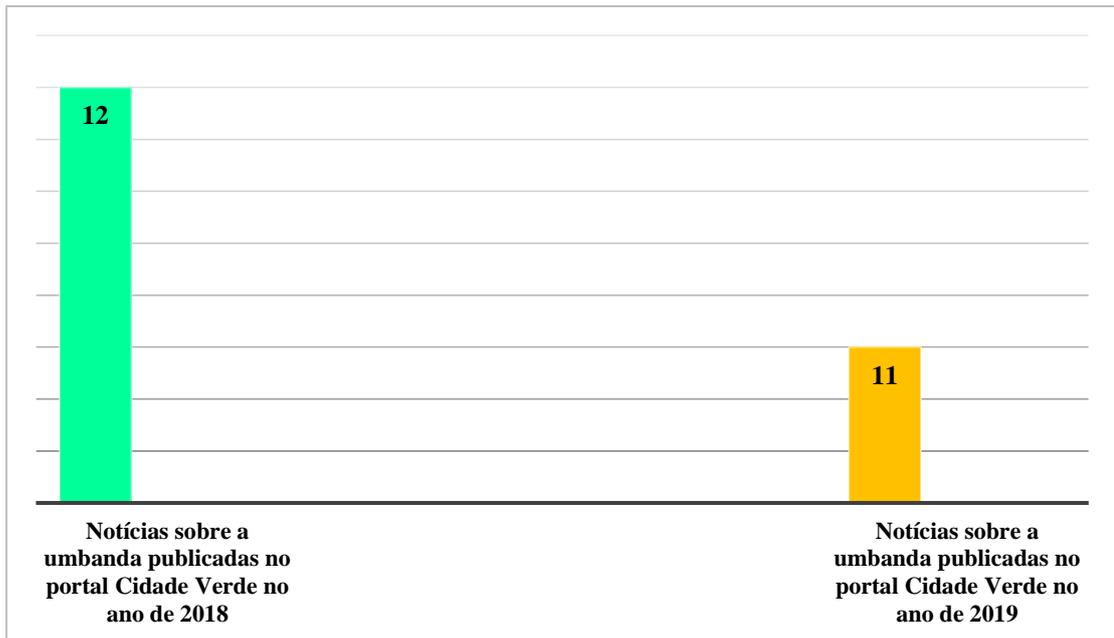
Com este esclarecimento, apresenta-se abaixo uma tabela que evidencia o quantitativo das palavras-chave mais encontradas no portal Cidade Verde na busca de matérias sobre a umbanda entre 2018 e 2019 destarte:

Tabela 1 – Quantitativo dos descritores usados e encontrados na pesquisa das notícias sobre umbanda nos anos de 2018 e 2019

Palavras-chave usadas na busca exploratória de matérias sobre a umbanda no portal Cidade Verde	Quantitativo
Umbanda	4
Religião africana	0
Religião de matriz africana	2
Macumba	1
Terreiro	2
Umbandista	2
Pai de santo	2
Babalorixá	1
Mãe de santo	1
Ialorixá	1
Candomblé	1
Orixá	1

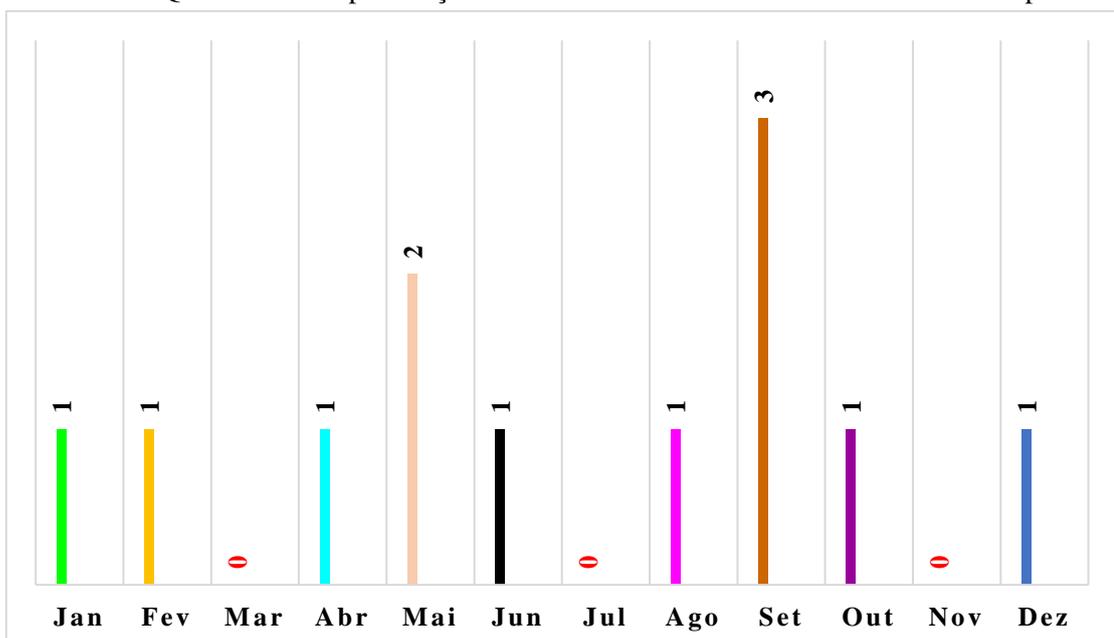
Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados da pesquisa.

O quantitativo de palavras-chave encontradas não influencia no número de reportagens encontradas, pois em alguns dos casos obtidos na busca em uma única matéria foi possível dois ou três descritores no título das notícias. Apresentado, então, esses aspectos dispõe-se abaixo o resultado das matérias encontradas, destarte:

Gráfico 1 – Publicações sobre a umbanda no portal Cidade Verde nos anos de 2018 e 2019

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados da pesquisa.

Os resultados da pesquisa encontraram 12 matérias no ano de 2018 e 11 em 2019. Esse quantitativo se analisado de modo superficial pode ser interpretado que num período de 12 meses de 2018 houve 1 notícia por mês e em 2019 onze matérias por cada período de 30 dias. Contudo, a situação não se deu de forma linear tendo, então, hiato de um mês, dois e três de ausência de notícias sobre a umbanda no portal Cidade Verde. Para uma compreensão geral da periodicidade das matérias o gráfico abaixo é disposto:

Gráfico 2 – Quantitativo de publicações de notícias sobre a umbanda no ano de 2018 por mês

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados da pesquisa.

Analisando a periodicidade mensal das publicações sobre a umbanda no portal Cidade Verde no ano de 2018 observa-se no gráfico acima que houve um fluxo maior de notícias sobre o assunto nos meses de setembro (3 matérias) e maio (2 notícias) e nos demais períodos foram publicadas, apenas, uma matéria por mês. Nota-se que o primeiro hiato ocorreu após dois meses de noticiamento seguido. O segundo período de ausência de conteúdo, deu-se após três meses consecutivos de publicação e o terceiro momento sem publicações, também, deu-se após mais três meses de cobertura noticiosa sequencial.

O exposto no gráfico remete há indagações onde algumas podem ter respostas e outras não. Desde já, destaca-se boa parte dessas perguntas que são expostas nesta análise são como reflexões em torno de questionamentos que, infelizmente, sem o acesso ao diretor de jornalismo do portal Cidade Verde torna-se ainda mais difícil de responder. Assim, voltando aos resultados do quantitativo de publicações pode-se pensar: devido ao fato de haver apenas uma publicação sobre a umbanda em trinta dias, pode esse número ser considerado normal/suficiente? No Jornalismo, pode-se falar e/ou questionar uma métrica noticiosa para publicações de matérias sobre religião, em especial, a umbanda?

De acordo com Traquina (2001) o Jornalismo é uma atividade dinâmica, plural e, sobretudo, alicerçada em acontecimentos/fatos atuais que tenham alguma relevância para sociedade como um todo ou a grupos de pessoas como interesses seletos (para esse caso há o Jornalismo Especializado), mas para o público em geral o Jornalismo é abrangente, ou pelo menos deve ser. Por isso, no século XXI tem ocorrido uma pressão socioinformativa muito grande aos meios para que as notícias tenham heterogeneidade informacional visando, assim, que a sociedade saiba de muitos aspectos fora do eixo padrão que ocorre, por assim dizer, as margens do cotidiano central da mídia.

Então, ter uma notícia por mês sobre a umbanda pode ser considerado representativo as práticas da religião no estado do Piauí? Provavelmente, não. Contudo, isso, também, não significa que o portal precisar ter 100% desse tipo de notícia, mas nota-se, por exemplo, o crescendo aumento de pais de santo, mães de santo nas redes sociais virtuais questionando muitos assuntos que seriam pautas provocativas e de aprendizado para o Jornalismo transformar em notícias para sociedade (LIMA, C., 2022).

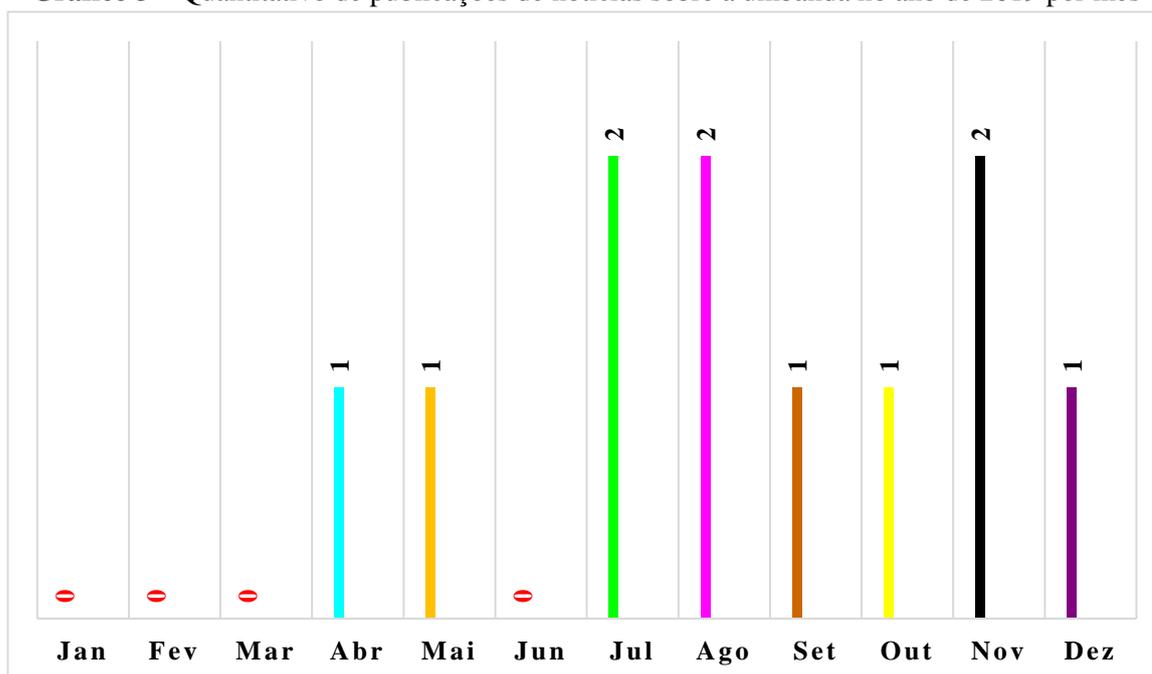
Um exemplo disso, corresponde a revista digital gratuita, Kobá Exu composto por membros da umbanda e candomblé com publicações ativas desde agosto de 2020 estão buscando tirar a “venda dos olhos” da sociedade, em geral, que a umbanda é uma seita maligna. Além disso, os membros da Kobá Exu migraram para o instagram para criarem diálogos com foco na visibilização e democratização das falas das religiões marginalizadas pela grande mídia

(LIMA, C., 2022). Movimentos como esse torna-se-iam pautas noticiosas excelentes para o espaço jornalístico de relevante visualização midiática que vem atuando na supraterritorialidade, ou seja, na internet, podendo, assim, da voz, imagem e discurso representativo a essa religião.

Assim, o que se pode discutir é o fato de que não existe medidas/quantidades de notícias no Jornalismo específicas sobre o assunto *x* ou *y* pois, como baseia-se em critérios para publicação e, também, na linha editorial do meio comunicação o trabalho jornalístico de noticiar a umbanda torna-se complexo, pois é necessário realizar novos vieses informativos contribuindo, também, para tolerância social religiosa com outras manifestações do tipo que embora tão antiga quanto o catolicismo segue, ainda, oprimida (TEIXEIRA, 2013).

Em continuidade a análise de periodicidade das notícias sobre a umbanda publicadas mensalmente no portal Cidade Verde, destaca-se o próximo gráfico referente aos dados da pesquisa do ano de 2019:

Gráfico 3 – Quantitativo de publicações de notícias sobre a umbanda no ano de 2019 por mês



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados da pesquisa.

A imagem revela 11 notícias distribuídas em evidência nos meses de julho, agosto e novembro sendo duas notícias em cada um dos meses destacados e uma matéria em abril, maio, setembro, outubro e dezembro. O hiato em 2019 foi de três meses no início do ano após a última notícia sobre umbanda publicada de dezembro de 2018. A seguir, ocorreu dois meses de

noticiamento e um mês de “silenciamento” e nos seis meses finais para o término do ano houve publicações consecutivas.

Comparado ao ano de 2018 houve em 2019 um mês a mais de ausência de notícias sobre a umbanda no portal e, também, uma publicação a menos. Os meses com mais publicações em 2018 foram maio e setembro. Já em 2019 foram julho, agosto e novembro. Desse modo, o que pode-se pensar sobre as poucas notícias sobre a umbanda: Faltam fatos para serem publicados? Não há interesse do Portal? Não há acessibilidade às fontes de informação sobre o assunto? Há resistência dos jornalistas? Há medo dos profissionais em irem ao encontro dos umbandistas? Os critérios de noticiabilidade não se enquadram para transformar os fatos em notícia jornalística?

Novamente, comenta-se que responder essas indagações sem a opinião de jornalistas, editor-chefe e/ou diretor de jornalismo da empresa analisada torna-se impossível, pois em uma análise de cobertura os fatos discutidos correspondem a elementos que não dão explicações, apenas, mostram a concretude/comprovação do foi analisado.

Mesmo assim, pode-se recorrer ao pensamento de Teixeira Filho, e Azevedo Júnior (2020) ao explicar que na prática jornalística todos os profissionais sabem da influência da *gatekeeper*, da espiral do silêncio e, também, *newsmaking* para a cobertura de determinados assuntos. No contexto do noticiamento sobre as religiões de matriz africana como umbanda são muitos fatores que veladamente atrapalham o curso desse tipo de noticiamento. Não se pode negar que não haja mais preconceito ou medo de transitar em manifestações religiosas umbandistas porque o discurso da macumba, magia negra e feitiçaria vinda da umbanda foi institucionalmente implantado no coletivo da sociedade e o único modo de dirimir essa situação que se arrasta desde a colonização do Brasil é da voz, imagem e discurso a essa religião no Jornalismo e na mídia para que atos de discriminação e intolerância sejam dirimidos.

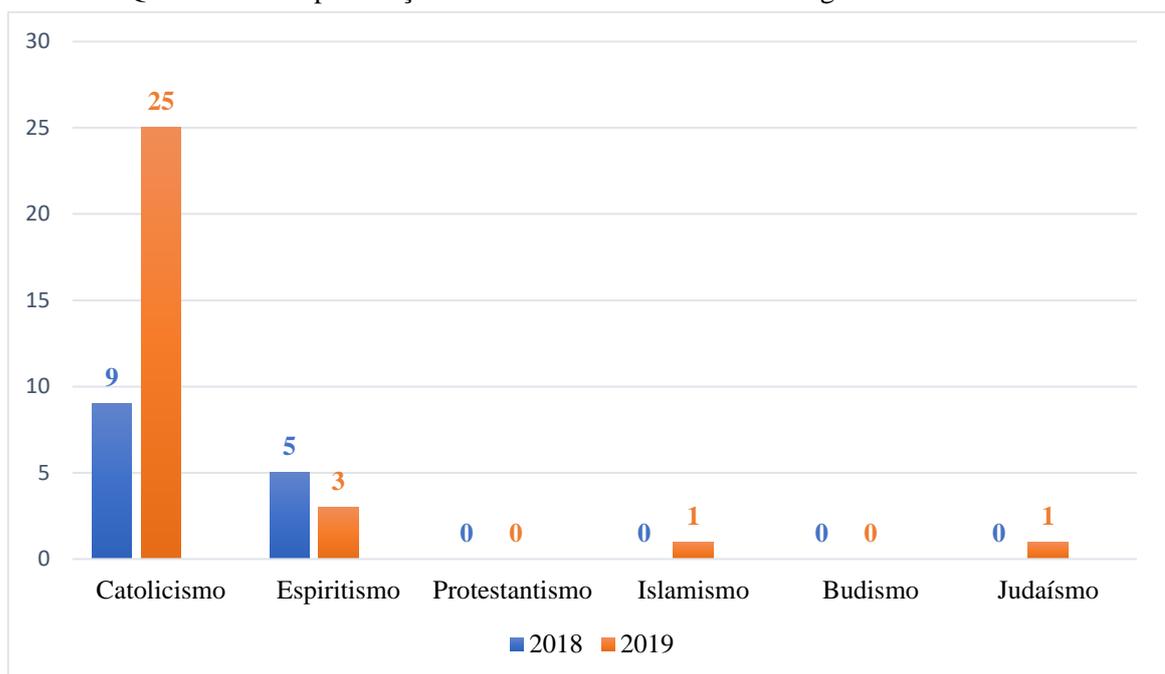
Medina (1988) ao discutir a notícia como um produto no mercado capitalista revela nuances que complica, por assim dizer, a vida do jornalista como profissional que não é independente em seu trabalho e depende da aceitação da empresa, da direção e do “comércio” das notícias que, nem sempre, vai de encontro com os anseios do profissional em mostrar a realidade de modo integrativo e holístico.

As religiões de matriz africana sofrem com o silenciamento e a acusação noticiosa pejorativa desde a formação da imprensa brasileira, desse modo quando a sociedade passou a se democratizar em âmbito político e a intolerância religiosa tornou-se crime ao tempo que, também, o Código Civil do país passou a normatizar a livre organização religiosa nos termos

do art. 44, § 1^o¹⁸ e com essa prerrogativa, tornou-se evidente que todos tinham que mudar para com umbanda, inclusive, a imprensa que deve primar por fatos atuais que podem se tornar notícia nos vieses teóricos e práticos do Jornalismo. Assim, não há mais, ou melhor, não deveria, ainda, existir atitudes que desfavoreçam na mídia e, também, no cotidiano social uma religião em detrimento de outra.

Aproveitando o espaço, realizou-se nesta categoria de análise um comparativo sobre as demais religiões que se tornaram notícia no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019:

Gráfico 4 – Quantitativo de publicações de notícias sobre de outras religiões nos anos de 2018 e 2019



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados da pesquisa.

Os dados dispostos no gráfico apresentado evidencia que as notícias sobre o catolicismo são em maior quantidade nas publicações sobre religião no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019. Ao todo foram 34 matérias em torno no catolicismo apostólico romano (sendo 9 em 2018 e 25 em 2019) houve, ainda, 8 notícias sobre o espiritismo (5 no ano de 2018 e 3 em 2019). Sobre o protestantismo não foram encontradas matérias sobre o assunto nos anos já elencados e do mesmo modo ocorreu com o budismo. Mesmo assim, o judaísmo teve uma reportagem em 2019 de igual modo com o islamismo. Em um ano, as notícias sobre umbanda totalizaram 23

¹⁸ São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento (BRASIL, 2002).

publicações e se comparado com a cobertura feita ao catolicismo houve um diferencial de 11 matérias.

A formação religiosa oficial dos brasileiros foi predominantemente católica. Os Jesuítas vieram ao Brasil com a missão de evangelizar índios, africanos e instituir o catolicismo na colônia que em poucos anos se tornou sede Coroa portuguesa. Nesse contexto, uma das atividades dos missionários era abafar e reprimir outras manifestações religiosas como o candomblé e a cultura politeísta dos indígenas denominando-as como cultos diabólicos. Dessa forma, foi instituído no âmago da sociedade o sentimento de aversão e discriminação as religiões africanas e o Jornalismo foi afetado com esse pensamento que gerou, portanto silenciamento noticioso em torno das práticas de umbanda na sociedade.

As coberturas dos eventos do catolicismo como semana santa, festejos de padroeiros, reuniões de grupos católicos, ações de instituições ligadas à igreja como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, romarias, ações/viagens do Papa movimentam bastante imprensa atendendo e/ou direcionando essas informações toda sociedade.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) o Piauí é o estado mais católico do Brasil e o Rio Grande do Sul é o estado que possui mais adeptos das religiões de matriz africana como umbanda e do candomblé. Essa informação evidencia o quanto o catolicismo e umbanda transitam, por assim dizer, entre grande quantidade de pessoas. Contudo, por que uma possui mais representatividade midiática e jornalística que a outra?

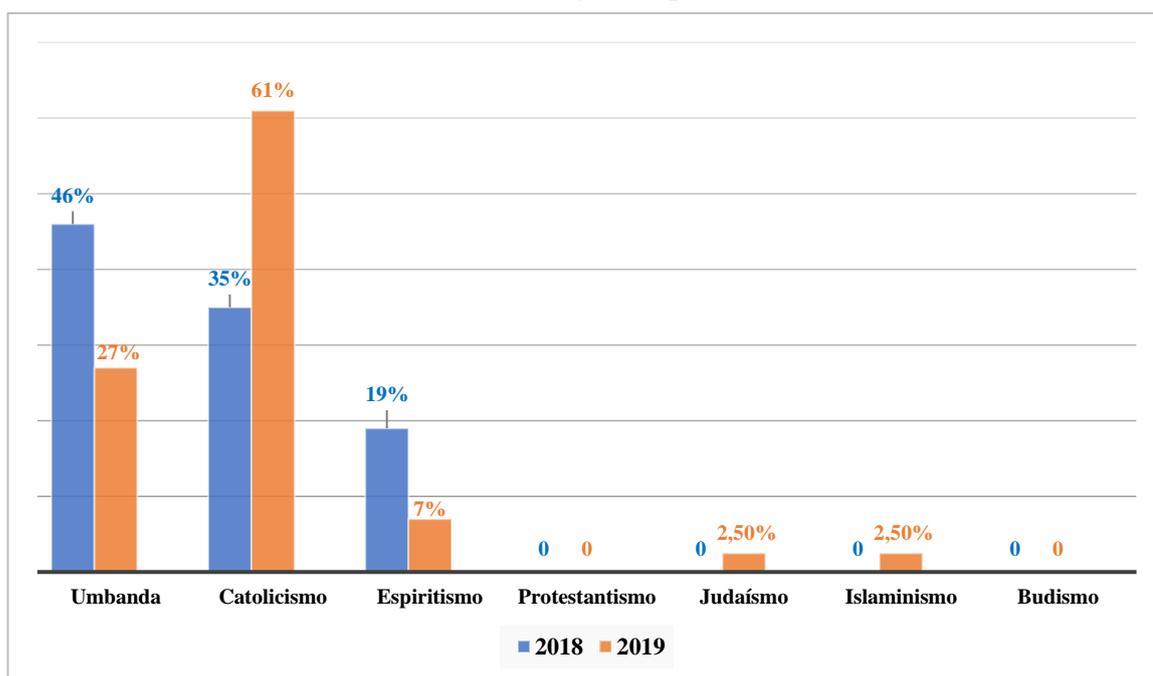
Conforme, elencado nas outras indagações na análise desta categoria os motivos mais cabíveis voltam-se as questões socioculturais e, também, pelo viés de elementos que o jornalista não pode desobedecer como, por exemplo, a linha editorial do meio de comunicação onde trabalha. Então, usando aqui o título da obra de Nelson Traquina (2020) - Por que as notícias são como são? - o autor tenta explicar porque as notícias são de uma forma ao invés de outra e toma como parâmetro a ocorrência de um Jornalismo num Estado Democrático de Direito onde, ao menos de modo teórico, poderia haver uma abertura, ou melhor, um rompimento, por assim dizer, a ocorrência cíclica das notícias que não surpreendem o espectador.

Isso não implica dizer que o Jornalismo corresponde a um espetáculo circense de entretenimento e agradabilidade do público com notícias, mas Traquina (2020) na discussão do livro citado evidencia, em alguns momentos, a problemática da influência da teoria do *newsmaking* que associa a produção das notícias ao mercado isso faz do Jornalismo uma vitrine ao capitalismo. Outro ponto e que constitui como uma crítica conforme o autor parafraseado é a ausência de uma teoria da notícia que segundo estudioso seria o suficiente para explicar muitas

lacunas em torno da a inclusão ou exclusão de matérias além do uso dos critérios de noticiabilidade, linha editorial de empresa e entre outros aspectos.

Desse modo, continua-se, então, o percurso de entender a atenção e silenciamento das notícias de umbanda no Jornalismo. Voltando ao contexto do portal Cidade Verde e na discussão do espaço da citada mídia resolveu-se apresentar a porcentagem que as matérias de religião ocuparam no ano de 2018 e 2019:

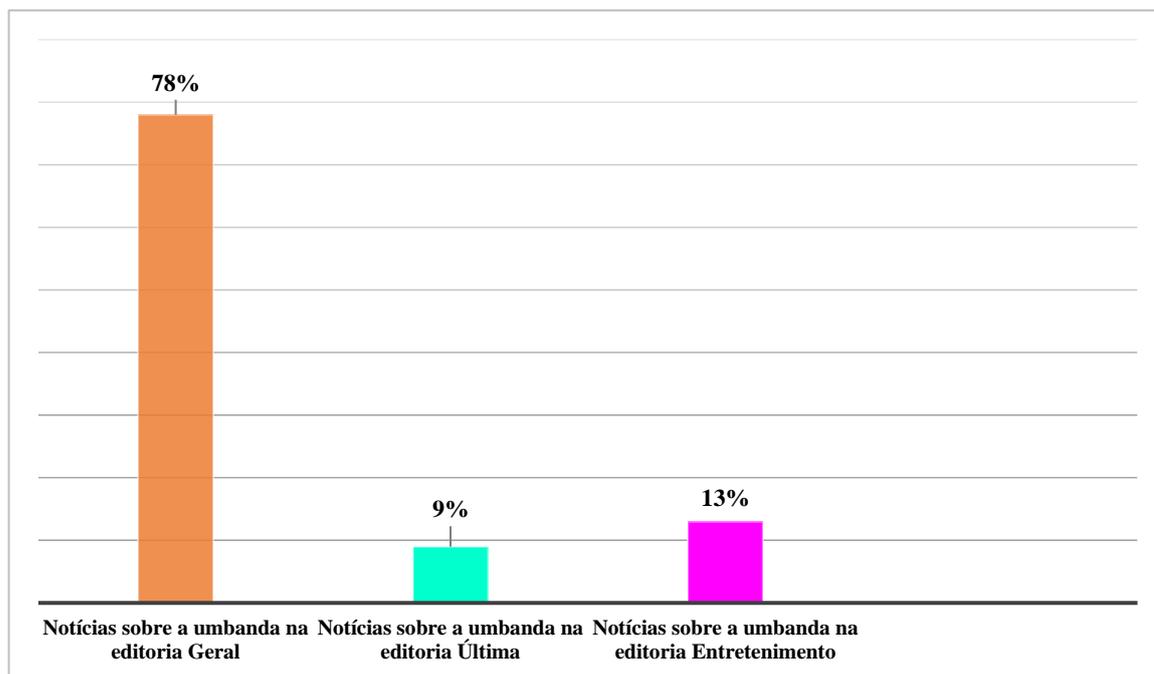
Gráfico 5 – Percentual das notícias sobre religião no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados da pesquisa.

Em termos percentuais no ano de 2018 umbanda teve mais espaço noticioso (46%) que o catolicismo (35%), espiritismo (19%). Já em 2019 o catolicismo teve uma cobertura mais ampla (61%) que a umbanda (27%), espiritismo (7%), judaísmo (2,5%) e islamismo (2,5%). Nesses moldes, pode-se considerar que o fluxo de matérias entre umbanda e catolicismo tiveram amplitude e abrangência alternadas entre os anos analisados.

Outro ponto ainda a se destacar nesta categoria de análise corresponde a editoria de publicação das notícias religiosas onde, praticamente, todas as matérias são postas na editoria Geral havendo um diferencial na umbanda que possui algumas notícias na editoria última e entretenimento, destarte o gráfico:

Gráfico 6 – Editorias do noticiamento sobre a umbanda no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados da pesquisa.

Entende-se por notícias postas na categoria Geral como fatos que não possuem a necessidade de serem segredadas em um nicho específico. Conforme Erbolato (2002) quando as notícias são alocadas em uma editoria específica demonstra importância, organização para aquele âmbito temático e ao contrário do Geral que remete a um espaço onde são inseridos conteúdos diversos tendo o leitor que procurar/vasculhar dentre muitos outros assuntos o tema pelo qual almeja se informar.

Já quando uma notícia religiosa é posta na editoria Última remete que a matéria publicada era urgente e de necessidade rápida de visualização e as que são inseridas no Entretenimento pode indicar que o jornalista colocou as notícias nesse campo por se tratar de alguma cobertura de festa/comemoração da umbanda. Contudo, a ressalva nesse caso é necessidade a editoria Religião no portal Cidade Verde.

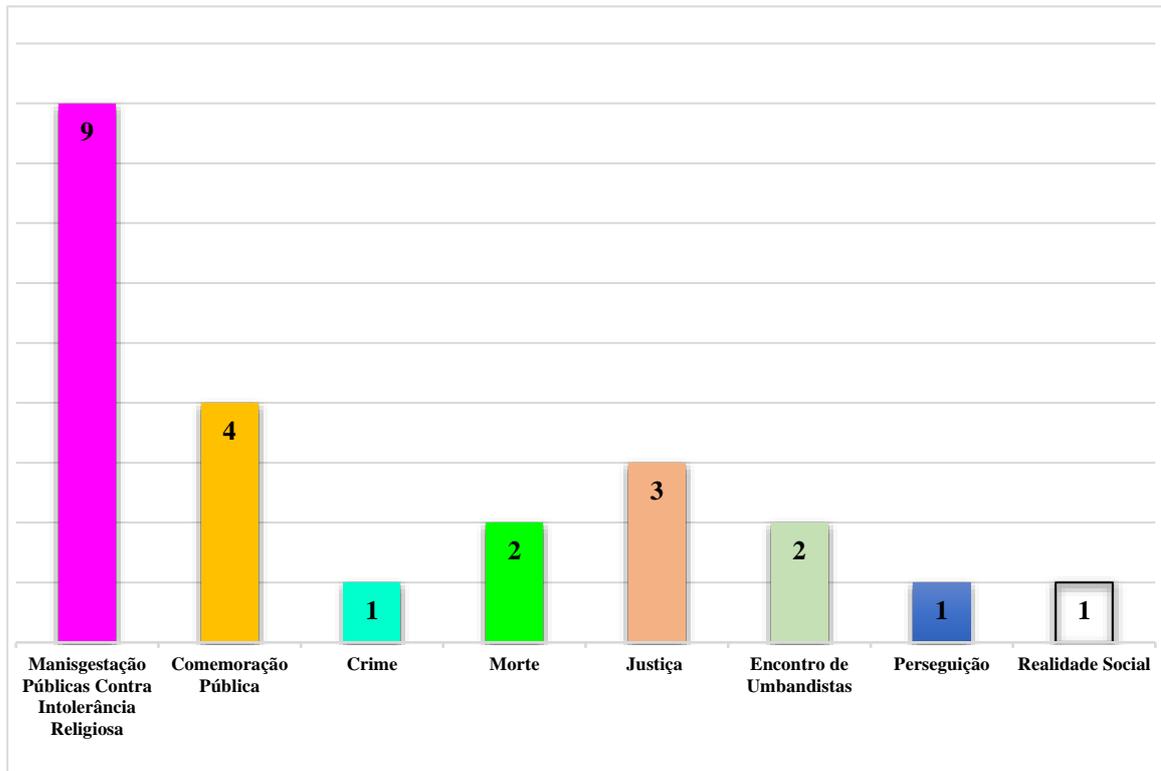
Assim, para outro nível de compreensão das notícias sobre a umbanda publicadas no portal Cidade Verde relacionado aos fatos que foram considerados notícias e sua relação com o regionalismo envolvendo as práticas no Estado, apresenta-se os resultados na seção seguinte.

5.2 Fatos relacionados ao noticiamento regional da umbanda no portal Cidade Verde

A publicação de matérias jornalísticas necessita de fatos que são desencadeadores para sua produção. No contexto dos dados obtidos pela busca exploratória de notícias sobre a

umbanda no portal Cidade Verde entre os anos 2018 e 2019 em 23 matérias foram encontrados os seguintes fatos:

Gráfico 7 – Fatos de noticiamento da umbanda no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados da pesquisa.

Os fatos identificados na quantificação apresentada no gráfico referem-se aos aspectos mais comuns que foram identificados nas notícias sobre a umbanda publicadas no portal Cidade Verde. De acordo com Lage (2006) fatos noticiosos são evidências de acontecimentos reais que motivam o profissional de Jornalismo a escrever e desse modo, esses fatos podem estar relacionados, à depender do contexto, com situações que irão caracterizar a produção do tipo de Jornalismo realizado meio de comunicação correspondente.

Conforme Silva, P., Santos, R. e Leite (2003) a situação do fato pode ser favorável e de interesse ao ao Jornalismo Global, Nacional, Regional e/ou Local, pois vai depender da contextualização correlacionada a situação geocomunicacional e geojornalística da situação. Por isso, em muitos casos o que vai determinar a produção da notícia dos citados tipos de Jornalismo será a correlação que possui com os espaços geográficos vigentes dos meios de comunicação.

No caso do Jornalismo Regional, por exemplo, em especial o que se refere à cobertura de fatos noticiosos sobre a umbanda espera-se que as materias realizadas possuam fatos e,

também, critérios de noticiabilidade¹⁹ que remetam diretamente a situações e acontecimentos da região em um âmbito um pouco mais abrangente que no Jornalismo Local que foca em fatos e interesse somente de uma cidade/município (TEIXEIRA FILHO; AZEVEDO JÚNIOR, 2020).

Para se trabalhar com o Jornalismo Regional é necessário uma sensibilidade ímpar e ao mesmo tempo plural no entendimentos dos fatos, pois no caso das matérias relacionadas à umbanda faz-se preciso que o jornalista tenha a intenção de analisar a ocorrência do fato correlacionado como importante não somente para a classe de umbandista, mas, principalmente, para a sociedade leiga que muitas vezes é preconceituosa e discriminatória com as práticas da umbanda tanto de ocorrência pública quanto restrita nos terreiros (PERUZZO, 2005).

O Jornalismo Regional ao cobrir notícias sobre a umbanda se dispa de expressões intolerantes e constatações leigas enraizadas no senso comum da sociedade e tenta com as notícias jornalísticas em relação à temática e informar ao público sobre a pluralidade dos acontecimentos religiosos na região e que os demais cultos religiosos além do catolicismo, protestantismo e entre outros não ferem e/ou maculam a vida em sociedade (LIMA, S., 2017).

Assim, analisando o resultado dos fatos identificados nas notícias sobre a umbanda percebe-se que foram, em maior quantidade, as que eram sobre manifestações públicas sobre a intolerância religiosa, comemoração públicas, justiça, morte, encontro de umbandistas, crime, perseguição e realidade social.

Explica-se, portanto que na sociedade contemporânea e nos estados democráticos de direito como, por exemplo, é o caso do Brasil a pluralidade religiosa é permitida bem como a livre manifestação e a intolerância religiosa é proibida e considerada crime (BRASIL, 1988) assim, os umbistas possuem o mesmo direito de realizar manifestação públicas, desde que pacíficas e que não provoquem desordem no tráfego.

Na constatação das matérias coletadas, nove foram feitas sob fatos de manifestações públicas de combate à intolerância religiosa sobre a umbanda nas principais ruas e pontos turísticos de Teresina. Além disso, houve, ainda, comemorações públicas ligado à fatos sobre lavagem de escadarias da cidade sendo um ritual de lavagens das energias antigas e ruins abrindo espaço espiritual para novas vibrações bem como a festa de São Cosme e Damião, festa de aniversário da umbanda em Teresina e comemoração em prol do novo babalorixá do terreiro de umbanda na capital do Estado piauiense.

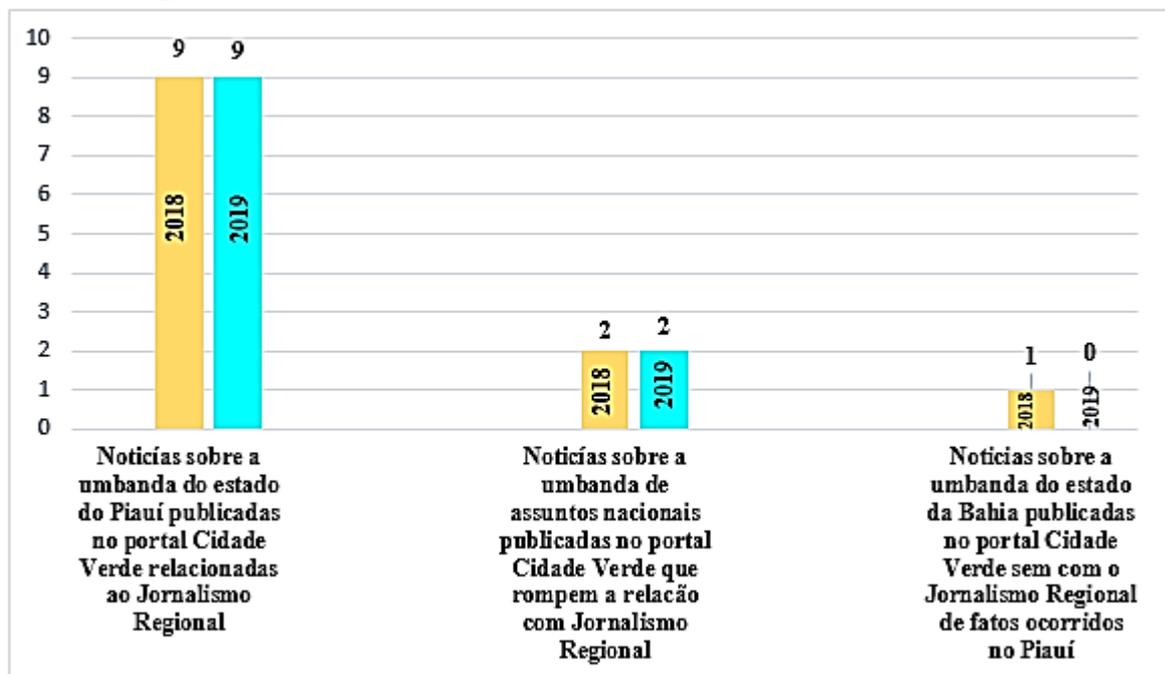
¹⁹ Vide seção 5.3.

Houve, ainda, três fatos relacionados à justiça um sobre audiência pública no tribunal de justiça relacionado à perseguição religiosa aos umbandistas, outra refere-se à apreensão de um jovem em perturbação da ordem pública e atacando religiões como à umbanda em praça pública e o processo de um professor que cometeu perseguição e intolerância religiosa a uma aluna que estava com colares afro.

Em continuidade, ocorreram duas notícias movidas pelo fato da morte de um babalorixá e uma ialorixá seguido de mais duas matérias de encontros de umbandistas, uma matéria de perseguição religiosa e uma que denota a realidade social de quilombos de terreiros de umbanda que sofrem com desemprego dos jovens.

Esses foram os principais fatos relacionados as 23 matérias sobre a umbanda publicadas no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019. Contudo, em análise notou-se que nem todos esses fatos correlacionam-se com o Jornalismo Regional na cobertura de matérias sobre a umbanda no estado do Piauí. A seguir, destaca-se no gráfico abaixo o quantitativo de fatos que focam na realidade de notícias regionais da citada religião de matriz africana:

Gráfico 8 – Especificação dos fatos sobre a umbanda voltado ao Jornalismo Regional em 2018/2019



Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados da pesquisa.

No ano de 2018 e 2019 houve 18 (9 em cada ano) matérias sobre a umbanda voltadas para fatos regionais da citada religião em torno de acontecimentos ocorridos no Estado piauiense das quais 17 foram sobre acontecimentos na cidade de Teresina e 1 em Amarante. Contudo, houve, ainda, quatro publicações (2 em cada ano) que o assunto sobre umbanda não

foi correlacionado ao fatos regionais do Piauí, mas, sim, de abrangência nacional. Além disso, houve uma matéria publicada no portal que seria de interesse maior ao Jornalismo Regional baiano.

Esse quantitativo levou um mapeamento de que nos anos 2018 e 2019 as matérias sobre a umbanda voltadas ao interesse regional piauiense ocupou 78% de espaço na mídia analisada, 18% do espaço do portal foi para notícias sobre a umbanda de âmbito nacional tendo, ainda, 4% de espaço para notícias de Jornalismo Regional de outro estado nordestino.

Antes de discutir os fatos das 18 notícias que mantém a essência do Jornalismo Regional proposta pelo portal Cidade Verde explana-se sobre as matérias que romperam a ligação com essa proposta. Inicia-se, então, com a polêmica do Padre Fábio de Melo em maio de 2018 a zombar da religião de matriz africana, umbanda chamando-a de macumba. Esse fato causou visibilidade nacional correlacionando o Padre como intolerante religioso e essa situação acabou gerando outro assunto noticioso sendo o pedido de desculpas do clérigo pela má expressão que utilizou.

Essas duas notícias foram manchetes em todo país e nos mais diversos meios de comunicação visto que o Padre Fábio de Melo é um eclesiástico de notória representação midiática pela participação atuante nas próprias redes sociais virtuais, em especial *instagram* e *twitter*, e, além disso, antes da ascensão dos citados aplicativos foi alvo de muitas entrevistas de programas televisivos nacionais por ter uma atuação fora do padrão tradicional dos padres católicos. Isso porque, o Padre não se vestia como pároco e sua comunicação era muito aberta e integrativa com a sociedade, também, por possuir uma beleza notória gerou muitos comentários na época. Tudo isso, fez do Padre uma pessoa proeminente na mídia e esse tipo de declaração (relacionando à umbanda com macumba) fez com que se o mesmo se tornasse alvo de críticas.

Desse modo, compreende-se que, de modo geral, as declarações do Padre tanto de intolerância quanto de retratação podem ser consideradas como importantes para os seguidores da umbanda. Contudo, noticiar esse fato de modo/âmbito nacional seria tão importante e próximo aos umbandistas piauienses? Não se pode responder pelos seguidores da umbanda, mas voltando esse assunto para percepção jornalística a transformação, por assim dizer, de um fato de âmbito nacional para o regional dar-se-ia envolvendo um representante/líder da umbanda de algum terreiro do Piauí para opinar sobre esse acontecimento. Além disso, envolver, também, um membro da igreja católica piauiense para reafirmar o não preconceito a umbanda seria uma notícia mais envolvente com a realidade da umbanda no Estado.

A outra notícia de âmbito nacional que foi publicada no portal Cidade Verde, mas que não se correlacionou ao propósito do Jornalismo Regional foi a festa de São Cosme e Damião. Na matéria informava que o cantor, Zeca Pagodinho - seguidor assumido da umbanda – onde, também, é comum vê-lo, em rede nacional, falando que entrega doces e bombons em homenagem aos santos já citados. Na umbanda, a festa de Cosme e Damião é clássica, ou seja, inevitável que não aconteça. Então, noticiar esse tipo de comemoração envolvendo uma figura nacional em um meio de comunicação regional torna-se não muito interessante e desvaloriza, inclusive, essa expressão religiosa que é tão comum no seio umbandista que tenta, também, com entrega das guloseimas aproximar a população em geral à um momento singular da umbanda.

Desse modo, entre os 420 centros umbandísticos catalogados pelo IBGE (2010) existentes em Teresina com estimativa atual de 800 espaços e sabendo que o Piauí conta, com 1.500 espaços de umbanda mapeados pela instituição citada acima e com perspectiva de haver mais 3 mil espaços umbandísticos no Estado, não haveria uma fonte piauiense para realização de uma matéria sobre a festa de Cosme e Damião? Caso houvesse, a matéria teria um valor noticioso identitário com a comemoração festiva dos umbandistas piauienses e, nesse caso, inclusive, a referência precípua não seria um cantor carioca como representante da festa dos santos gêmeos que ocorre em todo o país onde há terreiros e seguidores da umbanda.

A quarta notícia nacional sobre a umbanda que foi publicada sobre a umbanda retrata o reconhecimento do governo dos Estados Unidos América à um brasileiro, umbandista, por lutar contra a intolerância religiosa. O fato é nobre e de grande representação não somente a luta do mesmo pela igualdade religiosa, mas a todos que seguem e defendem a umbanda. Essa notícia, certamente, foi orgulho entre os umbandistas e para deixar mais “interessante” algum membro da umbanda piauiense poderia ter sido contatado para opinar sobre esse reconhecimento de um país estrangeiro sobre a temática da igualdade e intolerância religiosa sofrida pela umbanda no Brasil, como um todo.

Outra notícia sobre a umbanda existente no portal Cidade Verde e que enquadra-se no formato do Jornalismo Regional foi a matéria sobre a morte da ialorixá, mãe Stella, na Bahia. A umbandista pode ter sido bem conhecida e falada entre os membros da umbanda no Piauí, contudo nenhum umbandista foi convidado pelo portal para se pronunciar sobre essa perda para a umbanda. Essa situação, deixou a matéria sem correlação com o umbandismo no Piauí, pois não deixou evidente se a citada mãe de santo tinha alguma ligação e representatividade com os umbandistas piauienses.

Já em relação, as matérias com fatos diretamente relacionados aos acontecimentos da umbanda no Piauí possuem centralidade nas manifestações públicas de combate a intolerância religiosa, comemorações públicas, justiça, morte, encontro de umbandistas, crime, perseguição e realidade social.

Sobre as notícias em volta das manifestações contra a intolerância religiosa notou-se na análise que são as que estão em maior quantidade e há uma situação cíclica sobre a cobertura desses fatos, ou seja, entre os anos de 2018 e 2019 houve eventos com a mesma natureza como, por exemplo, caminhada na ponte Estaiada pelo fim da intolerância e respeito à umbanda e outras religiões oprimidas.

Nas notícias de comemorações públicas regionais houve a lavagem das escadarias e os aniversários sendo que tais passam a serem vistos como eventos abertos à sociedade tendo um teor regional aproximativo como toda população, sem discriminação. Contudo, as notícias de crime, perseguição, justiça, realidade social sobre fatos da umbanda demonstraram que o contexto umbandístico também é afetado pelas mazelas sociais comumente noticiadas em outros nichos da sociedade.

Houve, portanto, um homicídio em pleno encontro de umbandistas no terreiro onde um homem acabou sendo morto em uma briga no local. Essa situação revela a fragilidade humana apesar da religião e, infelizmente, ocorrendo no seio da umbanda. A publicação desse fato ecoa como um reflexo negativo a citada religião ligando os terreiros como ambientes perigosos. Porém, segundo Lage (2006) um fato jornalístico deve ser transformado em notícia tratado com imparcialidade.

Nesse mesmo, contexto, ainda houve quatro fatos sobre a justiça do Estado em prol da defesa da intolerância. Um professor foi processado por ter obrigado uma garota a retirar-se da sala de aula por estar usando adornos, nesse caso calores, africanos onde o docente sugeriu que seriam acessórios de macumba. Arelado a esse fato, houve a ocorrência da perseguição religiosa, justamente, relacionada, a estudante que foi acuada pelo professor do qual o fato aqui já explicado. Houve, ainda, uma audiência pública no tribunal de justiça para condenar crimes de intolerância religiosa no Piauí e um jovem que foi brevemente detido por estar na perturbação da ordem e agindo publicamente com atos de discriminação religiosa.

Uma situação a se destacar é que não houve notícias da ação da justiça sobre o assassinato do homem no terreiro de umbanda na zona rural de Teresina. Vidas de umbandistas, não importam? Em continuidade, cita-se uma das situações mais comuns em todo o país e que atingem muito os jovens, nesse caso, o desemprego. A matéria sobre os umbandistas que vivem, ainda, em comunidade de remanescentes quilombolas relatou a tristeza dos mais velhos

umbandistas em estarem perdendo seus filhos para outras cidades em virtude do desemprego na região.

Outro fato regional refere-se ao anúncio midiático dos encontros de umbandistas sendo que um regressou após a nomeação do novo pai de santo com, apenas, 19 anos e outro da comunidade de umbandistas chamando população para participar do encontro. Por fim, houve a notícia da morte do pai de santo, Bitá do Barão, o babalorixá mais respeitado do Estado tendo uma cobertura ampla no portal Cidade Verde. A notícia do falecimento do citado pai de santo trabalhou bastante as raízes regionais da umbanda defendida e cultuada pelo babalorixá que era admirado por muitos teresinenses e piauienses, em geral, e nota-se que a matéria sobre o Bitá do Barão foi correlacionada a realidade dos piauienses, mas a morte da mãe Stella, que era baiana, não se relacionou com o contexto da umbanda no Piauí.

Assim, discute-se na próxima seção os critérios de noticiabilidade encontrados nas matérias sobre a umbanda que voltam-se, essencialmente, ao Jornalismo Regional do estado piauiense.

5.3 Critérios de noticiabilidade das notícias de umbanda publicadas no portal Cidade Verde

Critérios de noticiabilidade são elementos que caracterizam e/ou determinam se um acontecimento pode se tornar ou não um fato jornalístico para que a partir dele uma notícia seja construída e publicada.

Assim, explica-se que no campo teórico jornalístico muitos são os estudiosos que determinam esses critérios ora restritos ora mais amplos como é o caso do Erbolato (2002) e, por isso, decidiu-se investigar quais foram os critérios de noticiabilidade usados nas notícias de Jornalismo Regional do portal Cidade Verde sobre a umbanda no ano de 2018 e 2019.

Desse modo, construiu-se uma tabela com a lista de critérios pontuados por Erbolato e os que foram encontrados nas matérias analisadas pontuando a quantidade de vezes em que foram identificados. Explana-se que em uma única matéria pode estar envolvida vários critérios, mas sempre há um que é mais determinante, mas, mesmo assim, todos os critérios de noticiabilidade identificados foram assinaladas, destarte:

Tabela 2 – Critérios de noticiabilidade identificados nas matérias de umbanda do Jornalismo Regional do portal Cidade Verde entre 2018 e 2019

Critérios	Quantitativo	
	2018	2019

Proximidade	9	9
Marco geográfico		
Impacto		
Proeminência		
Aventura		
Conflito	3	1
Consequências		
Humor		
Raridade		
Progresso		
Sexo		
Idade		3
Interesse pessoal		
Interesse humano		
Importância	6	6
Rivalidade		
Utilidade		
Política editorial		
Oportunidade		
Dinheiro		
Expectativa		
Suspense		
Originalidade		
Culto de heróis		
Descobertas		
Invenções		
Repercussão	3	2
Confidências		

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Dados da pesquisa.

Na demarcação geojornalística da notícia os critérios de noticiabilidade não apontam especificamente se o fato correlacionado ao critério será usado para produção de matérias para o Jornalismo Global, Nacional, Regional e Local, pois o que irá determinar esse aspecto será a correlação geográfica do assunto.

Assim, explica-se que os critérios são usados para qualquer âmbito jornalístico, mas é localização e alcance do meio de comunicação bem como a finalidade informativa da mídia que o critério será usado, por exemplo, para a cobertura de um fato no Jornalismo Regional.

A proximidade, por fim, irá determinar a correta utilização do critério, assim cada notícia e cobertura jornalística terá a correlação identitária mais adequada possível (PERUZZO, 2005), pois a festa posse de uma babalorixá de 19 anos em um terreiro de umbanda teresinense não será importante e/ou interessante para ser noticiado, por exemplo, no Jornal Nacional, mas certamente ao contexto geojornalístico regional piauiense a notícia possui aproximação com o contexto religioso da umbanda no Estado.

Por isso, identificou-se dentre a lista extensa dos critérios de noticiabilidade proposto por Erbolato (2002) os que mais foram usados para denominar o fato geojornalístico como regional apto para ser publicado no portal Cidade Verde. Nesse sentido, tais foram: proximidade, conflito, idade, importância e repercussão.

Lembra-se, portanto que das 23 matérias publicadas no portal Cidade Verde entre 2018 e 2019, apenas, 18 são, de fato, notícias que se caracterizam como regionais visto que as demais voltaram-se como aptas ao Jornalismo Nacional e Jornalismo Regional baiano. Assim, a proximidade foi o critério de noticiabilidade mais identificado para a enriquecimento das notícias regionais publicadas no citado meio de comunicação *on-line*.

No Jornalismo Regional segundo Peruzzo (2005) o critério de noticiabilidade da proximidade é fundamental para romper padrões da homogeneidade da informação jornalística global dando espaço, assim, a fatos característicos e únicos de uma região terem a representação midiática necessária para a conhecimento informativo da sociedade.

Então, as 18 matérias voltadas ao Jornalismo Regional do portal Cidade Verde contribuíram para que a população piauiense, em primeiro plano, tomasse conhecimento do que acontece com a umbanda no Estado e, em segundo momento, essas notícias dão visibilidade global para que todos, desde que procurem, tenham como saber das práticas de umbanda no Piauí. O *webjornalismo* conforme Silva, M. (2017) é a mídia que contribuiu para o rompimento de fronteiras de acessibilidade das notícias e, agora, o Jornalismo Regional e Local, por exemplo, possui as mesmas chances de visualização mundial que o Jornalismo Global, pois a *internet* veio permitir a democratização do acesso a notícia jornalística.

Já em relação ao critério de noticiabilidade do conflito implica na identificação de fatos onde situações de agitação, desordem, burburinho, confusão, violência bem como, crimes em geral, motim, subversão, perseguição e tumulto estejam ocorrendo em um contexto (ERBOLATO, 2002). Assim, nas notícias sobre a umbanda publicadas no portal alguns fatos desse tipo foram identificados o que, em alguns momentos, mostrou a perseguição e intolerância religiosa da sociedade aos umbandistas e em outros fatos evidenciou que a umbanda também não é isenta da violência dentro de seu próprio contexto.

Outro critério muito identificado foi o da importância. No Jornalismo, a relevância pode ser para a coletividade ou um nicho social, então, quando usa-se esse critério a compreensão é que de que seja importante sempre em um desses âmbitos e/ou aspectos (ERBOLATO, 2022). No caso das notícias regionais sobre a umbanda publicadas sobre esse critério no portal Cidade Verde, as matérias tiveram um misto de relevância ora para coletividade ora para o próprio

nicho de umbandistas representando, assim, a sensibilidade jornalística do portal em identificar a importância dos fatos noticiados.

No critério de noticiabilidade referente à idade segundo Silva, G. (2018) representa a situação onde vai determinar fatos em que a faixa etária compreende-se como a maior e melhor quesito para cobertura do fato. Assim, nesse caso podem envolver comemorações de aniversário de pessoas, instituições, acontecimentos históricos e etc. Nas matérias publicadas no portal Cidade Verde, identificou-se a festa de posse do primeiro babalorixá de um terreiro teresinense com, apenas, 19 anos, a comemoração dos 111 anos da umbanda em Teresina como, também, a festa dos umbandistas para os 200 anos do quilombo na zona rural teresinense.

O critério de noticiabilidade de repercussão teve, também, muita utilização na identificação dos fatos noticiados sobre a umbanda. A repercussão segundo Erbolato (2002) corresponde ao critério encontrado em fatos de acontecimentos de notória representação, independentemente, de ser algo positivo ou negativo. Assim, a matéria sobre o assassinato no terreiro de umbanda, bem como a morte de um dos mais velhos e respeitado babalorixá de Teresina e, ainda, o fato da aluna ter sido expulsa da sala de aula pelo professor por usar adornos, nesse caso colares, que para o docente eram de macumba.

Os critérios de noticiabilidade identificados nas matérias publicadas entre 2018 e 2019 mostraram que tais foram demarcados geograficamente com o contexto da situação para que assim fossem considerados aptos para a produção do Jornalismo proposto pelo portal Cidade Verde.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura noticiosa sobre a umbanda entre 2018 e 2019 no portal Cidade Verde propõe-se muito mais a uma abrangência jornalística local que regional. A centralidade das publicações nos anos citados deu-se com maior evidência sobre os acontecimentos umbandísticos na cidade de Teresina tendo uma única exceção onde abrangeu um fato em Amarante. Além disso, o portal destoou de sua proposta regional quando deu espaço para noticiar episódios que envolviam a umbanda no âmbito nacional e não realizou a correlação e/ou aproximação do fato com o contexto piauiense. Não se pode esquecer que, também, que o portal ainda, noticiou um assunto referente ao Jornalismo Regional baiano sem existir relação alguma com a realidade da umbanda piauiense.

Mesmo assim, o portal incluiu a umbanda em sua rotina de produção e noticiamento jornalístico e as publicações foram pautadas, em especial, pelos critérios de noticiabilidade da proximidade, conflito, idade, importância e repercussão. Além disso, os principais fatos correlacionados a tais critérios se referiram às manifestações públicas contra intolerância religiosa, comemorações públicas, crime, morte, justiça, encontro de umbandistas, perseguição e realidade social.

Constatou-se que a periodicidade das notícias sobre a umbanda durante os anos analisados teve hiatos de três, dois e um mês de ausência de publicação durante os dozes meses de cada ano citado. Outro ponto, ainda, que corresponde ao fluxo de matérias é o fato de que a média de notícias correspondeu a uma por mês, mas houve exceções consideráveis, principalmente, em setembro de 2018 ocorrendo três notícias publicadas. Contudo, em alguns meses houve duas postagens mensais.

As matérias analisadas que são para o portal Cidade Verde a expressão do Jornalismo Regional em torno das práticas da umbanda no estado do Piauí constituem-se, na verdade, como abrangência do noticiamento local da umbanda na sociedade teresinense, pois para que fosse considerada uma cobertura regional piauiense deveria haver matérias com diversidade geográfica dos fatos ocorridos em outras cidades como, por exemplo, Oeiras, Picos, Parnaíba, Floriano, Piripiri, Corrente e etc.

Obviamente, Teresina tornou-se o “palco” geográfico mais visto devido ao fato do portal ter sede na capital sendo ainda a cidade mais importante do Estado tanto em questões econômicas e políticas quanto por ser o polo administrativo de referência social, cultural e educacional do Piauí. A capital possui, também, a maior quantidade de terreiros de umbanda e

um espaço mais amplo para realizar manifestações públicas da religião fazendo com que o cenário teresinense seja o mais evidente para a cobertura noticiosa da umbanda.

Porém, comenta-se que o citado de comunicação possui correspondentes em muitas cidades e, mesmo assim, não foi possível notar a cobertura regional sobre a umbanda entre 2018 e 2019. Entretanto, sabe-se que o custo de manter correspondentes em todo o Estado é bastante elevado, mesmo assim, o portal poderia ter se esforçado para diversificar o polo geojornalístico de tais notícias para que os demais atos de expressões religiosas umbandísticas nas cidades do interior piauiense fossem noticiados.

Uma possível solução para esse aspecto é estreitar as relações com os piauienses umbandista das demais cidades do Estado por meio das redes sociais e internet estimulando os seguidores da umbanda a informar os jornalistas do portal Cidade Verde de acontecimentos relevantes sobre a religião de matriz africana para que os demais municípios também sejam incluídos no noticiamento das práticas umbandistas no Estado. Essa prática não acarretaria ônus financeiro ao citado meio de comunicação e como o portal é *on-line*, não haveria perda identitária da coleta e/ou checagem de informações que seria tudo virtual tendo ainda recursos como vídeos, fotos e áudios para a comprovação verídica do fato.

Essa constatação não é posta aqui como uma crítica negativa, mas isso é uma deixa para reformularem essa proposta de cobertura regional visto que destoam, também, quando envolvem a abrangência de notícias nacionais e de outro estado sem realizar a correlação com a umbanda no Piauí. Essas duas últimas situações podem ser consideradas falhas de comprometimento do portal com a proposta que assumiu com o Jornalismo Regional visto que é a demarcação geográfica dessa atividade que provoca o diferencial informativo nesses tempos de hegemonia informativa sendo esta uma das várias consequências da globalização.

Mesmo assim, evidencia-se que não houve prejuízo informativo no portal Cidade Verde sobre as práticas da umbanda no Estado, pois sendo o grupo Cidade Verde hegemonicamente católico não constatou-se exclusão informativa, preconceituosa ou de silenciamento intencional para com a citada religião de matriz africana.

Já em relação à resposta do problema de pesquisa - como o portal Cidade Verde noticia a religião umbanda considerando as propostas de cobertura regional jornalística? – a constatação realizada constitui-se na assertiva de que o citado meio de comunicação vê a umbanda como uma religião tão importante quanto as demais existentes e que, por isso, fatos com critérios de noticiabilidade aptos à publicação são transformados em notícias.

Apesar da discrepância entre a quantidade de matérias do catolicismo para com a umbanda, no ano de 2018 houve mais notícias relacionadas à religião de matriz africana que

em torno dos movimentos da igreja católica. Então, não é possível afirmar neste estudo que há no portal Cidade Verde desinteresse de publicação de fatos sobre a umbanda, entretanto houve lacunas que não é possível saber do porquê de terem ficado abertas como, por exemplo, sobre o caso do assassinato do umbandista em um terreiro se foi investigado ou não pela polícia.

Desse modo, respondendo ainda as questões secundárias como, por exemplo, sobre como se dão as relações entre a construção da notícia tendo como pauta a religião umbanda notou-se que o portal dedica-se a cobertura de fatos que estão evidentemente expostos a sociedade teresinense, por isso a maior parte das notícias são de eventos/manifestações públicas de intolerância religiosa a umbanda bem como comemorações públicas de aniversário da religião e posse de babalorixá. Atrelado a essa percepção, o portal informou, ainda, acontecimentos de perseguição, conflito, realidade social e repercussão porque todos estavam em constante evidência. Contudo, quando se tratou da festa em comemoração dos santos gêmeos, Cosme e Damião a equipe de jornalismo do portal optou por noticiar o assunto com uma matéria de âmbito nacional sem correlacionar com a realidade piauiense. Muito provavelmente, isso ocorreu porque essa festa não foi feita publicamente, nas principais ruas teresinenses, como a maior parte das manifestações e comemorações públicas sobre a umbanda que foram noticiadas pelo portal.

Em continuidade as respostas às questões secundárias, a assertiva dada sobre quais os aspectos determinantes no portal Cidade Verde para cobertura regional das manifestações da religião umbanda foram os critérios de noticiabilidade da proximidade, conflito, idade, importância e repercussão.

Diante das respostas as indagações ao problema de pesquisa e questões secundárias pontua-se que o objetivo geral da pesquisa de analisar como o portal Cidade Verde noticia a religião umbanda considerando as propostas de cobertura regional do referido meio de comunicação foi alcançado após análise das matérias coletadas para a *práxis* qualitativa e quantitativa da metodologia empregada.

Além disso, objetivos específicos que visaram analisar a linha editorial do portal Cidade Verde em relação cobertura regional da umbanda, identificar datas e fatos relacionados ao noticiamento acerca da umbanda no portal Cidade Verde, listar os critérios de noticiabilidade usados pelo portal Cidade Verde na cobertura regional das práticas de umbanda no Piauí e estabelecer relações entre as notícias publicadas no portal Cidade Verde sobre a umbanda com datas específicas da referida religião foram atingidos em cada seção da análise e discussão dos dados realizadas.

Já em relação à primeira hipótese da pesquisa - O portal Cidade Verde não prioriza coberturas jornalísticas acerca de práticas da umbanda por não entenderem a importância da cobertura regional para grupos marginalizados – não foi considerada verdadeira, pois a análise indicou ao contrário.

Sobre a segunda - Os critérios de noticiabilidade identificados nas matérias acerca das práticas da umbanda no Piauí não são diversos e pouco definidos – considera-se verdadeira, pois apesar de ter usado como referência a lista de critérios de Erbolato houve poucas correlações como diversidade expostos pelo autor e, nesse contexto, os que puderam ser correlacionados limitou a definição mais objetiva dos critérios nas matérias publicadas.

Em continuidade da análise das hipóteses, a terceira - Não existe uma relação proposta pela cobertura regional do referido portal e a veiculação de notícias/reportagens sobre umbanda no Piauí, uma vez que a própria regionalização acontece mais no discurso do que na prática e são poucas as vezes que a religião é noticiada – foi considerada, parcialmente, afirmativa, pois a cobertura regional deixou a desejar porque mais se assemelha ao Jornalismo Local se comparado ao que se dispõe o Jornalismo Regional, mas, mesmo assim, a umbanda é relevantemente noticiada.

Na hipótese quatro - Na maioria das vezes, a umbanda é noticiada no portal no período de datas que marcam a religião. Ou, ainda, quando é registrado algum acontecimento violento como, por exemplo, crimes de preconceito e/ou agressão aos umbandistas – a assertiva traçada foi tida como verdadeira.

Para futura usabilidade desta pesquisa, a realização de um grupo focal com umbandistas do Estado para discutir com tais o espaço que umbanda possui na mídia e no Jornalismo Regional piauiense iria dar mais qualidade a discussão visando, nesse contexto, dar voz à percepção dos seguidores da umbanda sobre como se sentem como possíveis fontes de informação à produção de notícias jornalísticas em torno da religião que seguem.

A realização desta pesquisa contribuiu para a construção de um pensamento noticioso de cobertura jornalística sobre a umbanda mais holístico/integrativo onde deve ir além dos acontecimentos de praxe que são, na grande maioria dos casos, cíclicos e repetitivos ao passar dos anos. Além dessa percepção, o estudo permitiu, ainda, avaliar como o Jornalismo Regional deve ser diversificado com notícias que envolvam a maior quantidade possível de cidades que juntas formam o contexto regional específico de cada Estado. Espera-se, por fim, que este trabalho seja uma iniciativa dentre muitos que podem vir a ser realizados em torno do estudo de situações reais que foram e, ainda sofrem, com as consequências do preconceito e intolerância à umbanda tendo complexo noticiamento na mídia regional piauiense.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa** São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2003.

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais, **Revista Comum**, Rio de Janeiro-RJ, v.6 - nº 17 - p. 111 a 125, 2001.

ALMEIDA, Yuri. Et al. A atuação jornalística em plataformas móveis: Estudo sobre produtos autóctones e a mudança no estatuto do jornalista. **Brazilian Journalism Research**. Volume 9, Número 2: 2013.

ANDERSON, C. **A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

ANTUNES, Elton. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. **Revista Contemporaneidade**, Salvador, v. 6, n. 1. Junho de 2007.

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. A tradição do regionalismo na literatura brasileira: do pitoresco à realização inventiva. **Revista Letras**, Curitiba-PR, n. 74, p. 119-132, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328065315.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ASSIS, Francisco. **Jornalismo Regional**. Enciclopédia Intercom de Comunicação, 2010.

ATAÍDE, Alidiane Emanuela dos Santos. **A linguagem do webjornalismo nos portais de comunicação da Paraíba**. 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/r23-1406-1.pdf>. Acesso em: 09 jul.2022.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.

BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. **Rev. Bras. de Com.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 84-101, 1995. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/download/1259/1212> Acesso em: 22 nov. 2020.

BACELAR, T. O Brasil ainda precisa se consolidar como nação. **Boletim Regional: informativo da política nacional de desenvolvimento regional**, Brasília, DF. Ministério da Integração Nacional, n. 2, p. 14-22, maio/ago. 2006. Entrevista concedida ao jornalista Eduardo Ferreira. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar. 2005. Entrevista a Benedetto Vecchi

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 1999. Tradução de Marcus Penchel.

BARTKOWIAK, J. Z. Primavera árabe e as redes sociais: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. **CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, v. 10, n.1, 2017.

BECKER, B. K.; BANDEIRA, P. S.; TORRES, H. **Reflexões sobre políticas de integração nacional e desenvolvimento regional**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2000.

BERNARDES, N. A divisão regional. In: **Atlas Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94685.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, Distrito Federal, 10 de janeiro de 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARDOSO, Oscar Henrique. **A mídia que não olha para o negro: a mídia míope para ações afirmativas**, 2010. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/A-M%C3%8DDIA-QUE-N%C3%83O-OLHA-PARA-O-NEGRO.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CASTELO BRANCO, Samantha; MOURA FILHO, Washington. Olhar sobre os editoriais dos jornais impressos piauienses: reflexões sobre regionalização. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1798-1.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CENTRO NACIONAL DE AFRICANIDADE E RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA. **Terreiros de umbanda**. 2010. Disponível em: <http://www.cenarab.com.br/religiao.php> . Acesso em: 06 mar. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. **1º Boticário do Brasil**. 2002. Disponível em: [http://www.crfsp.org.br/downloads/doc_download/293-encontro-dos-professores-de-deontologia-farmaceutica-i-encontro.html#:~:text=Geralmente%2C%20o%20botic%C3%A1rio%20manipulava%20e,\(no%20meado%20pela%20coroa%20portuguesa\)](http://www.crfsp.org.br/downloads/doc_download/293-encontro-dos-professores-de-deontologia-farmaceutica-i-encontro.html#:~:text=Geralmente%2C%20o%20botic%C3%A1rio%20manipulava%20e,(no%20meado%20pela%20coroa%20portuguesa)). Acesso em: 09 jul. 2022.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis (Nova Série)**, São Paulo: Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 3, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://terrabilis.revues.org/990>. Acesso em: 09 jul. 2022.

COSTA, Edmilson. A globalização e os clássicos do imperialismo. In: COSTA, Edmilson. **A globalização neoliberal e as novas dimensões do capitalismo contemporâneo**. Tese de Pós-doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, 2002. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessa05/Edmilson_Costa.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.

DALMONTE, Edson Fernando. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. **História**, v.29, n.1, p.328-344. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000100019>. Acesso em 19 out. 2017.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva. **REGRAS DA CASA**: Elementos para uma historiografia do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. IN IX Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto/MG. Anais do IX Encontro Nacional de História da Mídia.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói-RJ, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DUARTE, Jorge. Entrevista. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 64-83.

ERBOLATO, M. L. **Técnica de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição de jornal diário. Ática, 2002.

FANTINATO, Marcelo. **Métodos de pesquisa**. 2015. Disponível em: <https://atualiza.aciaraxa.com.br/ADMArquivo/arquivos/arquivo/M%C3%A9todos-de-Pesquisa.pdf> Acesso em: 30 nov. 2020

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Prêmio Jabuti. Categoria Livro Didático. 1994.

FAUSTO, Boris. **A época colonial**: administração, economia, sociedade. vol.02. Bertrand Brasil. 2000.

FAUSTO NETO, Antônio. Jornalismo: sensibilidade e complexidade. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.17-30, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2030/1670> . Acesso em: 06 mar.2022.

FERDIZ, Malta. **A desinformação sobre o negro**. 1.ed. Picumã Editora. São Paulo. 2017.

FERNANDES, Bruno Rafael Duarte. **A Teoria Clássica do Gatekeeper e do Newsmaking na Rádio**: O caso da RDP, 2011.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2004. 120p.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Por Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2008.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. A subordinação do jornalismo à lógica capitalista da indústria cultural. **Revista Famecos**, v. 9, n. 17, p. 126-141. 2002.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan; KEGLER, Jaqueline Quincozes S. Da sociedade midiática à sociedade midiaticizada: a complexificação da ambiência organizacional. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de. (Org.). **Em torno das mídias**: práticas e ambiências. Porto Alegre: Sulina, 2008.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. Salvador, 2003. 336 p. Tese (doutorado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6056/1/Carlos-Eduardo-Franciscato.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.

FREITAS, Ricardo Oliveira de. Candomblé e Mídia: Breve histórico da tecnologização das religiões afro-brasileiras nos meios de comunicação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 16, n 2, p. 63-88, 2003.

GASPARETTO, Paulo R. **Midiatização da Religião**: processos midiáticos e a construção de novas comunidades de pertencimento. Estudo sobre a recepção da TV Canção Nova. XIX COMPÓS: Rio de Janeiro, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOOGLE IMAGENS. **As divisões regionais do Brasil**. 2022. Disponível em: https://www.google.com/search?q=As+divis%C3%B5es+regionais+do+Brasil&rlz=1C1CHNY_pt-BRBR918BR918&sxsrf=ALiCzsbwOcibzeMh4BwAWX33bX-LPNGTGw:1657340335661&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiNmerv-er4AhXQIZUCHQriAVIQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1366&bih=625&dpr=1. Acesso em: 09 jul. 2022

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política e Sociedade**, Belo Horizonte-MG, v. 10, n, 18, p. 133-154, 2011.

GRAMSCI, Antonio. Hegemonia, Guerra de Movimento, Guerra de Posição. In: COUTINHO, Carlos Nelson. (ORG.) **O Leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GURAK, L. J.; LOGIE, J. Internet protests, from text to web. In: MCCAUGHEY, AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism**: online activism in theory and practice. London: Routledge, 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, R. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro. DP&A. 2006.

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, 5(2), 53-91. 2012.

HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. v. 4, n. 7, p. 42-51.1997.

HORA, Carmem Daniela Spínola da. **O silenciamento no texto jornalístico e a construção social da realidade**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16141> . Acesso em: 06 mar.2022.

IANNI, Octávio. **Globalização e Imperialismo**. Unicamp.s.d.
https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate13Debate1.pdf

IANNI, Octávio. Comunicação e Globalização: Entrevista. 1999. **Revista Usp**, São Paulo, SP, v. 1, n.3, p1-7. <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/download/51330/55397>.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017.

IBGE. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 mar.2022.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph. 2008.

JOSÉ FILHO, Mário; DALBÉRIO, Osvaldo. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP FHDSS, 2006.

JOSÉ FILHO, Mário; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: UNESP FHDSS, 2004.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. 6.ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEHFELD, Neide. **Metodologia e conhecimento científico**: horizontes virtuais. Petrópolis: Vozes, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Clebson Lustosa Brandão. **Kobá**: a apropriação do *instagram* como espaço para desmistificar e ecoar a cultura da religião umbanda. Programa de Pós-Graduação em Comunicação/PPGCOM-UFPI. 2022.

LIMA, M. É. de O. **Mídia regional**: indústria, mercado e cultura. Natal: EDUFRN, 2010.

LIMA, Sabrina Verônica Gonçalves. **As Faces da Umbanda no Piauí**: Política, festa e criminalidade (1960-1978). 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/799/AS%20FACES%20DA%20UMBANDA%20NO%20PIAU%C3%8D%20Pol%C3%ADtica%2C%20festa%20e%20criminalidade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 nov. 2020

LOBO, Ítalo.; DRAVET, Florence. Sagrado Profano: a umbanda e o mercado religioso. **Esferas**. Ano 5, n. 8, p. 77-92, 2016.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARRETO, Júlia. **Entenda em que a Umbanda acredita em 10 tópicos**. R7, 2018. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/entenda-em-que-a-umbanda-acredita-em-10-topicos/>. Acesso em 29 nov. 2020

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: Jornalismo na sociedade urbana industrial. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na Era da Informação**: teoria e técnica do novo radiojornalismo. Florianópolis: Insular/Ed. da UFSC, 2007.

MELO, José Marques de. Os primórdios do ensino de jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, São Paulo-SP, vol. 1, nº 2, p. 73-83, 2004.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2074/1816>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MORAES, D. **Por uma Outra Comunicação: Mídia, Mundialização Cultural e Poder** Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORAES, Gislane da Conceição Lima Camelo de. **Regionalização da mídia piauiense: um olhar sobre os programas especiais da TV Cidade Verde**. Teresina, 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação (CCE), Departamento de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Teresina, 2016.

NOGUEIRA, Josymeri Aparecida. **Quando “eles” ganham voz: uma análise da representação da umbanda e do candomblé em mídia impressa**. 100f. 2011. Dissertação defendida no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João Del Rei, 2011.

OLIVEIRA, E. H. P. de. A imprensa e o racismo. In: RAMOS, Silva (Org). **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

OLIVEIRA, R. R. de. **Mídia regional: proximidade e mercado: a TV TEM**. 2012.

ORTIZ, R. Um outro território. In: BOLAÑO, C. (Org.). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: EDUC, 1999.

ORTRIWANO, G. S. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PALACIOS, Marcos. **Convergência e memória: jornalismo, contexto e história**. São Paulo – Brasil, 2010.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate**. 2002. Disponível em: <http://labcom.ubi.pt/files/agoranet/02/palacios-marcos-informacao-memoria.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

PAIVA, C.C. **O julgamento do mensalão e as redes sociais de interpretação. Pistas para uma hermenêutica da comunicação e cultura midiática compartilhada**. Salvador: COMPÓS, 2013.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo. Ed. Contexto. 2005.

PEREIRA, V. A. **Estendendo McLuhan**: da aldeia à teia global – comunicação, memória e tecnologia. Porto Alegre: Sulina, 2011. 216 p.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, v., 26, n. 43, p. 67-84, 1^a.2005. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/8637/6170>. Acesso em: 06 mar. 2022.

PIOVESAN, Armando.; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, São Paulo – SP, v.29, nº 04, p. 318-325, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10>. Acesso em: 05 mar. 2022.

PIZZI, Fernanda . Telégrafo e Internet: primeiras considerações sobre a tecnologia de comunicação como fenômeno social. In: **ANAIS DO XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM)**, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/17675168843411725978749535011249186970.pdf>. Acesso em: 08 jul.2022.

PORTAL CIDADE VERDE. **Audiência discutirá aumento de intolerância a religiões de matriz africana**. 2008. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/270102/audiencia-discutira-aumento-de-intolerancia-a-religioes-de-matriz-africana>. Acesso em: 25 nov. 2020.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. 2^a Ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

RECUERO, R. "Deu no Twitter, alguém confirma?" Funções do Jornalismo na Era das Redes Sociais. **Anais do 9º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor**. Rio de Janeiro: 2011.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

REVISTA PIAUÍ. **O Último Telegrama**: Índia culpa SMS pelo fim do telégrafo, mas só 26% dos indianos têm celular. Edição 83. 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-ultimo-telegrama/>. Acesso em: 08 jul.2022.

RIBEIRO, Ângelo Augusto. **A televisão e a concorrência digital**: o fim do monopólio do vídeo. Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis, Posjor - UFSC, vol. III no2, 2o semestre de 2006.

RIBEIRO, Ângelo Augusto. **A TV Digital como instrumento para a Universalização do Conhecimento**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção, Área de Mídia e Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

ROGNON, Frédéric. **Os primitivos, nossos contemporâneos**. Tradução de Cláudio Cesar Santoro. Campinas: Papirus, 1991.

ROMERO, A. VERA-COLINA, M.A. La globalización posible: límites y alternativas. **Cuadernos de Economía**, v. 31, n. 58, p. 49-76. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4357626.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2022.

ROMERO, A. Desarrollo humano en el contexto de la globalización. **Economía Gestión y Desarrollo**, 5, 269-294. 2007. Disponível em: <http://revistaeconomia.puj.edu.co/html/modules.php?name=BookCatalog&op=showbook&bid=61>. Acesso em: 09 jul. 2022.

ROMERO, A.; VERA-COLINA, M. A. Los villanos de la globalización. **Tendencias**, v. IV. n. 1, p. 07-124. Disponível em: <http://akane.udenar.edu.co/siweb/tendencias/?p=205>. Acesso em: 09 jul. 2022

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Conselho Nacional de Geografia. 2001.

SANTO, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 3ed: DP&A, 2008.

SCHOLTE, J. A. Definindo a Globalização. **Clm.economía**. v. 10, n.1, p. 15-63. 2007. Disponível em: <http://www.clmeconomia.jccm.es/pdfclm/scholte.pdf> . Acesso em: 09 jul. 2022.

SCHOLTE, J.A. **Globalização: Uma Introdução Crítica**. 2º ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2005.

SCHOLTE, J. A. **O que é globalização? A questão da definição, novamente**. Centro para o Estudo da Globalização e Regionalização Documentos de Trabalho, n. 109/02. WarwickUniversity/ESRC. 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científica**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Gislane. **Valores-notícia: atributos do acontecimento (Para pensar critérios de noticiabilidade I)**. UFUSCAR. Santa Catarina. 2018.

SILVA, Mayara da Costa. **Regionalização no webjornalismo piauiense: estudo do Portal Cidade Verde, Teresina-Piauí**. 2017. 205 f. Disponível: sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6261818. Acesso em: 06 mar.2022.

SILVA, P.; SANTOS, R.; LEITE, C, F. O futuro como tendência: o diálogo geocomunicacional contemporâneo. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro-RJ, v. 1,n. 1, p. 8-17. 2003.

SILVA, Thiago Dias.; OLIVEIRA, Luciana Duarte. O monopólio da verdade na era das **FAKE NEWS**. **Revista Ratio Juris**, v. 14. n.28, p.109-126, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7103326.pdf> . Acesso em: 29 nov. 2021.

SILVA, Willian Ricardo Rotta. **Valores Intoleráveis: A realidade da umbanda em Florianópolis**. Jun. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189492>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SOUSA, Jorge Pedro. **A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: Um estudo exploratório**. Portugal, Lisboa. BOCC. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedrouilizacao-fontes-anonimas.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SOUZA, T. S. M. **O jornalismo econômico e a cobertura da previdência nos anos de discussões das reformas**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade - PPGCOM) - Universidade Federal do Tocantins. 2019.

TALASKA, Alcione.; ETGES, Virginia Elisabeta. Estrutura Fundiária Georreferenciada: Implicações para o Planejamento e Gestão do Território Rural no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona-Espanha, vol. XVII, nº 430. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-430.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

TEIXEIRA, Eduardo. Assessoria de Imprensa em Instituições Religiosas: mecanismos profissionais versus proselitismo. **Revista Mídia e Cotidiano**. n. 1, p. 208-224, 2013.

TEIXEIRA FILHO, Clóvis.; AZEVEDO JUNIOR, Aryovaldo de Castro. A Mídiatização da Umbanda: uma análise sobre a religião nos conteúdos audiovisuais mais consumidos digitalmente. **C&S**, São Bernardo do Campo-SP, v. 42, n. 1, p. 163-191, 2020. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/9081/7297>

TRAQUINA, Nelson. **Porque as notícias são como são**. 1. ed. Florianópolis, SC; Insular Livros, 2020 (Coleção Teorias do Jornalismo, v.1). E-Book (ePub, 739 Kb). ISBN 978-65-86428-18-6.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **O que é Jornalismo**. Lisboa: Quimera Editores. 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **As notícias**. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

UNIVERSIDADE DE LEIDEN. **Jan Aart Scholte**: Professor Transformações Globais e Desafios de Governança. 2022. Disponível em: https://www-universiteitleiden-nl.translate.google/en/staffmembers/jan-aart-scholte?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc#tab-1 Acesso em: 16 jul. 2022.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. A Expansão Europeia dos Séculos XV e XVI: contribuições para uma nova descrição geral da terra. **Revista Equador (UFPI)**, v.1, nº 1, p. 4-25. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/download/854/794>. Acesso em: 08 jul. 2022.

VESPÚCIO, Américo. **Novo Mundo**: as cartas que batizaram a América. Introdução e notas. Eduardo Bueno. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

VIEIRA, J. F.; CERVI, E. U. O Twitter como pauta no jornalismo político do Paraná. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Novo Hamburgo, 2010, Novo Hamburgo. **Anais...** Novo Hamburgo, 2010.

WOLTON, **Dominique**. **Internet e Depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Tradução de Isabel Crossetti. 3º ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ZAGO, Gabriela da. O twitter como fonte para o jornalismo. **R. Interamericana de Comunicação Midiática**. V. 10, n. 20, 2011.

APÊNDICE A - LISTA DAS MATÉRIAS DE 2018

Dia Municipal da Umbanda será festejado na Praça dos Orixás

Desentendimento acaba com homem morto em terreiro de umbanda no Piauí

Audiência discutirá aumento de intolerância a religiões de matriz africana

Caminhada da Fraternidade quebra tabu e exalta as diferenças pelas ruas de Teresina

Cultura Negra na Ponte Estaiada acontece neste sábado (18)

Confraternização de intolerância religiosa nas ruas de Teresina

Padre Fábio de Melo é alvo de crítica por intolerância religiosa

Padre Fábio de Melo se desculpa por comentário sobre umbanda

Aluna denuncia que foi expulsa de sala por usar colares de umbanda: polícia investiga

Professor denunciado por expulsar aluna pode responder por injúria racial, diz advogado

Caminhada pela tolerância religiosa acontece no sábado

V Semana da Consciência Negra debate os 130 anos da abolição da escravatura

APÊNDICE B – LISTA DAS MATÉRIAS DE 2019

Velório de Bitá do Barão é marcado por comoção

Encontro de Umbandistas do Piauí começa nesta sexta-feira

Terreiro é proibido de tocar tambor e fazer defumação

Governo dos EUA premia brasileiro por luta contra intolerância religiosa

Edição do Cultura Negra Estaiada na Ponte abordará liberdade religiosa

Pai de Santo aos 19 anos quer combater a intolerância com fé e caridade

Cultura Negra Estaiada na Ponte aborda o tema Liberdade Religiosa em sua sétima edição

Caminhada reúne comunidades de matriz afro e chama atenção para liberdade religiosa

Quilombo Mimbó completa 200 anos de conquistas, mas perde jovens para o desemprego

Umbanda completa 111 anos e Teresina terá "lavagem" contra intolerância religiosa

Umbandistas realizam lavagem das escadarias nesta quinta (14)